



9772236913003

*“Nem cora o livro de ombrear c’oo sabre...  
Nem cora o sabre de chamá-lo irmão...”*  
Castro Alves



Escola de Formação Complementar do Exército e  
Colégio Militar de Salvador

Rua Território do Amapá, 455 - Pituba  
Salvador - BA  
CEP: 41830-540  
[www.esfcex.eb.mil.br](http://www.esfcex.eb.mil.br)



Revista Interdisciplinar de Ciências Aplicadas à Atividade Militar Ano 9 / 2019

# RICAM

Revista Interdisciplinar de Ciências Aplicadas à Atividade Militar

Ano 9 / 2019

ISSN: 2236 - 9139



**História Militar:** O 19º Batalhão de Caçadores (19ºBC): origens, características e importância para o Cabula e Miolo de Salvador, Bahia.

**Planejamento Urbano:** A importância do 19º Batalhão de Caçadores na expansão do Cabula, Salvador: potencialidades e limitações frente aos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano.

**Saúde:** Estresse Ocupacional em enfermeiros militares.

**Gestão Ambiental:** “Braço Forte, Mão Amiga”: a presença do 19º BC no Cabula como barreira para a expansão imobiliária e redução de áreas verdes no miolo de Salvador.

**Educação:** O impacto do treinamento no trabalho de monitores do Sistema Colégio Militar do Brasil.



# Revista Interdisciplinar de Ciências Aplicadas à Atividade Militar - RICAM

Produzida pela Escola de Formação Complementar do Exército e Colégio Militar de Salvador

Ano IX 2019 - ISSN: 2236-9139



**COMANDANTE E DIRETOR DE ENSINO EsFCEX/CMS** – Cel Rubem Mendes da Costa Neto  
**SUBCOMANDANTE EsFCEX/CMS** – Cel Luiz Paulo Biachi Saburi  
**EDITOR - CHEFE** - Cel José Roberto Pinho de Andrade Lima - EsFCEX

## EDITORES- ASSOCIADOS

Cel Marcelo Rodrigues Stachuk - EsFCEX  
Cel Pietro Carlo Haine Steffen - EsFCEX  
Cel Sandro Soares Brandt - EsFCEX  
Cel R/I Luiz Eduardo Possidio Santos - EsFCEX  
TC Hosanete Santos do Nascimento Silva - EsFCEX  
TC Nadja de Assis Mendonça - EsFCEX  
TC Andre Gomes Ferreira - EsFCEX  
TC R/I Osvaldo Silva Félix Júnior - EsFCEX  
Maj Andrey Felicio Antunes - EsFCEX  
Profª Eliara Rodrigues de Afonseca - EsFCEX  
SC Gabriela Maciel Forma - EsFCEX

## EDITORAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

Cap Paola Carvalho Andrade - EsFCEX  
3º Sgt Everton Ferreira de Jesus - EsFCEX  
Sd Jonatan Silva Trindade - EsFCEX  
Sd Igor da Silva Santana - EsFCEX

## REVISÃO LINGÜÍSTICA

SC Gabriela Maciel Forma - EsFCEX

## REVISÃO DE FORMA

SC Gabriela Maciel Forma - EsFCEX

## COMISSÃO ADMINISTRATIVA

1º Ten Alex - EsFCEX

ACEITA-SE correspondência - On demande de changement - We ask for exchange

EsFCEX/CMS - Rua Território do Amapá, 455 – Pituba - Salvador - BA - CEP: 41830-540 - Fone: (71) 3205-8838

Capa: Busto de Maria Quitéria, Pátio dos Patronos, EsFCEX/CMS

Créditos: Seção de Comunicação Social da EsFCEX/CMS

Revista Científica da Escola de Formação Complementar do Exército e Colégio Militar de Salvador. - n.1 (2011) –  
Salvador: EsFCEX/CMS, 2019 - Anual Link: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/RICAM/article/view/2925>

ISSN 2236-9139

1. Administração 2. Educação 3. Saúde 4. Tecnologia I. Escola de Formação Complementar do Exército e Colégio  
Militar de Salvador.

**O conteúdo desta publicação poderá ter reprodução autorizada, mediante consulta, se mencionada a fonte e a  
autoria. Os conceitos técnicos são responsabilidade dos autores.**

## SUMÁRIO

### Editorial

### História Militar

- O 19º Batalhão de Caçadores (19º BC): origens, características e importância para o Cabula e Miolo de Salvador, Bahia..... 03

*Rosali Braga Fernandes, Plínio Martins Falcão, João Soares Pena, Jamile de Brito Lima, Kaíc Fernando Ferreira Lopes e Antonio Sócrates Batista Portela*

### Saúde

- Estresse ocupacional em enfermeiros militares..... 21

*Pricilla Cândido Alves*

### Gestão Ambiental

- “Braço Forte, Mão Amiga”: a presença do 19º BC no Cabula como barreira para a expansão imobiliária e redução de áreas verdes no miolo de Salvador ..... 46

*João Soares Pena, Jamile de Brito Lima, Rosali Braga Fernandes, Plínio Martins Falcão, Kaíc Fernando Ferreira Lopes e Antônio Sócrates Batista Portela*

### Educação

- O impacto do treinamento no trabalho de monitores do Sistema Colégio Militar do Brasil ..... 61

*Vinícius Ramos Mação e Lívia da Silva Ciacci*

### Planejamento Urbano

- A importância do 19º Batalhão de Caçadores na expansão do Cabula, Salvador: potencialidades e limitações frente aos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano..... 81

*Antônio Sócrates Batista Portela, Kaíc Fernando Ferreira Lopes, Rosali Braga Fernandes, Jamile de Brito Lima, João Soares Pena e Plínio Martins Falcão*

## Editorial

É com grande satisfação que entregamos a revista RICAM do ano 2019. Trazemos como tema central a comemoração dos 100 anos do 19º Batalhão de Caçadores (BC) – Batalhão Pirajá, publicando os três artigos vencedores do concurso de artigos científicos para comemorar o Centenário desse ilustre Batalhão.

O 19º BC é uma importante e tradicional organização militar localizada na cidade de Salvador/BA. Criado em 16 de janeiro de 1920, a partir da transformação do 11º Regimento de Infantaria e do 50º Batalhão de Caçadores, ambos situados nesta Capital, suas raízes estão atreladas a constituição do Terço da Bahia, tropa criada em 1642, cuja missão era guarnecer as fortalezas que protegiam Salvador. Os artigos vencedores destacam a história e a importância do Batalhão para seu entorno, para o desenvolvimento urbano e para a preservação ambiental de nossa cidade.

Outros dois artigos também mereceram destaque nesta edição. Um deles analisa o estresse ocupacional em enfermeiras militares. Essa pesquisa buscou identificar e compreender os estressores ocupacionais percebidos por essas profissionais, por meio de entrevista. Demonstrou que um mesmo estressor causa respostas diversas em pessoas distintas, a depender dos valores e crenças de cada um, e que cada indivíduo deve identificar os fatores de proteção para o enfrentamento do estresse, a fim de tornar o cotidiano profissional menos desgastante e mais produtivo.

O outro artigo discorre acerca do impacto do treinamento/capacitação no trabalho de monitores do Sistema Colégio Militar do Brasil. O cargo de monitor exige habilidades exclusivas no trato com os discentes, sendo importante elo no processo educacional. O trabalho conclui que treinamento e capacitação promovem mudanças significativas no desempenho global, nas atitudes e na motivação desses profissionais.

Convidamos nossos caros leitores a desfrutar destas páginas, desejando-lhes uma profícua e agradável leitura.



## O 19º BATALHÃO DE CAÇADORES (19º BC): ORIGENS, CARACTERÍSTICAS E IMPORTÂNCIA PARA O CABULA E MIOLO DE SALVADOR, BAHIA

Rosalí Braga Fernandes<sup>1</sup>, Plínio Martins Falcão<sup>2</sup>, João Soares Pena<sup>3</sup>, Jamile de Brito Lima<sup>4</sup>, Kaíc Fernando Ferreira Lopes<sup>5</sup> e Antonio Sócrates Batista Portela<sup>6</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo apresentar uma análise sobre o 19º Batalhão de Caçadores (19º BC) – Batalhão Pirajá –, resgatando as suas origens, as suas principais características e a sua importância histórica e atual. O referido Batalhão foi a primeira grande instituição federal que se instalou no bairro no Cabula, um bairro soteropolitano estratégico, no contexto da cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia, Brasil. O método de análise adotado foi o indutivo, considerando que partiremos da análise do caso específico do 19º BC para, posteriormente, avaliar seu entorno no contexto do Cabula, bairro que cresce de forma acelerada na cidade de Salvador. Como referenciais teóricos estruturantes utilizamos os conceitos fundamentais expressos em sólidas teorias geográficas, bem como na produção referente às diversas pesquisas anteriores. O trabalho se justifica pela demarcação histórica que o 19º BC possui em relação ao bairro e à cidade, bem como sua importância na manutenção de uma valiosa faixa de área verde, relevante no contexto cênico e de equilíbrio climático para esta metrópole. Como resultados, foram apresentados: a sistematização dos distintos dados e/ou informações levantadas; o mapa de localização do Cabula e do Batalhão; a área originalmente ocupada pelo 19º BC (cerca de 2,82 Km<sup>2</sup>), bem como a área que o Batalhão, efetivamente, ocupa hoje, com cerca de 1,73 Km<sup>2</sup>. O certo é que o 19º Batalhão de Caçadores perdeu cerca de 38,65% de sua área, tendo hoje apenas 61,34% de sua extensão original. A preocupação com as supressões sofridas pelo Batalhão, com os destinos do próprio 19º BC, do Cabula, do Miolo e da cidade de Salvador como um todo, nortearam nossas conclusões.

**Palavras-chave:** 19º BC. Estado. Cabula. Salvador.

**Abstract:** The present article has aims to present an analysis about 19º Batalhão de Caçadores (19º BC), pointing its origins, its main characteristics and its historical and current importance. 19º Batalhão de Caçadores was the first major federal institution installed at the Cabula, strategic district of the capital, in the context of Salvador City, State of Bahia, Brazil. The method of analysis adopted was inductive, whereas we will start the analysis to the case of the 19º BC, in order to evaluate their surroundings in the context of the Cabula district, which is growing so fast in the city of Salvador. The work is due to the historical demarcation of 19º BC for the district and the city, as well as its importance in the maintenance of a valuable strip of green space that is relevant in the context of the scenic and climate change to this metropolis. As theoretical reference we use the key concepts expressed in the sound theories of geographical, and also we considered several previous surveys that have been

<sup>1</sup> Geógrafa graduada pela UFBA (1985). Doutora em Geografia Humana pela Universitat de Barcelona-Espanha (2000). rosalibragfernandes@gmail.com

<sup>2</sup> Geógrafo graduado pela UEFS (2006). Doutor em Geografia Física pela USP (2015). pliniomf@gmail.com

<sup>3</sup> Urbanista graduado pela UNEB (2010). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA (2013). joaopena.88@gmail.com

<sup>4</sup> Urbanista graduada pela UNEB (2010). Mestre em Engenharia Ambiental Urbana pela UFBA (2018). jamilebritolima@gmail.com

<sup>5</sup> Engenheiro Civil graduado pela UCSal (2015). Mestre em Engenharia de Transportes e Gestão Territorial pela UFSC (2019). kaicfernando@outlook.com

<sup>6</sup> Geógrafo graduado pela UCSal (2019). an.socrates@gmail.com

made over the course of more than three decades of research. As a result, we presented a systematization of data and information obtained; a map of the location of Cabula and 19º BC; and the area originally occupied by a 19ºBC (about 2,82 Km<sup>2</sup>), as well as its currently area (about 1,73 Km<sup>2</sup>). It's right that 19º Batalhão de Caçadores has lost some of 38,65% of its area, and it has only 61,34% of its original size. Our conclusions were guide by the concerns about the suppression suffered by 19º BC, about its own future, and the future of Cabula and Salvador city as a whole.

**Keywords:** 19ºBC. State. Cabula. Salvador.

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo geral deste artigo é analisar o 19º BC em termos de suas origens e características, mas, principalmente, os impactos de sua instalação nos primórdios do seu entorno geográfico. Para tanto, além das pesquisas locais, utilizamos as contribuições teóricas de autores como Corrêa (1997; 2005), que afirma que o espaço urbano capitalista é a concretização das ações engendradas no tempo e no espaço por diversos agentes sociais, dentre os quais destaca-se o papel do Estado, que vamos focar aqui.

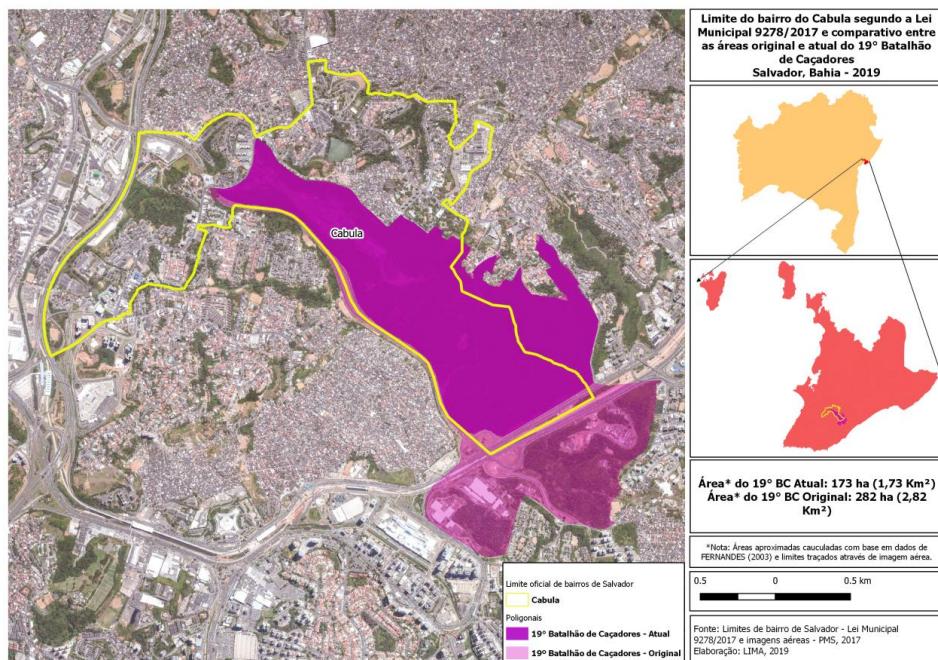
Em pesquisas anteriores (FERNANDES, 1992; 2003), quando tratamos sobre o papel do Estado como urbanizador no espaço do bairro do Cabula, identificamos que, de fato, o primeiro equipamento governamental ali implantado foi justamente o 19º Batalhão de Caçadores (19º BC). A chegada desta importante instituição federal ocorreu em 1943 e transformou completamente todo o entorno. (Figura 1).

Optamos pelo método de abordagem indutivo, posto que partiremos da análise do caso específico do 19º BC para, posteriormente, avaliar seu entorno no contexto do Cabula, bairro estratégico da cidade de Salvador. Em sua configuração atual, o dito bairro se destaca como um dos que ainda crescem verticalmente na cidade, demandando ainda maior oferta de comércio e serviços, o que reflete em seu crescimento, circulação e modernidade.

Todavia, o trabalho se justifica pela demarcação histórica que o 19º BC possui em relação ao bairro e à cidade, bem como sua importância na manutenção de uma valiosa faixa de área verde, relevante no contexto cênico e de equilíbrio climático.

Como referenciais teóricos estruturantes, utilizaremos os conceitos fundamentais expressos por Corrêa (2005), bem como diversas pesquisas anteriores desenvolvidas individualmente (FERNANDES, 1992, 2003; etc.), e coletivamente (FERNANDES e REGINA, 2005; FERNANDES, PENA e LIMA, 2013; etc.).

Figura 1 – Limites e localizações do Cabula e do 19º BC – Salvador / BA



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Fernandes (2003) e na PMS (2017).

Aqui destacamos a importante contribuição do próprio 19º BC que, em 1999, no âmbito de uma ampla pesquisa concluída em 2000 e publicada na íntegra em 2003 (FERNANDES, 2003), contou com a sensibilidade e o apoio do Coronel Luiz Celso de Oliveira que, no comando do Batalhão entre 22 de janeiro de 1999 e 16 de fevereiro de 2001, designou o então Capitão (atualmente Coronel) Marcos Augusto Costa Bastos para proceder às investigações específicas, conceder a entrevista e apresentar as dependências e a

impressionante área do 19º BC.

## 2 O 19º BC – ORIGENS E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

O 19º BC (Figura 2) é subordinado à 6ª Região Militar e está sob o atual comando do Coronel Arlindo José da Cruz Neto, seguindo o seu cronograma de atividades, inclusive de caráter extensionista à comunidade, para além das suas funções oficiais de institucionalidade militar e defesa.

Figura 2 – Fachada do 19º BC – Cabula, Salvador / BA



Fonte: autores (2019).

Embora a data oficial de sua criação seja 16 de janeiro de 1920, suas origens são, de fato, seculares, como consta no

próprio site do Batalhão:

O 19º Batalhão de Caçadores (19º BC) – Batalhão Pirajá foi criado em 16 de janeiro de 1920. As raízes da formação da unidade confundem-se com as primeiras tropas surgidas em solo brasileiro. A história do batalhão está diretamente atrelada à constituição do Terço da Bahia, tropa criada em 1642, cuja missão era guarnecer as fortalezas que protegiam Salvador, então capital da colônia portuguesa (BRASIL, sd).

Segundo a entrevista concedida em 1999 pelo então Capitão do Exército e Chefe da Seção de Pessoal da Unidade e da Seção de Informações do 19º BC, o hoje Coronel, Marcos Augusto Costa Bastos (FERNANDES 2003, p. 491-496), a denominação não é específica da organização militar em análise, sendo histórica e oriunda do exército colonial português:

19º Batalhão de Caçadores é uma denominação de uma unidade do Exército Brasileiro. O termo Batalhão de Caçadores é um termo histórico, que designava mais no período colonial, os batalhões do exército colonial português, depois brasileiro, que eram compostos basicamente por elementos abertos, então que cumpriam as suas missões todas andando... Então foi mantida essa denominação histórica, Batalhão de Caçadores, derivado dessas unidades antigas (FERNANDES, 2003, p. 491).

Foi apenas em 18 de agosto de 1953 que esse batalhão foi denominado 19º Batalhão de Caçadores – Batalhão Pirajá. Em 2019 ele é composto por várias subunidades e desempenha muitas funções, além das clássicas defesas do território e da soberania nacionais. Segundo as informações do site, o 19º Batalhão de Caçadores é composto pelas seguintes subunidades e frações:

**1ª Companhia de Fuzileiros (1ª Cia Fuz)** - formar o efetivo variável pela Instrução Individual Básica e de Qualificação..; **2ª Companhia de Fuzileiros (2ª Cia Fuz)** - capacitar técnica e taticamente o efetivo

profissional...; **Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR)** – formar Oficiais da Reserva, da linha de ensino bélico, para formar o Aspirante a oficial da reserva, habilitando-o a ingressar no corpo de Oficiais da reserva do Exército Brasileiro....; **Seção de Fiscalização de Produtos Controlados** - fiscalizar e controlar a produção e comércio de material bélico e produtos controlados pelo Exército na área de atuação do Batalhão...; **Escritório da Operação Carro-Pipa** - planejar, coordenar e fiscalizar as atividades relacionadas a execução as ações do Programa Emergencial de Combate à Seca...; **Companhia de Comando e Apoio (Cia C Ap)** - mobiliar as seções do Estado-Maior da OM e viabilizar apoio logístico e administrativo às subunidades e frações...; **Banda de Música** - executar os hinos e canções militares em formaturas e eventos... ser, a ligação entre o Exército Brasileiro e a comunidade civil baiana (BRASIL, s.d.).

Segundo Bastos (apud FERNANDES, 2003), a área original ocupada pelo Batalhão abrangia até o lado oposto da Avenida Luiz Viana Filho, onde fica a Companhia de Polícia do Exército (que ocupa, hoje, cerca de 0,48 Km<sup>2</sup>, segundo cálculo de LIMA, 2019) e se estendia até onde está o Hospital Sarah Kubitschek. Toda esta área é considerada setor militar urbano. Pela informação do entrevistado, por exemplo, o 19º BC ocupava várias dunas que fazem limite com o então Centro de Convenções do Estado da Bahia, hoje desativado.

Com base nessas informações e nas imagens aéreas da Prefeitura Municipal de Salvador (PMS, 2017), Jamile de Brito Lima (2019) elaborou a Figura 1, calculou a área originalmente ocupada pelo 19º BC (cerca de 2,82 Km<sup>2</sup>), bem como calculou a área que o Batalhão ocupa, que hoje, efetivamente, é de cerca de 1,73 Km<sup>2</sup>. Em termos absolutos, o 19º BC já perdeu cerca de 1,09 Km<sup>2</sup>, sendo que 1,65 Km<sup>2</sup> para vias e ocupações urbanas e 0,48 Km<sup>2</sup> foi agregado ao domínio da Polícia do Exército. O certo é que o 19º Batalhão de

Caçadores perdeu cerca de 38,65% de extensão, tendo hoje apenas 61,34% de sua área original.

### 3 A CHEGADA DO 19º BC NO ENTÃO LONGÍNCUO E DESABITADO CABULA

Bastos (apud FERNANDES, 2003) informou que o 19º BC começou em 1710, com o Regimento de Infantaria de Linha, na cidade de Santos, no Estado de São Paulo, que migrou para a Bahia na década de 1910, aquartelando-se, inicialmente, no Forte de São Pedro, então área central da cidade de Salvador e direcionado à localização atual somente em 1943.

[...] O nosso Batalhão [...] teve origem em 1710, com o regimento da infantaria de linha de Santos, São Paulo. E ao longo do tempo ele foi sofrendo várias mudanças na sua organização e no local onde estava a sede principal, onde o Batalhão estava aquartelado e, na década de 1910 em diante, com outras modificações resolveram instalar na Bahia... primeiramente ele ficou instalado no Forte de São Pedro por bastante tempo até ser construída a sede que nós encontramos atualmente, em 1943 [...] (FERNANDES, 2003, p. 491).

Questionado sobre os motivos da ida do Batalhão para o Cabula, local afastado, desabitado e praticamente sem infraestrutura urbana, Bastos afirmou que o 19º BC foi trasladado exatamente pelo alto índice de ocupação da Área Central na qual situava-se, somado às características inerentes às atividades específicas do Batalhão.

A colocação do Batalhão aqui na região afastada foi porque a área central de Salvador já estava bastante construída e o exército necessitava de uma área prá (sic) treinamento principalmente de tiro que não oferecesse perigo para a população.... vizinha, né?, da unidade e também porque para os nossos exercícios nós precisamos de vastas áreas verdes... prá (sic) treinar as manobras, as formações táticas do Batalhão e aqui

era uma área até que pela topografia ela facilitava esse tipo de exercício nosso. (FERNANDES, 2003, p. 491).

Consideramos que a mudança está diretamente relacionada aos problemas inerentes ao Processo da Centralização, bem explicitados por Corrêa (1997, p. 123-124). A Área Central, onde se materializa o tal processo, concentra o conjunto das atividades urbanas. Inicialmente ela desfruta da máxima acessibilidade e das melhores vantagens locacionais para residências e instalações diversas. Entretanto, principalmente nas grandes cidades capitalistas, acaba densificando-se tanto que começa a gerar o que Corrêa nomeou de “deseconomias de aglomeração” (1997, p 124).

Sobre a questão do acesso à terra, para fins de instalação do 19º BC, Bastos (apud FERNANDES, 2003, p. 492) informou que houve uma permuta com o Estado da Bahia. Na realidade, o Exército possuía várias fortificações na Área Central da cidade de Salvador, mas necessitava de um terreno amplo e afastado do centro. O Estado da Bahia era o proprietário fundiário da antiga Chácara Narandyba. Foi assim que alguns Fortes do Exército, instalados na Área Central, como, por exemplo, o Forte do Barbalho, foram trocados por ela.

Os elementos da troca eram muito distintos. De um lado, os Fortes na Área Central eram bem menores, mas, além de cercados com toda a infraestrutura de Salvador à época, já estavam edificados. Por outro, a área doada para o 19º BC era bem maior, contudo, sem nenhuma infraestrutura no entorno, bem como sem edificações militares prévias. A despeito das diferenças, a permuta foi realizada com sucesso, fato que gerou impacto diretamente sobre o Cabula, sobre o Miolo<sup>1</sup>

<sup>1</sup> *El Miolo de Salvador es así llamado desde los estudios del Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano para a Cidade de Salvador (PLANDURB), de la década de 1970, por el mismo hecho de ubicarse el sitio geográficamente en la parte central del Municipio de Salvador, o sea en el meollo de la ciudad. Posee 115 km<sup>2</sup>*

e, na realidade, acabou por “antecipar” a expansão horizontal experimentada pela cidade na década de 1950.

## 4 ORIGENS E CRESCIMENTO DA CIDADE DE SALVADOR E A FORMAÇÃO DO CABULA

### 4.1 A cidade de Salvador

Com base em bibliografia sobre o tema (VASCONCELOS, 2016) e em publicações anteriores (FERNANDES e REGINA, 2005), desde a fundação, em 1549, até finais do século XVI, a ocupação de Salvador ocorreu em dois níveis distintos sobre a Falha de Salvador: a Cidade Baixa (mais comercial) e a Cidade Alta (mais residencial), conectadas por ladeiras e, mais tarde, obras de engenharia famosas como o Elevador Lacerda e os Planos Inclinados (do Pilar e Gonçalves).

Entre o século XVII e meados do século XVIII, ocorreu uma lenta expansão sobre os morros, e a cidade cruzou o Rio das Tripas, atual Baixa dos Sapateiros, chegando à segunda linha de morros (SANTOS, 2008, p 63). De meados do século XVIII até fins do XIX, consolidou-se a metrópole e a formação de novos bairros, articulados por transportes motorizados. Assim, a cidade se espalhou para norte e para sul.

Do início do século XX até princípios da década de 1950, o crescimento da cidade seguiu lento. Mas, a partir de 1950, quando começa a expansão horizontal de Salvador (PINHEIRO, 1998, p. 238-262), até as duas primeiras décadas do século XXI, acelera. Salvador ocupa hoje cerca de 303 Km<sup>2</sup> (BAHIA, 2016) e abriga quase 3 milhões de pessoas. Além da entrada na celeridade das metrópoles capitalistas, concretiza-se o processo de Segregação Residencial (CORRÊA, 2005,

---

aproximadamente y está entre la carretera BR 324 y la Avenida Paralela, extendiéndose desde la Invasão Saramandaia hasta el límite Norte del Municipio de Salvador (FERNANDES, 2003, p. 131).

p. 59-76), e a capital se fragmenta em áreas distintas: ocupação dos vales; valorização das praias como espaço residencial; reprodução de bairros ricos, medianos e pobres; consolidação de muitas invasões; forte processo de periferização (FERNANDES, 1992) no Miolo e no Cabula; além de arrasadora perda da cobertura vegetal, como amplamente verificado no âmbito do próprio Cabula.

### 4.2 O Cabula – origens, delimitações e evolução no Miolo e na cidade como um todo

#### 4.2.1 Toponímia, delimitações e dados essenciais

Investigações iniciais (FERNANDES, 1992, p. 176) apontam que o termo “Cabula” vem do idioma *Bantu* e, segundo Castro (1976), significa mistério, segredo, escondido, tendo sido, provavelmente, atribuído ao local em função da existência de vários quilombos que professavam o Candomblé, muito famoso no Cabula. Ainda sobre o topônimo, há também outra versão, citada por Lima (2010, p. 35-36):

[...] o nome deste bairro é de origem africana... “o termo Cabula vem do *quinongo Kabula*, que além de ser verbo, é nome próprio,... feminino e também o nome de um ritmo religioso muito tocado, cantado e dançado, daí o bairro tomar o nome do ritmo frequente naquela área, sendo suas matas utilizadas pelos sacerdotes *quincongos*”.

Embora exista uma certa divergência, fica claro que o termo tem origem africana e que está diretamente vinculado ao Candomblé.

Como Salvador não possuía uma divisão oficial efetiva de seus bairros, segundo estudos anteriores (FERNANDES, 1992), empreendemos o esforço de delimitar o que consideramos ser o bairro

do Cabula<sup>2</sup>. Somente em 2017, o prefeito Antonio Carlos Magalhães Neto sancionou a Lei nº 9.278 (SALVADOR, 2017), que prevê a nova delimitação de 163 (cento e sessenta e três) bairros de Salvador, incluindo as três ilhas (de Maré, dos Frades e de Bom Jesus dos Passos). Segundo a própria Secretaria de Comunicação da Prefeitura de Salvador (SECOM), a regionalização oficializada teve como base “O Caminho das Águas em Salvador – Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes” (SANTOS et al, 2010).

... A construção do projeto de lei de atualização dos bairros e do território urbano de Salvador teve como base o estudo “O Caminho das Águas em Salvador – Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes”. Realizado entre os anos de 2006 e 2010, a iniciativa teve a coordenação da Universidade Federal da Bahia (UFBa) e participação maciça da Prefeitura, do Governo do Estado e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (SALVADOR, PMS, SECOM, 2017).

Mas, embora tenhamos críticas contundentes e bem fundamentadas (LIMA, 2010) com relação aos critérios utilizados e aos resultados encontrados, reconhecemos a complexidade e a importância de uma efetiva delimitação de bairros para uma cidade como Salvador. Assim, neste artigo, trataremos do Cabula tal qual ele é delimitado oficialmente.

De acordo com o Painel de Informações (BAHIA, 2016, p. 137-153), o bairro do Cabula integra a Prefeitura-Bairro VIII (PB-VIII), denominada CABULA/TANCREDO NEVES (Figura 1). A PB-VIII Cabula/Tancredo Neves, que está no Miolo de Salvador, é formada por 22 bairros e ocupa uma área de 25.727 km<sup>2</sup>

<sup>2</sup> ... aunque la ciudad funcione según la lógica de la división de barrios, no existe delimitación para ellos en Salvador. La población, en general, ni siquiera tiene conocimiento de las divisiones oficiales. (FERNANDES, 2003, p. 166).

onde, em 2010, residiam cerca de 374.013 habitantes. Nesse contexto está o bairro do Cabula, que tem cerca de 3,4 Km<sup>2</sup> (SANTOS, C.S., 2012, p.56) onde residiam, em 2010, 23.869 habitantes (BAHIA, 2016, p. 142).

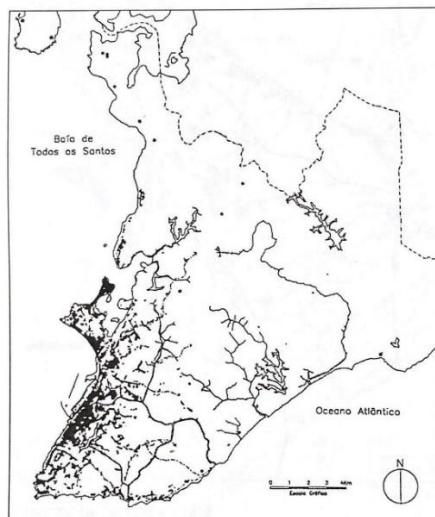
Vejamos a seguir, a partir das categorias de análise Processo; Estrutura; Função; e Forma<sup>3</sup>, sugeridas por Milton Santos (1985, p 49-59), como se engendra a organização espacial do Cabula e do seu entorno, a partir da inserção do 19ºBC.

#### 4.2.2 Entre o início da década de 1940 e o final da de 1950

Até a década de 1940, o que hoje denominamos Miolo de Salvador e o então remoto e praticamente rural Cabula apresentavam baixíssima densidade demográfica. Essa assertiva fica bem explícita na obra de Gordilho-Souza (2000), como podemos observar na Figura 3.

<sup>3</sup> FORMA é o aspecto visível de um objeto, podendo também ser o arranjo de objetos que passam a constituir um padrão, é aquilo que pode ser tocado, que pode ser fotografado e/ou cartografado; FUNÇÃO é o papel, a atividade desempenhada pelo objeto criado. Como exemplos destacamos as funções da habitação, do comércio, do lazer, entre outras; ESTRUTURA é o modo como os objetos estão organizados; refere-se não a um padrão espacial, mas à maneira como os objetos se interrelacionam; a estrutura não é visível, como a forma pois se constitui numa matriz onde a forma é gerada; a estrutura é portanto a natureza social e econômica de uma sociedade, em um dado momento do tempo; é a matriz social onde as formas e funções são criadas e justificadas; PROCESSO é o movimento. É uma ação que se realiza continuamente, visando um resultado qualquer, implicando tempo e mudança (FERNANDES, 2015, p. 46-55).

Figura 3 – Ocupação de Salvador nos anos 1940  
OCUPAÇÃO DE SALVADOR - 1940



FONTE: UFBA. *Evolução física de Salvador*, V. 1, Salvador: CEAB-FAUFBA/PLANDURB-PMS, 1979.

Fonte: Gordilho-Souza, 2000, p 191.

Em função do exposto, é possível afirmar que o Cabula, a Prefeitura-Bairro VIII e o próprio Miolo de Salvador tiveram sua organização espacial transformada após a chegada do 19º Batalhão de Caçadores, em 1943, e que a ocupação ali iniciada foi ratificada pela expansão horizontal da cidade de Salvador, a partir da década de 1950. Observemos o comentário do entrevistado Marcos Bastos:

Quando chegou o 19º BC aqui, não tinha nada. Existiam as sedes das fazendas que compunham a área rural aqui, que era muito forte em plantação de laranja, e, não tinha nada. Quando o 19º veio é que começou a chegar luz, também... Mas, aí com o desenvolver dos anos a partir da década de 60, 1961, é que foi começando a ser instalados os principais serviços... Nós temos até um funcionário civil, Sr. Renato, que está no Batalhão desde 61 e ele cita que em 1961 não tinha nada no Cabula. Tinha uma escola pequenininha, que ela, ali até na área do Pernambués, próximo do Pernambués que atendia à população da zona rural; tinha uma mercearia dum (sic) turco que vendia o que o pessoal precisava aqui na área e só. Não tinha mais nada, então era difícil e, nessa época, a maioria do pessoal que servia o Exército realmente morava no Batalhão porque não tinha como o elemento ir prá (sic) casa todo

dia e retornar... (FERNANDES, 2003, p. 492).

Durante as investigações encontramos, reiteradas vezes, informações sobre o importante laranjal do Cabula e sobre uma tal praga avassaladora que o dizimou, entre o final da década de 1940 e início da de 1950. Na realidade, a referida devastação aparece em muitas conversas informais e em mais de 10% das 34 entrevistas (FERNANDES, 2003). Nos tais comentários sobre a extinção das então famosas Laranjas do Cabula, principalmente dos entrevistados mais antigos, foram repetidas as ilações com possíveis ações químicas de experimentos empreendidos pelo Exército, no 19º BC, que se instalara na área, um pouco antes do infortúnio. Bem, chegamos à conclusão que a referida suposição é infundada! Na entrevista concedida por Bastos, a resposta coerente e bem fundamentada desmistifica, contundentemente esse boato:

[...] Eu acho muito difícil isso ter acontecido, inclusive porque eu sou formado em defesa Química Biológica Nuclear, tenho um conhecimento bom sobre o assunto e, naquela época, o Exército não tinha nenhum tipo de arma, né? Desse calibre, arma biológica, principalmente prá (sic)

acabar assim com a cultura da laranja, prá (sic) exterminar totalmente com a cultura da laranja; as armas biológicas elas começaram a ser utilizadas muito no mundo a partir da Guerra do Vietnã, 1965 e mais utilizado como um agente desfolhante que ele mata toda a energia vital da planta e ela fica desfolhada prá (sic) impedir o pessoal de se esconder por trás delas. Atualmente o Exército não mexe com armas biológicas, então, se atualmente nós não mexemos com essas armas então você imagina há 30, 40 anos atrás que não tínhamos. Até prá (sic) ilustrar mais que isso, nosso contingente que foi prá (sic) Força Expedicionária Brasileira prá (sic) combater na Itália o Nazifascismo, chegando lá ela teve que receber todo o equipamento das tropas norte-americanas porque nós não tínhamos nada na época, então, se nós não tínhamos nem o equipamento básico prá (sic) combater, você imagina qualquer tipo de arma que pudesse destruir uma quantidade imensa dessas culturas (FERNANDES, 2003, p. 493).

Em função do exposto, consideramos que a assertiva teórica é, de fato, a melhor explicação para a questão. Quando Corrêa (2005, p 16-17) trata sobre a atuação dos proprietários fundiários em áreas localizadas nas periferias urbanas, sobretudo nas grandes cidades, aponta a tendência à transformação do uso agrícola em uso urbano, mais vantajoso financeiramente. Assim, em muitos casos, as terras passam por uma etapa de esterilização, levando, pois, à valorização fundiária. Ditas colocações teóricas coincidem plenamente com a realidade constatada no caso do Cabula.

Vale notar que, no que tange à cidade como um todo, conforme dito anteriormente, a década de 1950 foi marcada pelo início do processo de expansão horizontal a qual, dentre as causas, destacam-se a chegada da evolução dos transportes, o crescimento do centro urbano, a rigidez da estrutura da propriedade da terra na cidade e a forte

especulação imobiliária.

Na cidade de Salvador, o processo de expansão horizontal foi efetuado a partir de 1950. Ele foi condicionado pelo aperfeiçoamento dos meios de transporte, pelo desenvolvimento do centro e por fenômenos socioculturais particulares. Embora a crescente demanda de lugares para habitação pudesse ter sido, em grande parte, resolvida pela colmatação dos vazios internos do tecido urbano e proximidades, em função da rigidez da estrutura da terra na cidade, o crescimento da periferia foi a tendência predominante. O mecanismo de especulação imobiliária conferiu ao fenômeno uma intensidade muito distinta da que deveria ser a evolução natural (BRANDÃO, 1978, p. 160).

Em outros termos, ambos os processos – tanto a extinção das laranjas, principal produto agrícola do Cabula, como a expansão horizontal de Salvador – foram fundamentais para as transformações na estrutura, na função e na forma no próprio Cabula, no Miolo e na cidade como um todo.

#### 4.2.3 Entre o início da década de 1960 e o final da de 1970

O processo de mudanças na estrutura da cidade segue e nesse período foi que, de fato, o crescimento urbano se ampliou no Cabula e no Miolo como um todo. Ampliaram-se as transformações nos sistemas de transporte e de comunicação, no próprio bairro e na cidade de Salvador, dando um grande impulso ao crescimento do Cabula, situando-o em posição geográfica estratégica.

Entre as grandes transformações viárias apontamos: a construção da Rua Silveira Martins (1965 a 1966), a implantação da Avenida Luís Viana Filho (finais de 1960 e começo de 1970); e a pavimentação da BR 324 – acesso Norte da Cidade (1948 a 1959). Elas

situaram o Cabula e o Miolo em posição estratégica e promoveram profundas transformações em toda a cidade de Salvador.

Os anos de 1960 foram marcados pela acentuação do processo de expansão periférica que, ampliando a segregação da estrutura soteropolitana, expressaram tanto na função como na forma o modo como a população urbana se ajustou às novas condições sociais e econômicas da cidade. Salvador cresceu alargando seu tecido urbano além da necessidade real, em termos do espaço ocupado. A expansão horizontal, desenvolvida de forma artificial, aprofunda a crise da habitação e a deficiência dos serviços públicos municipais (MATTEDI; BRITO; BARRETO, 1979, p. 355).

Tudo isso fez com que a década de 1970 apresentasse um ritmo muito acelerado nas mudanças de funções e formas. Por um lado, houve a implantação de grandes estruturas públicas e/ou privadas, como uma das marcas fundamentais do período. Por outro, ocorreram grandes alterações no que diz respeito à questão da moradia, conforme ratificam Gordilho-Souza (2000); Santos (2003); Magalhães (2009); e Pena (2010). A implantação de grandes vias, a chegada de grandes instalações e a construção de moradias formais e informais trouxe a densificação da ocupação a partir da década em destaque.

Nesse sentido, a partir dos anos 1970, verificou-se, no processo de expansão ocorrido no Cabula, a implantação dos primeiros conjuntos habitacionais destinados às classes média e baixa, com forte atuação do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP) e da Habitação e da então Urbanização do

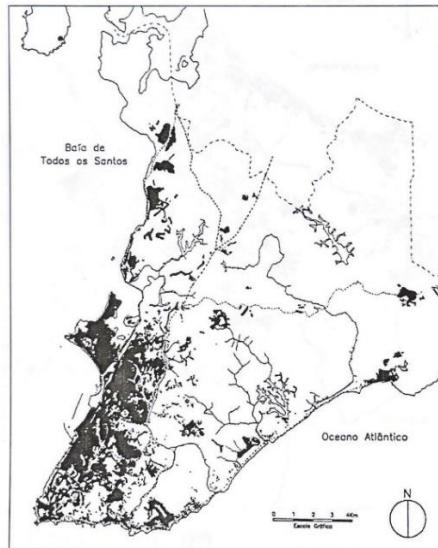
Estado da Bahia S/A (URBIS), esta liquidada em 1998 (FERNANDES, 2003, p. 194-195). Foi também nessa década que o então Ministério do Exército inaugurou o Conjunto Habitacional Visconde de Pirajá, nas proximidades do 19º BC.

Consideramos que a eleição do Cabula enquanto opção de moradia, a partir dessa década, estava ligada a fatores como baixo custo e grande quantidade de terrenos; incipiente, mas já existente infraestrutura básica; localização geográfica privilegiada; a enorme área verde que proporcionava um clima agradável; e a baixa densidade demográfica. Além disso, a ida de pessoas para o Cabula se deveu também à necessidade por habitação e a maior facilidade em se adquirir imóveis nessa parte da cidade.

Desde então os espaços verdes, antes comuns no Cabula, foram sendo substituídos por áreas densamente construídas, conforme demonstra Santos (2010; 2012). Assim, a década iniciada em 1970 e os anos posteriores foram marcados por alterações estruturais no Cabula: as antigas fazendas haviam sido vendidas e/ou divididas em lotes menores e aí se vai transformando o Cabula, tanto através de ocupação legal como ilegal (Figura 4).

Ocorreu um grande incremento de conjuntos habitacionais, no que tange às ocupações formais, promovidos direta ou indiretamente pelo governo. Contudo, também chegaram loteamentos legais e ilegais, parcelações e invasões (FERNANDES e REGINA, 2005). Em paralelo, novas estruturas são implantadas, atraindo pessoas de outras áreas ao bairro, a exemplo da Universidade do Estado da Bahia (UNEBA) e do Hospital Central Roberto Santos (HCRS).

Figura 4 – Ocupação de Salvador nos anos 1970  
OCUPAÇÃO DE SALVADOR - 1970



FONTE: UFBA. *Evolução física de Salvador*, V. 1, Salvador: CEAB-FAUFBA/PLANDURB-PMS, 1979.

Fonte: Gordilho-Souza (2000, p 191).

No âmbito da informalidade, disseminaram-se os loteamentos ilegais, que são áreas também consideráveis, divididas sem o respeito às normas estabelecidas para tal procedimento; as parcelações, subdivisões posteriores pelas quais costumam passar espaços menos valorizados, dentro dos loteamentos ilegais; e as invasões, categoria composta pelos que se apropriam de terrenos alheios para construir sua morada.

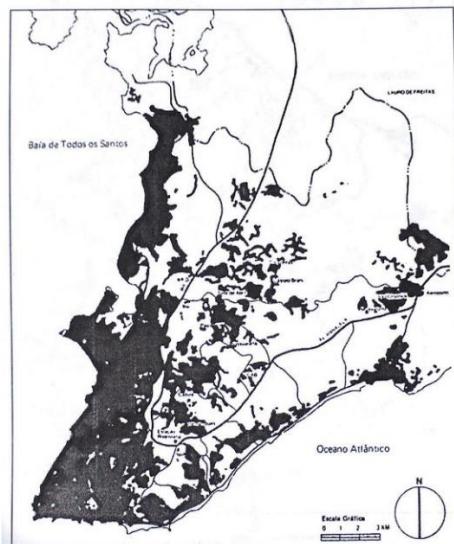
#### 4.2.4 Entre o início da década de 1980 e o final da de 1990

Nesse período, o processo de ocupação segue acelerado (Figura 5), fato que, somado à despreocupação com o meio ambiente, vai fazendo desaparecer as áreas

verdes rapidamente. A densificação demográfica passa a ser cada vez mais atraente, também, para o setor comercial. Essa afirmação pode ser constatada, por exemplo, através do aparecimento de uma série de centros comerciais que passam a marcar a paisagem do bairro.

O processo de crescimento espacial, horizontal e vertical, ampliou o custo da terra urbana e dificultou o acesso ao solo para a maioria da população da cidade de Salvador, principalmente para os integrantes do que Corrêa (2005, p. 29-31) denomina de Grupos Sociais Excluídos. Em Salvador, o processo de ocupação da periferia também foi realizado diretamente pelo Governo, através do Sistema Financeiro de Habitação, com a construção de grandes conjuntos habitacionais em áreas afastadas e carentes de serviços e infraestrutura.

Figura 5 – Ocupação de Salvador nos anos 1980  
OCUPAÇÃO DE SALVADOR - 1980



FONTE: Base Cartográfica, RMS/CONDER/SICAR, Salvador: 1983.

Fonte: Gordilho-Souza (2000, p 192).

Em função de todos esses fatores, a busca da satisfação da inexorável necessidade de moradia se realizou em áreas da periferia da cidade. Assim, a década de 1980 foi caracterizada pelo crescimento da periferia como a forma espacial mais importante da cidade, onde o chamado Miolo é o grande alvo da expansão urbana periférica de Salvador.

O “Miolo da cidade” é o grande exemplo da expansão periférica de Salvador, com a implantação de grandes conjuntos habitacionais, muitas invasões e favelas, bem como a existência de vários loteamentos legais e ilegais, entre outros. Entretanto, esta época também apresenta um forte crescimento da área urbana contínua através da verticalização de vários bairros e da ocupação dos espaços vazios que ainda existiam (FERNANDES e REGINA, 2005, p. 124).

A partir da década de 1980, Salvador, em termos de forma, passa a ser bem mais complexa e fragmentada. Neste sentido, Silva (1991) afirma que a paisagem

da cidade torna-se um grande mosaico no qual o centro dos negócios tem índices de verticalização inferiores aos de vários bairros residenciais; as moradias de baixa renda se situam tanto entre os bairros de classe média na área urbana contínua – periferia social –, como em áreas dispersas da cidade – periferia sócio-espacial (FERNANDES, 1992); as atividades industriais e associadas se deslocam do tecido urbano para eixos periféricos – principalmente a BR 324; o comércio e os demais serviços têm fortes desdobramentos em bairros vizinhos ao centro ou em sua periferia imediata.

Como resultado desse crescimento acelerado, pode-se falar de um “caos organizado”.

Apesar da forma problemática assumida pela expansão urbana, anteriormente analisada, a Cidade tem sido capaz de assegurar a continuidade do crescimento econômico regional, com maiores benefícios para a reprodução das formas capitalistas modernas (SILVA, 1991, p. 73-74).

#### 4.2.5 Entre o início da década de 1990 e o final de 2019

A última década do século XX e as

primeiras do século XXI são marcadas pela sedimentação das mudanças engendradas e descritas a partir de 1943, quando a instalação do 19º BC começou a grande mudança no Cabula e no Miolo da cidade de Salvador.

Na realidade, a clientela majoritária dos empreendimentos do Cabula foram as camadas sociais mais populares, o que se perpetuou até 1999. Contudo, como afirma Pena (2010, p. 50):

Na primeira década do século XXI o Cabula começou a experimentar outro modelo de moradia, seguindo a tendência soteropolitana, caracterizado pela verticalização imobiliária e a construção de condomínios fechados.

E segue o raciocínio afirmando que o bairro, antes caracterizado pelos conjuntos habitacionais, passa a abrigar empreendimentos residenciais com gabaritos bastante elevados.

[...] a verticalização no Cabula não é um fato isolado, ela segue uma tendência hegemonic,

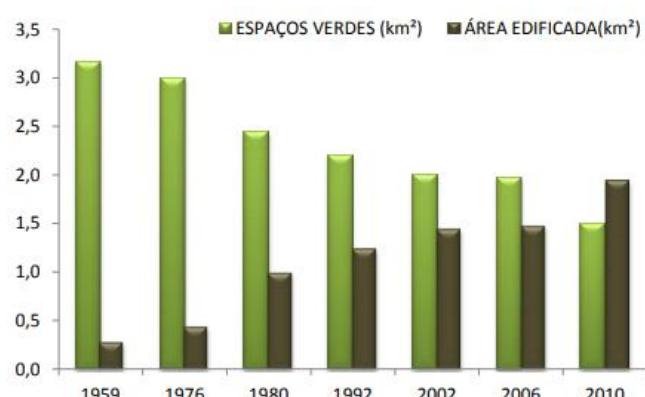
sobretudo nas grandes metrópoles [...] pois os investidores desejam aproveitar o máximo do solo disponível e, assim, obter mais lucro (PENA, 2010, p. 51-52).

Ditos empreendimentos destinam-se a um outro perfil de moradores:

Segundo Marcos Vieira Lima, da ADEMI-BA, a renda familiar média de quem adquire esses novos empreendimentos varia entre 10 e 15 salários mínimos. Isso representa uma grande mudança no perfil sócio-econômico da população do Cabula, visto que até os anos 1990 os conjuntos habitacionais destinavam-se majoritariamente às famílias de até 5 salários mínimos, conforme visto anteriormente (PENA, 2010, p. 53).

Segundo Santos (2010; 2012), houve uma drástica redução dos espaços verdes no Cabula, desde o início de sua ocupação, o que é muito bem demonstrado na Figura 6, que relacionou as extensões entre espaços verdes e áreas edificadas.

Figura 6 – Espaços verdes x espaços edificados no Cabula (1959-2010)



Fonte: Santos (2012, p 100).

Como dito anteriormente, o Cabula e o seu entorno ampliaram sua capacidade atrativa e mudaram seu perfil de ocupação aceleradamente. Sua posição estratégica é ainda mais reforçada com a inauguração da Avenida Luís Eduardo Magalhães (1999) e do Metrô de Salvador (2014). Ambas,

intervenções de grande porte e levadas a termo pelo Governo do Estado da Bahia, que afetaram diretamente o Cabula. A referida Avenida, em especial, acabou por reduzir, ainda mais, a área verde, primordialmente tão marcante no bairro.

Segundo o depoimento de Bastos, o

processo não passou pelo 19º BC. Tudo foi acertado com o Comando do Exército, mais especificamente com o General da 6ª região militar.

O Batalhão só recebeu a notícia de que seria realmente construída essa estrada e até onde eles poderiam cortar a nossa área porque prá (sic) construção, foi realmente cortada uma área muito grande verde.

[...] foi a solução que eles encontraram para evitar a desapropriação ali do Pernambués, que nós chamamos aqui de “Baixa do Manu”, essa parte aqui de baixo que, se fosse puxar a avenida pro outro lado, teria que desapropriar toda aquela área, tirar todos os moradores dali, o custo para a construção seria muito maior. Então, como essa área originalmente já tinha

sido doada pelo Governo do Estado prá (sic) construção aqui do Batalhão do Exército, então “foi apenas”, devolução... pro Estado, prá (sic) poder construir essa avenida (FERNANDES, 2003, p. 495).

Assim, é possível afirmar que a cidade de Salvador, o Miolo e o Cabula vêm passando, desde a década de 1940 até os nossos dias, por um amplo e profundo processo de transformação tanto na estrutura como nas funções e formas. Os espaços foram sendo plenamente preenchidos e a complexidade do tecido urbano se generalizou, restando, nessa região, apenas por conta da presença do 19º BC, uma faixa de área verde importante, como pode ser visto na Figura 7.

Figura 7 – Extensões de área verde atribuídas ao 19º BC (2019)



Fonte: autores (2019).

Nesse contexto de conexões e reconexões do bairro do Cabula e seus arredores, destaca-se ainda a implantação da Via Expressa Baía de Todos os Santos (inaugurada em 2013). A atratividade é reforçada e bem explicitada com a consolidação do Complexo de Uso Misto Horto Bela Vista, cujo Shopping homônimo foi inaugurado em 2012, e primeiros condomínios associados começaram a funcionar em 2014 (PORTELA; CAMPOS, 2019, p. 10-11).

No caso específico do Cabula,

dentre os efeitos mais marcantes das ações engendradas no século XX e reverberadas no século XXI destacamos o grande adensamento populacional; a implementação do comércio e dos serviços, de uma maneira geral mas, principalmente, às margens da sua principal via interna, a Rua Silveira Martins (ARAÚJO, 2013) e com foco para o setor educacional (ARAÚJO, 2012); o desmatamento indiscriminado para a construção das vias de acesso e dos inúmeros imóveis aí instalados; o

desmatamento e o acúmulo de lixo, que acabam por acelerar o processo de erosão das encostas; o aumento considerável no trânsito de veículos coletivos e particulares, que eleva os índices de poluição do ar e sonora.

## 5 CONCLUSÃO

Em função do exposto anteriormente, é possível afirmar que, em pleno século XXI, a cidade de Salvador está integrada ao capital industrial e financeiro, constituindo-se em um ambiente afeito e adequado para a reprodução capitalista no contexto do processo de globalização. Uma tendência comum entre metrópoles brasileiras cujos processos urbanos situam-se em séculos.

Contudo, os ganhos econômicos gerados na e pela cidade não estão distribuídos de forma equitativa, visto que grande parte de seu contingente populacional está alijado da maioria dos benefícios das transformações aqui elencadas. Assim, uma estrutura social e economicamente excludente se concretiza numa realidade urbana com fortes traços de segregação residencial, onde áreas cheias de contrastes reúnem, ao mesmo tempo, situações bem distintas. Há setores bem servidos em infraestrutura e bem localizados em termos de acessibilidade, em oposição a uma periferia extensa e carente de infraestrutura e de serviços de uma maneira geral.

No caso do Cabula, que foi originariamente ocupado por quilombos e candomblés e depois por grandes chácaras de laranja, diversos fatores levaram à complexidade que temos em 2019 e fizeram do bairro uma nova centralidade na cidade. Dentre os referidos fatores destacamos a instalação do 19º BC (1943); a forçada expansão horizontal da cidade (década de 1950); a instalação de grandes edificações públicas e privadas e de conjuntos residenciais populares (décadas de 1970, 1980 e 1990); a instalação de grandes eixos viários internamente e no

entorno (entre 1943 e 2014); a chegada de comércio e serviços para atendimento da crescente população; e a mudança no perfil dos residentes.

Tal processo gerou mudanças profundas como a crescente densificação do bairro e a completa transformação tanto na sua função urbana, quanto em sua forma efetiva. Mas o fato de não ter havido preocupação com as questões ambientais levou a um verdadeiro extermínio da fauna e da flora locais. Em 2019, não fora pela área ocupada pelo 19º BC, praticamente toda a cobertura vegetal do Cabula teria sido extirpada.

Ao observar que, exceto os 0,48 Km<sup>2</sup>, as áreas que saíram do controle do Batalhão perderam a cobertura vegetal de forma contundente, levando-nos a afirmar que o 19º BC atua para além de todas as suas atribuições institucionais, pois apresenta-se como um verdadeiro guardião da Mata Atlântica urbana de Salvador.

Diante do exposto, das perspectivas alardeadas pelos gestores da cidade no que tange a novas vias a serem implementadas em Salvador (Projeto Linha Viva), bem como da redução dos parâmetros destinados à proteção ambiental pelo recente Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PDDU, 2016), apontamos a necessidade urgente de maior aproximação entre o próprio Exército Brasileiro, a comunidade local (Cabula), arredores (Miolo) e os soteropolitanos como um todo, em defesa da manutenção da área ocupada pelo 19º Batalhão de Caçadores!

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D. M. S. **Análise dos serviços de educação no Cabula.** 2012. Monografia (Programa de Iniciação Científica – Turismo de Base Comunitária do Cabula e entorno) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia. 2013.

ARAÚJO, D. M. S. **Análise do uso e ocupação do solo na margem da Rua**

**Silveira Martins, Salvador-Bahia.** 2013. Monografia (Curso de Urbanismo) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia. 2013.

BAHIA. CONDER. INFORMS (Org.).

**Painel de Informações:** dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro /Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia. 5. ed. Salvador: CONDER/ INFORMS, 2016. Disponível em:  
[http://www.informs.conder.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/10/1\\_INFORMS\\_Painel\\_de\\_Informacoes\\_2016.pdf](http://www.informs.conder.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/10/1_INFORMS_Painel_de_Informacoes_2016.pdf). Acesso em 18 mar. 2018.

BRANDÃO, M. A. Origens da expansão periférica de Salvador. **Planejamento**. Salvador, v.6, n.2, p.155-172, abr./jun., 1978.

BRASIL. Ministério da Defesa. 6ª Região Militar. **19º Batalhão de Caçadores**. Disponível em:  
<http://www.19bc.eb.mil.br/index.php/missao-visao-e-valores>. Acesso em: 22 ago. 2019.

CASTRO, Y.A.P. **De l'intégration des apports africains dans le parti de Bahia, au Brésil**. Lumbubashi, 1976. (Tese de Doutorado para a Universidade Nacional do Zaire).

CORRÊA, R.L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2005.

CORRÊA, R.L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FERNANDES, R.B. **Contribuições geográficas para análises do contexto em que vivemos**: conceitos centrais da Geografia. 2015. Monografia (Concurso para Professor Titular) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia. 2015.

FERNANDES, R.B. **Las políticas de la vivienda en la ciudad de Salvador y los procesos de urbanización popular en el caso del Cabula**. 2000. Feira de Santana: UEFS, 2003.

FERNANDES, R.B. **Las políticas da la vivienda en la ciudad de Salvador y los procesos de urbanización popular en el caso del Cabula**. 2000. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidad de Barcelona, Espanha. 2000.

FERNANDES, R.B. **Periferização sócio-espacial em Salvador**: análise do Cabula, uma área representativa. 1992. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador. 1992.

FERNANDES, R.B.; PENA, J.S.; LIMA, J. B. Cabula: entre produção do espaço e especulação. In: SILVA, F. de P. S. da. (Org.). **Turismo de base comunitária e cooperativismo**: articulando pesquisa e ensino no Cabula e entorno. Salvador: EDUNEB, 2013. p. 53-68.

FERNANDES, R.B.; REGINA, M.E.R. O acelerado crescimento dos bairros populares na cidade de Salvador-Bahia e alguns dos seus principais impactos ambientais: o caso do Cabula, geograficamente estratégico para a cidade. **GEOSUL**, Santa Catarina, v. 20, n. 39, 2005. Disponível em:  
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13311>. Acesso em: 22 ago 2019.

GORDILHO-SOUZA, A. **Limites do habitar**. Segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. Salvador: EDUFBA, 2000.

LIMA, J. B. **Os “Cabulas” de Salvador**: confrontando as delimitações de 1992 e de 2010. 2010. Monografia (Curso de

Urbanismo) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia. 2010.

**MAGALHÃES, I. A. Estudo da reconfiguração e da valorização imobiliária na área do Cabula em Salvador – Bahia:** uma análise entre 1970 e 2008. 2009. Monografia (Curso de Urbanismo) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia. 2009.

**MATTEDI, M. R. M.; BRITO, M. R.; BARRETO, S. S.** Salvador: o processo de Urbanização. In: CPE; SEPLANTEC; OCEPLAN. **Habitação e Urbanismo em Salvador.** Salvador: SEPANTEC/OCEPLAN, 1979. p. 337–364.

**PENA, J. S. A especulação imobiliária chega à periferia urbana de Salvador:** origens e perspectivas do Cabula sob a ótica da habitação. 2010. Monografia (Curso de Urbanismo) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia. 2010.

**PINHEIRO, E. P. Europa, Francia y Bahia.** La difusión y adaptación de los modelos urbanos europeos. Barcelona, 1998. Tesis. (Doctorado de la Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona) – UPC. Barelona. España. 1998.

**PORTELA, A. S. B.; CAMPOS, J. M. A influência da Via Expressa Baía de Todos os Santos para a consolidação do complexo de uso misto Horto Bela Vista, Salvador – BA.** 2019. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, Bahia. 2019.

**SALVADOR, PMS, SECOM, 2017.** Disponível em: <http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php/todas-as-noticias-4/50635-salvador-passa-a-contar-oficialmente-com-163-bairros>. Acesso em: 2 de setembro de 2019.

**SALVADOR, PMS, SECOM, 2017. Vôo aerofotogramétrico 2017 da Prefeitura Municipal de Salvador.** Disponível em: [http://mapeamento.salvador.ba.gov.br/geo/desktop/index.html#on=layer/default;scalebar\\_meters/scalebar\\_m;orto2016/Ortoimagem\\_Salvador\\_2016\\_2017&loc=95.32203157890528;-4274621.036747547;-1469480.997948531](http://mapeamento.salvador.ba.gov.br/geo/desktop/index.html#on=layer/default;scalebar_meters/scalebar_m;orto2016/Ortoimagem_Salvador_2016_2017&loc=95.32203157890528;-4274621.036747547;-1469480.997948531). Acesso em: 19 de set. de 2019.

**SALVADOR, PMS. Lei nº 8376/2012.** Modifica a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal do Salvador e dá outras providências. Salvador, BA: PMS, [2013]. Disponível em: [www.LeisMunicipais.com.br](http://www.LeisMunicipais.com.br). Acesso em: 4 de set. de 2019.

**SALVADOR, PMS. Lei nº 9278/2017.** Dispõe sobre a delimitação e denominação dos bairros do Município de Salvador, Capital do Estado da Bahia. Salvador, BA: PMS, [2017]. Disponível em: [www.LeisMunicipais.com.br](http://www.LeisMunicipais.com.br). Acesso em: 2 de set. de 2019.

**SANTOS, C. S. Os sistemas de informação geográfica aplicados à análise espacial para o mapeamento dos espaços verdes do bairro do Cabula na cidade do Salvador – Bahia – Brasil.** 2012. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Portugal, 2012.

**SANTOS, C. S. Supressão de áreas verdes como consequência da urbanização no bairro do Cabula, Salvador – Ba.** 2010. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, Bahia. 2010.

**SANTOS, E.; PINHO, J.A.G. de; MORAES, L.R.S.; FISCHER, T. O Caminho das Águas em Salvador:** Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010.

**SANTOS, I.C.S. Como se apresenta a oferta dos serviços no Resgate diante do seu crescimento.** 2003. Monografia (Curso de Urbanismo) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia. 2003.

**SANTOS, M. Espaço & método.** São Paulo: Nobel, 1985.

**SANTOS, M. O centro da cidade de Salvador:** estudo de Geografia Urbana. 2.

ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SILVA, S.C.B. M. Processo de crescimento espacial de Salvador. In: SILVA, S.C.B.M.; SILVA, B.C.N. **Cidade e Região no Estado da Bahia.** Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1991. p. 57-80.

**VASCONCELOS, P. A. Salvador:** Transformações e permanências (1549-1999). 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2016.

## ESTRESSE OCUPACIONAL EM ENFERMEIROS MILITARES

Pricilla Cândido Alves<sup>1</sup>

**Resumo.** O estresse ocupacional consiste em um processo em que atuam estressores-respostas, sendo as percepções individuais mediadoras entre o ambiente de trabalho e as respostas do indivíduo. O ambiente de trabalho da enfermagem militar possui peculiaridades que podem ser percebidas como estressores e desencadear processos de adoecimento. O estudo objetivou identificar e compreender os estressores ocupacionais percebidos por enfermeiros militares. Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, realizada em um Hospital Militar do Exército Brasileiro, em Fortaleza – CE. Foi constituída por sete enfermeiras. A coleta de dados ocorreu em agosto de 2019 por meio de entrevista com uso de gravador eletrônico. Os dados foram analisados de forma descritiva e utilizou-se a proposta de interpretação de Minayo para elaboração das categorias de análise. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da SESA – CE (Parecer nº 3.511.288). A partir das unidades de significação dos discursos dos participantes foram identificadas três categorias de análise: 1. Percepção dos enfermeiros sobre as repercussões do ambiente de trabalho na vida cotidiana; 2. Estressores ocupacionais percebidos; 3. Enfrentamento dos estressores ocupacionais. A média de idade das participantes foi de 35 anos. A renda familiar média foi R\$ 9.928,00. Em relação ao sexo, todas são do sexo feminino. As participantes possuem em média 9,7 anos de tempo de formação profissional e atuam em média há 2,7 anos como Oficiais Enfermeiras. Todas as participantes possuem vínculo como oficial temporário e cumprem carga horária semanal média de 42,28 h/semana. 85,72% das Oficiais não teve nenhum afastamento no último ano. Todas as participantes afirmaram que não estão satisfeitas com as escalas de serviço, porém 85,72% afirmaram estarem satisfeitas com o trabalho. A percepção das enfermeiras militares sobre o estresse ocupacional evidenciou que este cenário é constituído de estressores típicos da profissão, porém a satisfação em atuar na Instituição supera essas peculiaridades.

**Palavras-chave:** Estresse Ocupacional. Enfermagem Militar. Adaptação Psicológica.

**Abstract.** Occupational stress is a process in which stressor-responses act, with individual perceptions mediating between the work environment and the individual's responses. The military nursing work environment has peculiarities that can be perceived as stressors and trigger disease processes. The study aimed to identify and understand the occupational stressors perceived by military nurses. This is a qualitative approach research, carried out in a Brazilian Army Military Hospital, in Fortaleza-Ce. It consisted of seven nurses. Data collection took place in August 2019 through interviews using electronic recorders. Data were analyzed descriptively and Minayo's interpretation proposal was used to elaborate the analysis categories. The study was approved by the Research Ethics Committee of SESA-Ce (No. 3.511.288). From the meaning units of the participants' discourses, three categories of analysis were identified: 1. Perception of nurses about the repercussions of the work environment on daily life; 2. Perceived occupational stressors; 3. Coping with occupational stressors. The average age of the participants was 35 years old. The average family income was R\$ 9,928.00. Regarding gender, all are female. The participants have an average of 9.7 years of

<sup>1</sup>Capitão QCO Enfermeira da turma de 2011. Doutora em Enfermagem na Promoção da Saúde pela UFC em 2015. Mestre em Enfermagem na Promoção da Saúde pela UFC em 2010. Especialista em Enfermagem do Trabalho pela UECE em 2009. Especialista em Aplicações Complementares às Ciências Militares pela EsFCEx em 2011.

professional training and have been working for 2.7 years on average as Official Nurses. All participants have a temporary officer and have an average weekly workload of 42.28 h/week. 85.72% of the Officers had any leave in the last year. All participants stated that they are not satisfied with the service scales, but 85.72% said they were satisfied with the work. The perception of military nurses about occupational stress evidenced that this scenario consists of typical stressors of the profession, but the satisfaction in working in the institution overcomes these peculiarities.

**Keywords:** Occupational Stress. Military Nursing. Adaptation. Psychological.

## 1 INTRODUÇÃO

O termo estresse foi utilizado pela primeira vez, na área da saúde, em 1926 por Hans Selye, que o explicou como um desgaste geral do organismo cuja reação psicológica com componentes emocionais, físicos, mentais e químicos a determinados estímulos estranhos levam à irritabilidade, amedrontamento, excitação ou confusão. Assim, o estresse foi definido como um conjunto de reações que ocorrem em um organismo quando este está submetido ao esforço de adaptação (PEREIRA *et al*, 2016).

Os estímulos capazes de provocar a quebra da homeostase do organismo são chamados de eventos estressores e estes podem ser classificados como externos (relacionados às condições externas que afetam o indivíduo), e internos (determinados completamente pelo próprio indivíduo). Cada indivíduo possui um nível de tolerância diferente às situações estressantes e a suscetibilidade do indivíduo ao estresse varia de acordo com sua habilidade em lidar com o problema (PAIVA; GOMES; HELAL, 2015).

No que diz respeito à relação entre estresse e trabalho, é possível constatar que o ser humano se depara hoje com um universo profissional que, comumente, faz exigências além da sua capacidade. Tal fato gera um constante estado de estresse entre os trabalhadores. Trata-se do estresse de caráter ocupacional. As doenças surgem quando a capacidade do indivíduo se esgota para, de forma saudável, responder ao

trabalho (SALVADOR; SILVA; LISBOA, 2013).

Algumas vezes o trabalho passa a mobilizar sentimentos negativos no trabalhador, podendo levá-lo ao sofrimento e, a partir disso, desenvolver recursos para suportar e não adoecer devido às pressões psíquicas da atividade. A enfermagem é uma profissão estressante, geradora de agravos à saúde física e psíquica, que podem confluir para o adoecimento do profissional (PEREIRA *et al*, 2015).

Ao considerar o ambiente de trabalho da enfermagem militar, Patrician, Shang e Lake (2010), em estudo realizado com enfermeiras do Exército Americano, afirmaram que os enfermeiros do Exército têm responsabilidades de manter não só a sua competência clínica, mas também suas habilidades de soldado, como atividades com armas de fogo e aptidão física. Além disso, como oficiais do Exército, devem avançar em liderança, habilidade e responsabilidade ao longo de suas carreiras.

Da mesma forma, a atuação da Enfermagem no Exército Brasileiro (EB) também exige o desenvolvimento dos mesmos atributos mencionados no estudo americano, em que os profissionais também se deparam com alguns aspectos típicos não apenas do ambiente de trabalho militar, mas também da profissão de Enfermagem, tais como: estrutura hierárquica por vezes pouco flexível, dimensionamento insuficiente de pessoal, sobrecarga de tarefas e alto nível de exigência, os quais podem ser percebidos como estressores do ambiente de trabalho e desencadear

processos de adoecimento. Tal evidência foi confirmada no estudo de Ignatti (2012), em que se verificou que 62,30% do estresse do pessoal de enfermagem era proveniente do próprio trabalho desenvolvido.

No âmbito militar brasileiro são poucos os estudos que abordam esta temática. Após pesquisa nas bases de dados Scielo, Portal da Capes, PubMed, Cinahl, BVS e em repositórios do Exército Brasileiro foram encontrados os estudos de Tupinambá (2018), sobre estresse com militares atuantes em missões de paz, e Santos (2018), com alunos de cursos de formação, não havendo nenhum estudo desenvolvido com estresse ocupacional e Enfermeiros Militares.

Diante deste contexto, surgiram inquietações com relação à investigação da ocorrência de estresse ocupacional entre os enfermeiros militares e dos estressores presentes nesse ambiente de trabalho, para que se possa atuar no sentido de minimizar os danos e impactos negativos a nível individual, social e organizacional.

O estudo objetivou identificar e compreender os estressores ocupacionais percebidos por enfermeiros militares a fim de propor estratégias de enfrentamento para esta problemática.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Estresse: conceitos e definições

O estresse é uma resposta não específica do organismo diante de qualquer situação que ameace a homeostase do indivíduo, gerando a necessidade de mobilização para enfrentar o evento causador do desequilíbrio biopsicossocial, considerado um processo e com objetivo de adaptar o organismo a uma condição interna ou externa, que de alguma forma esteja alterando a percepção de bem-estar vivenciada pelo sujeito (SANTOS; ALVES JÚNIOR, 2007).

Além dessa definição de estresse, que considera a adaptação, ou seja, o indivíduo na tentativa de adaptar-se na presença de uma situação estressante ou

perturbadora há o entendimento de estresse em termos de análise comportamental.

Esse entendimento, segundo Banaco (2005), pode ser compreendido como uma mudança na relação do sujeito com o ambiente devido a alterações ambientais aversivas, o que implicará na necessidade de um novo repertório. Assim, se o indivíduo diante de uma alteração ambiental aversiva não apresentar respostas comportamentais adaptativas, pode-se considerar que isso incorrerá em um problema.

Desse modo, o processo de estresse será desencadeado e desenvolvido de maneira diferente para cada indivíduo, uma vez que a análise de cada evento como aversivo ou não dependerá de como cada pessoa aprendeu a percebê-lo. Isso significa, também, que o processo de estresse está intimamente relacionado à história de vida de cada indivíduo, considerando os pensamentos, sentimentos, regras e autorregras que são aprendidas ao longo da vida.

As respostas de adaptação ao estresse, conforme Lipp (2000), apresentam-se em fases cujo processo em sua totalidade se denomina Síndrome de Adaptação Geral (SAG). Além das fases em que o estresse se divide, para uma melhor compreensão desse processo, é importante conhecer que as fontes de estresse ou eventos estressores também apresentam uma classificação ou divisão, que pode variar de acordo com a abordagem de diferentes autores.

Para Margis e colaboradores (2003), os estressores podem ser delineados em três categorias: macroestressores, microestressores e os estados de tensão crônica. Os macroestressores são eventos específicos que ocorrem ao longo do curso da vida, podendo originar efeitos fisiológicos e psicológicos sob a forma de sintomas e desadaptação. Os microestressores referem-se às situações cotidianas que geram estresse a partir do acúmulo de diversos eventos de menor porte (engarrafamento, discussões

conjugais, entre outros). Os estados de tensão crônica são as experiências agressoras vividas no decorrer dos anos e que podem causar patologias graves ao longo da vida (violência infantil, por exemplo).

Outra classificação é a adotada por Sanzovo e Coelho (2007), a qual afirma que as fontes de estresse podem ser divididas em externas e internas. As fontes externas são aquelas que englobam eventos não dependentes diretamente do controle do indivíduo, isto é, mudanças inesperadas, problemas do cotidiano, acidentes ou doenças, por exemplo. Já as fontes internas estão diretamente relacionadas à pessoa e aos comportamentos privados, podendo constituir-se do padrão comportamental apresentado, nível de assertividade, vulnerabilidade, entre outros.

## 2.2 Estresse *versus* trabalho

Seyle foi precursor das pesquisas sobre estresse, analisando as respostas fisiológicas apresentadas por animais quando expostos a situações adversas ou ameaçadoras. Nos últimos anos, pesquisadores têm se debruçado sobre a relação entre estresse e trabalho, utilizando o construto “estresse ocupacional” (BEZERRA; MYNAIO; CONSTATINO, 2013).

Paschoal e Tamayo (2004) consideram o estresse ocupacional como um processo em que atuam estressores-respostas. Esse é um enfoque abrangente que enfatiza tanto os fatores organizacionais que contribuem para o problema quanto suas respostas fisiológicas, psicológicas e comportamentais aos eventos avaliados como estressantes. Essa abordagem acentua o caráter relacional do conceito que envolve ambiente de trabalho e sujeito e atribui importância às percepções individuais como mediadoras entre o ambiente de trabalho e as respostas do indivíduo.

Nesse sentido, estudiosos da temática abordam dois conceitos

importantes e que denominam de “eustresse” e “distresse, ou estresse negativo”. Para Rossi, Perrewe e Sauter (2012), o estresse provém de fatores advindos da carga de trabalho, relações interpessoais e condições de trabalho, mas a eles os indivíduos reagem de forma diferente. Alguns respondem com robustez, otimismo, autoconfiança, senso de coerência e capacidade de resiliência, ou seja, com “eustresse”. Outros respondem com raiva, rancor, frustração, excesso de fadiga, alienação no trabalho e queda de produtividade: é o “distresse ou estresse negativo”, para o qual contribui sobremaneira a forma de gestão. Essa distinção teórica é fundamental e responde à questão de porque nem todo mundo adoce frete às adversidades e riscos vivenciados.

De modo geral, há uma tendência em se considerar o estresse ocupacional como um processo estressores-respostas, já que este consiste no enfoque mais completo e engloba aquele baseado nos estressores e o baseado nas respostas. Apesar das peculiaridades e de haver mais de um modelo para explicar o estresse ocupacional, tem-se constatado um consenso entre os estudiosos da área de que as percepções dos indivíduos são mediadoras do impacto do ambiente de trabalho sobre o profissional; para algo na organização ser um estressor, é necessário que seja percebido como tal pelo empregado. Em relação aos estressores organizacionais, estes podem ser de natureza física (por exemplo, barulho, ventilação e iluminação do local de trabalho) ou psicossocial, sendo que os últimos têm despertado maiores interesses dos estudiosos dos aspectos organizacionais (PASCHOAL; TAMAYO, 2004).

Um dos modelos mais referenciados na literatura sobre o estresse ocupacional é o de Cooper, Dewe e O'Driscoll (2001). Os autores propõem seis principais categorias de estressores de natureza psicossocial: fatores associados à natureza do trabalho; papéis organizacionais; relacionamento

interpessoal no trabalho; insegurança na carreira; conflito trabalho-família e características organizacionais.

Os fatores associados à natureza do trabalho dizem respeito a aspectos inerentes ao contexto das tarefas desempenhadas pelo trabalhador, dentre os quais merecem destaque a sobrecarga que elas representam para o indivíduo e o grau de controle que ele exerce sobre elas. A sobrecarga de tarefas associa-se à extensão em que o empregado convive com demandas que excedem sua capacidade de trabalho. O grau de controle no contexto do trabalho refere-se à autonomia ou liberdade que o empregado tem sobre as suas próprias tarefas, no que diz respeito ao planejamento e à tomada de decisões sobre elas (COOPER; DEWE; O'DRISCOLL, 2001).

No que se referem aos papéis organizacionais, Beehr, Bowling e Bennett (2010) afirmam que estes se relacionam às expectativas e exigências sobre os comportamentos adequados a uma determinada função e podem ser subdivididos em ambiguidade de papéis, conflito de papéis e responsabilidade de papéis. A ambiguidade de papéis surge quando as pessoas não obtêm informações suficientes sobre as expectativas e exigências relativas às suas funções. O conflito de papéis vincula-se às incompatibilidades entre as expectativas inerentes às diferentes funções que os empregados devem desempenhar. A pressão da responsabilidade pode ser subdividida em responsabilidade por coisas e responsabilidade por pessoas.

O relacionamento interpessoal no trabalho ou suporte social refere-se às interações positivas que os empregados mantêm com seus colegas e superiores, as quais se revertem em ajuda emocional e instrumental. Tal ajuda pode se constituir em grande fonte de apoio, sendo que a falta dessa ajuda costuma levar ao aumento da sensação de pressão que gera o estresse ocupacional (FERREIRA *et al*, 2015).

As fontes de estresse inerentes à insegurança na carreira vinculam-se à

instabilidade sobre a manutenção do posto de trabalho e à percepção de falta de oportunidades de promoção, que impedem o desenvolvimento da carreira do indivíduo na organização. Elas dizem respeito, portanto, às dificuldades de desenvolvimento profissional, motivada sobretudo pela falta de segurança na carreira (COOPER; DEWE; O'DRISCOLL, 2001).

O conflito trabalho-família relaciona-se à incompatibilidade entre as exigências dos papéis intrínsecos ao trabalho e as exigências dos papéis a serem desempenhados na família, ou vice-versa, o que costuma gerar pressão para o indivíduo.

As condições psicossociais vinculadas às características organizacionais diferem dos estressores anteriores em função de se encontrarem em um nível macro de análise (organização), enquanto as outras fontes de estresse pertencem ao nível micro de análise. Tais características relacionam-se ao clima da organização, às políticas por ela adotadas e à sua cultura (COOPER; DEWE; O'DRISCOLL, 2001).

### **2.3 A Enfermagem Militar e o *locus* de trabalho**

Em diversos países, a necessidade de estruturar serviços de saúde no âmbito das forças armadas serviu de argumento para o aproveitamento de mulheres enfermeiras nesses espaços culturalmente masculinizados. Por oportuno, a incorporação oficial de enfermeiras em instituições militarizadas ocorreu principalmente em momentos de guerra, ocasiões reconhecidas como importantes vetores de profissionalização da Enfermagem. Esse movimento contribuiu para a demarcação das posições ocupadas pelas mulheres nos campos militar e social. De modo exemplar, tal situação ocorreu no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) (LOURENÇO *et al*, 2017).

O Serviço de Saúde da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que atuou

no contexto da Segunda Guerra Mundial contou com 166 médicos, 26 dentistas, 6 farmacêuticos, 6 manipuladores de farmácia, 6 manipuladores de radiologia, 2 protéticos, além de 67 enfermeiras, as quais formaram o primeiro corpo feminino de enfermagem do Exército Brasileiro. A inclusão de enfermeiras brasileiras na FEB foi realizada através da solicitação do comando do V Exército Americano ao Exército Brasileiro, sob a alegação de melhor atender aos soldados brasileiros feridos e doentes, que baixassem nos hospitais militares durante a guerra. Assim, as enfermeiras brasileiras estariam destinadas a cumprir o seu papel assistencial, já que, culturalmente, a função da Enfermagem era designada às mulheres (LOURENÇO *et al*, 2017).

Uma vez concluída a seleção das voluntárias, foi realizado o Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército (CEERE). Durante o curso, que tinha caráter obrigatório, as enfermeiras tiveram que passar por um intenso treinamento militar, onde se procurou nelas incutir, através de ações pedagógicas próprias, o *habitus* militar, através de instruções teóricas, práticas hospitalares, e de intenso treinamento físico. Dessa forma, o Exército Brasileiro pôde impor seu veredito mediante um arsenal de métodos, uma rígida disciplina, de modo a orquestrar um *habitus* militar para suas enfermeiras. Após o CEERE, as enfermeiras foram classificadas e nomeadas "Enfermeiras da Reserva de 3<sup>a</sup> Classe do Exército", categoria esta criada para a incorporação dessas mulheres (LOURENÇO *et al*, 2017).

A atuação das Enfermeiras Febianas na guerra foi marcada por inúmeros elogios, dos chefes militares aos soldados febianos, dos quais se depreende que sua contribuição teve um significado positivo para o êxito da campanha do Brasil na Segunda Guerra Mundial. No entanto, antes mesmo do seu retorno ao Brasil após o término da guerra, as enfermeiras também foram "desligadas" das fileiras do Exército Brasileiro sem qualquer explicação, sendo desmobilizadas

pelo Governo Federal através do Exército, à semelhança de seus companheiros soldados da FEB. A apresentação das Enfermeiras da FEB, depois de terminada a guerra, ocorreu no âmbito da Diretoria de Saúde, na Capital Federal, não para fins de reincorporação, mas para que encerrassem oficialmente a participação e a missão a que tinham sido destinadas (OLIVEIRA; SANTOS, 2007).

A partir de sua exclusão do estado efetivo do Exército logo após o término do conflito em 1945, essas enfermeiras passaram a desenvolver algumas estratégias particulares para a reinclusão nesse campo. Assim é que alguns discursos públicos foram reproduzidos por elas, no sentido de expressarem seus posicionamentos e ideias acerca da possibilidade de se ter mulheres enfermeiras incorporadas oficialmente ao Exército, a ponto de estarem em prontidão para o Serviço Militar Ativo (OLIVEIRA *et al*, 2017).

No Brasil, o aproveitamento de mulheres em tempo de paz, para o exercício de funções técnicas (principalmente, de enfermagem) no campo militar, passou a ser alvo de alguns debates após a guerra, mas de modo restrito e discreto. Apesar dos contragostos e de um ou outro apoio verificados, o fato é que a figura da enfermeira militar construída em um regime ditatorial, o Estado Novo (1937-1945), fundou as bases para o discurso de defesa da necessidade em se ter uma reserva com quadros femininos de Enfermagem em prontidão nas Forças Armadas; em contrapartida, apesar de constituída em uma ditadura, a figura dessa profissional se faria instituída e legitimada somente em regime democrático (OLIVEIRA *et al*, 2017).

Cabe destacar no processo de inserção da enfermagem no contexto militar, a participação da Major Elza Cansanção Medeiros, que, após a conclusão da Escola de Enfermeiras da Cruz Vermelha, apresentou-se como voluntária na Diretoria de Saúde do Exército e seguiu com o Destacamento Precursor de Saúde para o teatro de operações da Itália. A sua atuação na Segunda Guerra permitiu que

fosse destacada a importância da área da enfermagem no Exército, a qual deu abertura pra que surgisse o quadro de enfermeiros no Exército, culminando assim na criação do Quadro Complementar de Oficiais (MAGALHÃES, 2005).

Em 1992, a Escola de Administração do Exército (Salvador - BA) matriculou a primeira turma de 49 mulheres, mediante a realização de concurso público. E em 1996, Maria Quitéria de Jesus, a Paladina de Independência, foi reconhecida, nas fileiras do Exército, como Patrono do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro. O Exército instituiu o Serviço Militar Feminino Voluntário para Médicas, Dentistas, Farmacêuticas, Veterinárias e Enfermeiras de nível superior (MFDV) em 1996. Naquela oportunidade, incorporou a primeira turma de 290 mulheres voluntárias para prestarem o serviço militar na área de saúde. Essa incorporação ocorreu em todas as doze Regiões Militares do País (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2019).

O processo de inclusão do Enfermeiro no meio militar é necessariamente decorrente de um diagnóstico das necessidades das Forças Armadas buscarem o Apoio Logístico e o Apoio de Saúde, através da análise do meio externo, identificando e estabelecendo a missão de preservar a integridade física e psíquica do militar. Todavia, os principais desafios ainda a serem vencidos para a implantação do serviço de enfermagem em algumas Organizações Militares são convencimento e pensamentos estratégicos que fundamentem as atividades de enfermagem e do enfermeiro à resposta organizacional frente a essa temática, através do acompanhamento e controle do processo de inclusão do enfermeiro em praticamente todas as Unidades Militares de Saúde (MAGALHÃES, 2005).

Diante da trajetória histórica apontada acima, o Exército Brasileiro conta, atualmente, em suas diversas Organizações Militares de Saúde, com um quadro de enfermeiros civis, enfermeiros

militares temporários e de carreira, sendo estes últimos pertencentes ao Quadro Complementar de Oficiais (QCO), somando um número de 147 militares (REZENDE *et al*, 2017).

Enfermeiros e enfermeiras militares têm algumas diferenças importantes em relação aos enfermeiros e enfermeiras civis, entre as quais se destacam as responsabilidades em manter os atributos da área técnica, como também os atributos da área militar, tais como habilidades relacionadas à liderança, aptidão física e de tiro, entre outros. Além disso, enfermeiros e enfermeiras militares mudam mais frequentemente para cargos de maior responsabilidade dentro do mesmo Hospital como parte de uma estratégia de aprimoramento da carreira. Os enfermeiros civis tendem a permanecer numa mesma localização geográfica, por não serem submetidos a processos de movimentação, e mais comumente permanecem em cargos de enfermeiros técnico-assistenciais (atividade-fim da Enfermagem) ao longo da carreira.

Pelo acima exposto, enfermeiros e enfermeiras militares e civis do Exército podem diferir na percepção de seus ambientes de trabalho. De acordo com Stone e colaboradores (2006), o ambiente e as demandas burocráticas da vida militar dificultam a flexibilidade e a estabilidade que caracterizam ambientes de trabalho mais saudáveis. Apesar dessas demandas, as oportunidades de progresso e benefícios ao longo da carreira para enfermeiros militares são maiores do que para enfermeiros civis.

Ainda no que refere às demandas do ambiente de trabalho militar, um estudo dos anos 90, nos EUA, encontrou falta de autonomia nos ambientes de prática de Enfermagem do Exército (ANDERSON *et al*, 1996). Outro estudo comparou hospitais civis e militares e verificou que os enfermeiros dos hospitais militares estavam mais satisfeitos com a estrutura organizacional do Hospital, prática profissional, gestão e liderança do que os

enfermeiros dos hospitais civis (YODER, 1995).

Foley e colaboradores (2002) compararam grupos de enfermeiros de hospitais gerais com hospitais do Exército americano e encontraram menores níveis de autonomia no ambiente de trabalho entre os enfermeiros dos hospitais militares. Além disso, melhores resultados para os pacientes foram associados a ambientes de trabalho mais positivos.

Em termos de ambiente de trabalho, os enfermeiros militares podem constituir um grupo com alto risco para Síndrome de Burnout, que é uma condição persistente e resultante da exposição ao estresse ocupacional em níveis além da capacidade de enfretamento (MASLACH; SCHAUFELI; LEITER, 2001). Tal fato pode ser atribuído ao trabalho exigente da enfermagem militar, a filosofia militar, que envolve aspectos relativos à hierarquia e disciplina e às diferentes características entre enfermeiros militares e civis. Além disso, o Burnout pode ter um impacto maior em cenário militar, já que as instituições militares têm pouca flexibilidade para ajustes e alterações nas dinâmicas de serviço (PATRICIAN; SHANG; LAKE, 2010).

Os estudos supracitados demonstram a importância da avaliação da prática de enfermagem no ambiente militar, pois a realidade dos enfermeiros militares do Exército Brasileiro não se diferencia, em sua maior parte, das práticas desempenhadas nos hospitais militares de outras nações.

Para Lancman, Sznelwar e Jardim (2006), é de grande relevância a compreensão dos processos que se desenvolvem “no e por meio do trabalho”, para que se possa pensar em intervenções em situações de trabalho para minimizar as diversas fontes geradoras de sofrimento e otimizar as fontes prazerosas do trabalho, a fim de se pensar na transformação das organizações.

Segundo essa mesma linha, é possível promover um ambiente saudável

de trabalho a partir do instante em que se possa criar um espaço que possibilite contextos e vivências, de modo a desenvolver no trabalhador alteridade e autonomia sobre o mundo do trabalho e sobre si mesmo (SILVA; SILVA, 2015).

## **2.4 Os estressores ocupacionais e a Enfermagem Militar**

Estressores ocupacionais estão frequentemente ligados à organização do trabalho, tais como pressão para produtividade, condições desfavoráveis à segurança no trabalho, indisponibilidade de treinamento e orientação, relação abusiva entre supervisores e subordinados, falta de controle sobre a tarefa e ciclos trabalho-descanso. Estas circunstâncias impõem ao trabalhador uma alta demanda a ser enfrentada. Se o indivíduo apresentar um repertório deficitário de enfrentamento, será, então, desencadeado o estresse ocupacional (MURTA; TRÓCCOLI, 2004).

Algumas profissões e modelos de organização no trabalho acabam por expor mais o trabalhador a um determinado conjunto de estressores ocupacionais. A própria caracterização do trabalho, em algumas áreas da saúde, aponta para a presença de estressores ocupacionais relacionados à sobrecarga de trabalho, regime de turnos e segurança no trabalho (PASCHOAL; TAMAYO, 2004). A principal classe de estressores apontada como mais característica dos profissionais da saúde é a classe de estressores relacionada ao relacionamento interpessoal no trabalho. Os trabalhadores da saúde acabam por ficar expostos a esses estressores por terem que lidar com demandas complexas de seus pacientes, o que pode causar intenso desgaste emocional, redução da satisfação com o trabalho e dificuldade para lidar com os pacientes de forma humanizada (MARTINS *et al*, 2014).

A enfermagem é considerada a quarta profissão mais estressante no setor público. Isso ocorre devido algumas

características da organização do trabalho e de fatores ligados ao relacionamento interpessoal presentes no seu cotidiano como: longas jornadas de trabalho, ritmo acelerado de trabalho, atitude repressora de certos superiores hierárquicos, fragmentação de tarefas e falta de autonomia. A enfermagem é uma profissão que sofre o impacto total, imediato e concentrado do estresse, uma vez que presta o cuidado constante de pessoas doentes, além de se deparar com situações imprevisíveis relacionadas ao estado de saúde de seus pacientes, que por vezes se tornam bastante angustiantes. Sendo assim, as características estressantes dos serviços de saúde, associados às condições de trabalho da equipe de enfermagem, refletem na qualidade da assistência prestada ao usuário e no sofrimento psíquico dos profissionais (BEZERRA, 2012).

Uma fonte de tensão especial para os profissionais de saúde consiste na possibilidade do seu próprio estresse poder gerar pressão e mal-estar naquele que é o centro da sua atenção: o doente. Adicionalmente, devem ainda ser referidos os perigos para a própria saúde do profissional, uma vez que algumas das patologias dos doentes são de natureza infecciosa, gerando desafios constantes e pressão ao exercício dessa profissão (GOMES; CRUZ; CABANELAS, 2009).

No contexto do ambiente militar, os tipos e graus de estressores ocupacionais que levam ao esgotamento dos profissionais permanecem ambíguos, mas parecem estar mais relacionados com as características do ambiente de trabalho do que com fatores individuais. Falta de colaboração entre os profissionais de saúde, insatisfação no trabalho, falta de autonomia, acúmulo de tarefas, gestão ineficaz e rotatividade de certas funções têm sido evidenciados como fatores de estresse no trabalho (HAYES *et al.*, 2006).

A reação dos indivíduos frente ao estresse depende da análise de cada um em relação aos estressores; o mesmo estressor pode causar respostas diversas em pessoas

distintas. Seus valores, crenças e fatores de proteção contribuirão para o enfrentamento do estresse. Sendo assim, destaca-se a importância da reflexão e percepção dos enfermeiros sobre os estressores ocupacionais e sua saúde, a fim de se evitar o adoecimento psíquico e físico (BEZERRA, 2012).

### 3 METODOLOGIA

Foi realizada pesquisa de abordagem qualitativa, a qual trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2008). O local de estudo foi o Hospital Geral de Fortaleza – Exército Brasileiro (HGeF), localizado na cidade de Fortaleza, no estado do Ceará, o qual possui 59 leitos e atende cerca de 26 mil usuários do sistema SAMED/FUSEX. A população foi constituída por enfermeiros militares, que constituem o serviço de Enfermagem do HGeF, sendo a amostra não-probabilística intencional constituída por 07 (sete) profissionais. Os critérios para inclusão no estudo foram: atuação como enfermeiro militar no local do estudo; tempo de serviço igual ou superior a um ano. Foram excluídos enfermeiros civis, bem como enfermeiros militares que estavam afastados (motivo de saúde ou emprego em missões externas).

A coleta de dados ocorreu em ambiente reservado, durante o mês de agosto de 2019, por meio de entrevista com média de duração de 20 minutos e com o auxílio de gravador eletrônico. Foi utilizado um roteiro de entrevista adaptado do estudo de Martins e colaboradores (2014), com perguntas abertas e fechadas para obtenção de dados sociodemográficos e relacionados ao trabalho (APÊNDICE A). Para a compreensão e análise da repercussão e enfrentamento dos estressores ocupacionais pelos enfermeiros militares foram

realizadas as seguintes perguntas: As situações vivenciadas no seu ambiente de trabalho exercem influência nas suas atividades de vida e no seu cotidiano? Se sim, de que forma? Como você tem lidado/enfrentado essas situações?

Os dados sociodemográficos e relacionados ao trabalho foram apresentados em tabelas. Os dados relacionados à repercussão dos estressores foram divididos em categorias e analisados com base na proposta de interpretação qualitativa de Minayo (1994), a qual denomina sua proposta de método hermenêutico-dialético. Nesse método a fala dos atores sociais é situada em seu contexto para melhor ser compreendida. Essa compreensão tem como ponto de partida o interior da fala.

Os seguintes passos apresentados por Minayo foram utilizados para análise das falas dos sujeitos: 1. Ordenação dos dados, onde se fez um mapeamento de todos os dados obtidos no trabalho de campo, como releitura do material e organização dos relatos; em seguida, 2. Classificação dos dados, que é construída a partir de questionamentos que fazemos sobre eles com base em fundamentação teórica. No caso do estudo, foi usado o referencial teórico de Betty Neuman (LEOPARDI, 1999), enfermeira que publicou em 1989 sua teoria sobre os sistemas de saúde, propondo que um sistema é composto de partes e subpartes organizadas num todo inter-relacionado e estável. Estabeleceu-se então, uma leitura exaustiva e repetida dos textos, para identificar o que era relevante e com isso elaborar as categorias específicas de análise. 3. O terceiro e último passo consistiu na análise final, onde se buscou

estabelecer articulações entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa. Para garantir o anonimato aos participantes do estudo, os mesmos foram identificados por números.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará-SESA/CE sob o Parecer nº 3.511.288. Foi obtida a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelas participantes (APÊNDICE B).

## 4 RESULTADOS

Concluída a etapa de coleta de dados, realizaram-se as etapas seguintes, que consistem na caracterização dos sujeitos do estudo com os dados sociodemográficos e relacionados ao trabalho; e em seguida, a apresentação das categorias elaboradas, ilustrando com as falas dos participantes os aspectos que serão analisados de acordo com as fundamentações teóricas.

### 4.1 Dados sociodemográficos e relacionados ao trabalho

A média de idade das participantes foi de 35 anos. A renda familiar teve média de R\$ 9.928,00. Em relação ao sexo, todas eram do sexo feminino. Quanto ao estado civil, a maioria era solteira (57,15%). A religião predominante foi a católica (71,5%). O nível de escolaridade apresentado pela maioria das participantes (85,72%) foi o de pós-graduação nível Mestrado. A maioria não possui filhos (85,72%) e não são as únicas provedoras da família. Tais dados se encontram na tabela 1.

**Tabela 1 – Caracterização da amostra de acordo com as variáveis sociodemográficas (Fortaleza – CE, 2019).**

VARIÁVEIS	N	%
<b>IDADE (ANOS)</b>		
30 – 35 ANOS	5	71,5
>35 ANOS	2	28,5
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
<b>IDADE MÉDIA</b>		<b>35</b>
<b>RENDAS (R\$)</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
7.000 – 10.000	4	57,14
10.000 – 13.000	2	28,57
>13.000	1	14,28
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
<b>RENDAS MÉDIA</b>		<b>9.928,00</b>
<b>SEXO</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
MASCULINO	0	0
FEMININO	7	100
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
<b>ESTADO CIVIL</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
CASADA	3	42,85
SOLTEIRA	4	57,15
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
<b>RELIGIÃO</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
CATÓLICA	5	71,5
OUTRAS	2	28,5
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
DOUTOR	0	0
MESTRE	6	85,72
ESPECIALISTA	1	14,28
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
<b>FILHOS</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
SIM	1	14,28
NÃO	6	85,72
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
<b>ÚNICO PROVEDOR FAMILIAR</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
SIM	1	14,28
NÃO	6	85,72
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>100</b>

Fonte: a autora.

Em relação aos dados do trabalho, as participantes possuem em média 9,7 anos de tempo de formação profissional e atuam em média há 2,7 anos como Oficiais Enfermeiras. Todas as participantes possuem vínculo como oficiais temporários e cumprem uma carga horária semanal média de 42,28 h/semana. No que se refere ao atual setor em que trabalham, a maioria (42,86%) trabalha na Unidade de Clínica Médica e Cirúrgica. No concernente à existência de outros vínculos empregatícios, 57,14% não possui outro vínculo. Entre estas a carga horária semanal média é de 63h/semana. Todas as participantes

possuem turno de trabalho diurno. A média de horas de sono entre as participantes foi 6 horas por noite.

Em relação aos afastamentos do trabalho, 85,72% das Oficiais não teve nenhum afastamento no último ano. Ao serem indagadas sobre a satisfação com o quantitativo de profissionais que concorrem às escalas de serviço da Enfermagem, todas as participantes afirmaram que não estão satisfeitas. Em contrapartida, ao serem questionadas sobre o nível de satisfação com o trabalho propriamente dito, 85,72% afirmaram estarem satisfeitas. Tais dados se encontram na tabela 2

**Tabela 2 – Caracterização da amostra de acordo com os dados relacionados ao trabalho (Fortaleza – CE, 2019).**

VARIÁVEIS	N	%
<b>TEMPO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (ANOS)</b>		
06 – 10 ANOS	4	57,14
>10 ANOS	3	42,85
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
<b>TEMPO MÉDIO</b>		<b>9,7</b>
<b>TEMPO DE ATUAÇÃO NO SETOR (ANOS)</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
1 – 4 ANOS	4	57,14
>4 ANOS	3	42,85
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
<b>TEMPO MÉDIO</b>		<b>2,27</b>
<b>CARGA HORÁRIA EB (HORAS/SEMANA)</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
40 – 44 HORAS	7	100
>44 HORAS	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
<b>CARGA HORÁRIA MÉDIA EB</b>		<b>42,28</b>
<b>CARGA HORÁRIA DUPLO VÍNCULO (HORAS/SEM)</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
50 – 60 HORAS	2	28,5
>60 HORAS	1	14,2
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>42,7</b>
<b>CARGA HORÁRIA MÉDIA DUPLO VÍNCULO</b>		<b>63</b>
<b>HORAS DE SONO</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
5 – 6 HORAS	6	85,71
>6 HORAS	1	14,28
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
<b>MÉDIA HORAS DE SONO</b>		<b>6</b>
<b>VÍNCULO EB</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
CARREIRA	0	0
TEMPORÁRIO	7	100
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
<b>SETOR DE ATUAÇÃO</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
CLÍNICA MÉDICA	3	42,85
UTI	1	14,28
CENTRO CIRÚRGICO	1	14,28
EMERGÊNCIA	2	28,58
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
<b>DUPLO VÍNCULO</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
SIM	3	42,85
NÃO	4	57,14
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
<b>TURNO DE TRABALHO</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
DIURNO	7	100
NOTURNO	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
<b>AFASTAMENTO</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
SIM	1	14,28
NÃO	6	85,72
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
<b>SATISFAÇÃO COM ESCALAS</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
SIM	0	0
NÃO	7	100
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
<b>SATISFAÇÃO NO TRABALHO</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
MUITO SATISFEITO	1	14,28
SATISFEITO	6	85,72
MUITO INSATISFEITO	0	0

INSATISFEITO	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>100</b>

Fonte: a autora.

Do conjunto de dados relativos à repercussão e enfrentamento dos estressores ocupacionais pelos enfermeiros militares foram identificadas e discutidas três categorias de análise, as quais foram elaboradas com base na leitura das unidades de significação contidas nas falas das participantes, sendo apresentadas a seguir.

#### **4.2 Categoria 1: percepção das enfermeiras sobre as repercussões do ambiente de trabalho na vida cotidiana**

Ao serem questionadas sobre a repercussão no cotidiano das situações vivenciadas no ambiente de trabalho, observou-se que as participantes afirmaram haver a presença de repercussão do trabalho em suas atividades de vida e, em sua grande maioria, essa repercussão ocorre de forma negativa, como se pode observar nas falas a seguir.

*“Saio estressada do trabalho e acabo levando esse estresse para dentro de casa e isso repercutem negativamente no meu ambiente familiar” (Participante 1).*

*“Repercute sim, por conta do estresse do dia a dia, pois saio da OM com muitas responsabilidades e isso gera preocupação” (Participante 2).*

*“Procuro não levar problemas do trabalho para casa, mas tenho tantas missões a cumprir que mesmo sem querer isto acaba repercutindo em casa” (Participante 3).*

*“Acho que o dia a dia do trabalho tem me causado ansiedade, e com o tempo esses níveis de ansiedade tem exercido influência no meu corpo, em especial, em relação ao padrão de sono” (Participante 4).*

*“Acaba influenciando na saúde mental devido aos estressores do*

*ambiente militar, pois são muito diferentes do mundo civil, de onde eu vim” (Participante 5).*

No relato a seguir, diferente dos anteriores, verificamos a percepção da participante em relação a não influência do ambiente de trabalho em seu cotidiano e a mesma atribui esse fato à convivência e às relações interpessoais com as pessoas do ambiente de trabalho, como se pode observar na fala:

*“No momento não acho o meu ambiente de trabalho estressante, pois já passei por momentos muito ruins no Exército, e vejo que, dependendo das pessoas com quem convivemos no ambiente de trabalho, estas podem tornar o trabalho melhor ou pior” (Participante 6).*

#### **4.3 Categoria 2: estressores ocupacionais percebidos**

A partir das falas das participantes a seguir, podem ser observados alguns estressores ocupacionais identificados pelas mesmas e que são fonte de preocupação, de ansiedade e de estresse.

*“No Exército são muitas responsabilidades administrativas a cumprir, além dos prazos serem curtos para desenvolver todas as atividades, pois, como enfermeiras, nós temos atividades assistenciais que estão diretamente ligadas ao cuidado ao paciente, e também temos que cumprir as demandas administrativas” (Participante 2).*

*“Aqui nós não ficamos em uma única função, temos que nos dividir entre várias atividades, e as diversas missões que recebemos*

*são os principais estressores”* (Participante 3).

*“Nós recebemos inúmeras cobranças no trabalho, e devemos dá uma resposta positiva e em tempo hábil a todas elas; isso gera muita preocupação e ansiedade”* (Participante 4).

#### **4.4 Categoria 3: enfrentamento dos estressores ocupacionais**

Foram observados diferentes modos de enfrentamento utilizados pelas enfermeiras para lidar com os estressores vivenciados no ambiente de trabalho militar, havendo, na maioria dos relatos, a realização de atividades física, a ocorrência de momentos de lazer e a separação do ambiente ocupacional do ambiente externo, como uma forma de minimizar a sobrecarga gerada pelo trabalho. É o se pode observar nas falas:

*“Tento não comentar em casa as situações do trabalho, procuro resolver tudo no trabalho”* (Participante 1).

*“Tento separar o trabalho das atividades de casa para tentar ter mais qualidade de vida fora do trabalho, principalmente com a família. Tento não absorver os sofrimentos que os pacientes possuem, bem como as pressões do trabalho e do militarismo em si”* (Participante 2).

*“Tento enfrentar procurando entender que nem tudo que acontece no trabalho está ao meu alcance para resolver. Tento me resguardar nos momentos de folga, procuro ter lazer e busco atividade física, pois alivia muito a ansiedade gerada pelo trabalho”* (Participante 4).

*“Procuro ter um estilo de vida saudável, cuido da minha saúde e da mente para que meu corpo não*

*sofra. Procuro socializar com amigos e família para dissipar o estresse do trabalho”* (Participante 5).

*“Tento não levar as situações do trabalho para casa, tento resolver tudo no trabalho. Acho que a atividade física ameniza a sobrecarga do trabalho”* (Participante 6).

### **5 DISCUSSÃO**

A predominância do sexo feminino entre as participantes do estudo é referida também por outros estudos e reflete a própria característica da Enfermagem, a qual historicamente esteve associada à feminização do cuidado (PEREIRA *et al*, 2016).

O fato da maioria das Oficiais serem solteiras e não possuírem filhos pode atuar como fator protetor para o estresse, pois a interação de atividades ocupacionais com o gerenciamento da rotina da mulher como esposa e mãe pode gerar estresse. Entretanto, alguns estudos demonstram que essas atividades podem funcionar também como suporte social, gerando um alívio para o estresse (SILVEIRA; STUMM ; KIRCHNER, 2009; CAVALHEIRO; MOURA JÚNIOR; LOPES, 2008).

Percebeu-se o alto interesse das Oficiais por cursos complementares, já que todas são pós-graduadas no nível de Mestrado. Tal fato reflete o estímulo das mesmas em procurar novos projetos, aumentando sua autoestima e segurança no enfrentamento de estressores ocupacionais (MARCO *et al*, 2008). Com relação ao tempo de atuação, a maioria das Oficiais possui mais de 10 anos de formação. Tal dado é relevante, pois é sabido que os níveis de estresse e o tempo de atuação profissional são inversamente proporcionais, ou seja, quanto maior o tempo de experiência, menores os fatores estressantes, o que, no estudo em tela, é um fator positivo, já que a maioria das

participantes possui considerável tempo de experiência profissional (CAVALHEIRO; MOURA JÚNIOR; LOPES, 2008).

As Oficiais participantes do estudo possuem vínculo como temporárias, o que pode atuar como uma fonte a mais de estresse para elas. Como mostra o estudo de França e colaboradores (2012), quando se comparam os profissionais com situações mais estáveis na carreira com profissionais em situações contratuais mais instáveis (contratos temporários), a ocorrência de estresse é mais prevalente no último caso.

A enfermagem como categoria profissional sempre foi marcada por profissionais que conciliavam mais de um vínculo empregatício (FELLI, 2012), mas, no presente estudo, a maioria das Oficiais Enfermeiras possuía apenas o Exército Brasileiro como vínculo empregatício.

De acordo com Galindo e colaboradores (2012), embora o profissional não precise se deslocar até outro serviço, em geral, o fato de ter apenas um vínculo gera um aumento da carga horária de trabalho, o que poderá desencadear desgaste do profissional. Para as que referiram possuir outro vínculo, a carga horária pode chegar até 70h semanais de trabalho, o que é um fator preocupante, pois há evidências de estudos em que a sobrecarga de horas de trabalho proporciona pouco tempo para o lazer e para a família e pode estar relacionada ao adoecimento e ao estresse (MININEL; BAPTISTA; FELLI, 2011).

Em relação ao padrão de sono, a maioria das participantes referiu dormir menos de 8 horas por noite, o que pode atuar como um fator prejudicial ao trabalho, pois, segundo Muller e Guimarães (2007), o sono é fundamental para a consolidação da memória, da visão binocular, da conservação e restauração da energia.

A maioria das Oficiais não apresentou índices de absenteísmo. Este achado pode estar associado ao fato da maioria das participantes não possuir duplo vínculo empregatício, pois de acordo com Mininel, Baptista e Felli, (2011) o fato de o

profissional possuir múltiplos empregos, realidade que persiste na Enfermagem, pode intensificar o problema do absenteísmo.

As Oficiais Enfermeiras foram unânimes em afirmar a insatisfação com o quantitativo de profissionais que concorrem às escalas de serviço da Enfermagem, apesar de se apresentarem satisfeitas com o ambiente de trabalho. Tal achado corrobora com o estudo de Silveira, Stumm e Kirchner (2009), em que o deficit de pessoal foi identificado como fator negativo no contexto do trabalho, estando relacionado à sobrecarga de atividades, sendo responsável por sofrimento psíquico e estresse ocupacional.

Ao analisar as repercussões do trabalho no cotidiano de vida das participantes do estudo, percebeu-se pelas falas apresentadas na Categoria 1 que a rotina de trabalho traz repercussões negativas para a vida das mesmas, em especial para o ambiente familiar, seja pelo acúmulo de tarefas ou missões executadas no dia a dia do trabalho ou ainda pelas próprias peculiaridades da profissão militar. Tais dados corroboram com os encontrados no estudo de Pereira e colaboradores (2016), realizado com profissionais da enfermagem, em que as situações citadas como estressoras pelas participantes estavam relacionadas com as condições de trabalho, seja pela sobrecarga de atividades ou pela própria organização do serviço, o que evidenciou a centralidade do trabalho na determinação do estresse sentido no ambiente laboral.

O estresse ocupacional pode desencadear modificações físicas e emocionais. O problema agrava-se quando o indivíduo percebe as responsabilidades e poucas possibilidades de autonomia e controle (CHIODE; MARZIALE, 2006), o que, no presente estudo, requer atenção, uma vez que as participantes percebem a repercussão do estresse vivenciado no ambiente de trabalho, buscam evitar o impacto negativo em seus núcleos familiares, mas possuem pouca autonomia ou controle sobre a situação devido as

características do ambiente militar.

A Teoria de Enfermagem de Betty Neuman refere que os estressores podem ser capazes de produzir efeitos positivos ou negativos, ou seja, as trocas com o ambiente podem gerar repercussões positivas ou negativas para ambas as partes (GEORGE, 2000). Nesse sentido, o indivíduo interage com o meio ambiente ajustando-se por si mesmo; assim, os estressores podem também ser benéficos, dependendo de sua natureza, grau e potencial individual de cada um transformar o estresse em mudança positiva. É o que pode ser observado na Categoría 1 na fala da participante 6, que afirmou não identificar, atualmente, o ambiente de trabalho como estressante, apesar deste já ter sido em outro momento, e atribui isto ao fato de manter boas relações interpessoais em seu cotidiano no trabalho.

No que se refere às relações interpessoais, pode-se apreender, pelo relato da participante, que as relações de dominação, subordinação e poder que ainda permeiam o ambiente de trabalho militar dificultam as relações sociais na prática cotidiana, em virtude de ideias opostas e de negação ou repressão, o que acaba sendo fonte de estresse (SELL; PADILHA; PERES, 2014).

Por meio da Categoría 2, pode-se perceber que os estressores identificados pelas participantes referem-se à sobrecarga e ao acúmulo de múltiplas tarefas e funções, tanto de assistência direta ao paciente quanto administrativas, além das cobranças e pressões sofridas por parte dos superiores no cotidiano do trabalho.

Betty Neuman menciona que os estressores podem ter natureza intra, inter e extrapessoal, de acordo com sua natureza. Os intrapessoais ocorrem dentro dos limites do sistema do indivíduo e se relacionam com o ambiente interno; os interpessoais ocorrem fora dos limites do sistema do indivíduo, porém a uma distância pequena; os extrapessoais ocorrem fora dos limites do sistema a uma distância maior (GEORGE, 2000).

De acordo com a Teoria de Betty Neuman, os estressores identificados nos discursos das entrevistadas são de natureza interpessoal e extrapessoal. Os interpessoais são as relações interpessoais caracterizadas por pressões e alto nível de exigência para a execução das atividades. Os extrapessoais são o acúmulo de tarefas e a responsabilidade por múltiplas funções. Responder por mais de uma função é estressante e pode gerar desmotivação por sobrecarga de trabalho e por não conseguir cumprir todas as tarefas (SILVEIRA; STUMM; KIRCHNER, 2009).

As estratégias de enfrentamento identificadas na Categoría 3 e utilizadas pelas Oficiais Enfermeiras entrevistadas foram diversificadas, mas a maioria busca o lazer e a realização de atividade física como forma de aliviar o estresse. O enfrentamento do estresse exige do profissional o desenvolvimento de técnicas de enfrentamento, criando mecanismos de defesa e adaptação ao estresse, uma couraça defensiva e embotada de emoções e sentimentos para promover um distanciamento das pessoas e situações ansiogênicas (IGNATTI, 2012).

O enfrentamento, também denominado *coping*, corresponde a todos os esforços cognitivos e comportamentais que são constantemente alteráveis, para o controle das demandas internas e externas que excedem ou fadigam o recurso da pessoa. Assim, os modos de enfrentamento podem mudar ao longo do tempo, de acordo com as características do estressor e as exigências do contexto (PAIVA; GOMES; HELAL, 2015).

De acordo com a Teoria de Betty Neuman, a saúde é descrita como dinâmica e o bem-estar é determinado pela identificação dos efeitos dos estressores invasores sobre os níveis de energia disponíveis no sistema. A estabilidade do indivíduo é representada pela linha normal de defesa, que é uma variação de respostas ao ambiente. Modifica-se ao longo do tempo como resultado do enfrentamento dos estressores. O indivíduo adoecerá

quando for necessária mais energia do que a disponível, e manter-se-á com bem-estar quando dispuiser de mais energia do que a necessária (GEORGE, 2000).

As atividades de lazer constituem um mecanismo de liberação do estresse, sendo uma forma de sair da rotina e uma estratégia para tirar o foco do trabalho. As estratégias para enfrentar o estresse também podem ser classificadas como: a) estratégias de “evitamento”, as quais criam uma forma de aliviar o estresse por meio de mecanismos que conduzam à tentativa de esquecer os estressores, como, por exemplo, ir ao cinema, dormir; e b) estratégias de confronto indireto, utilizadas para atenuar o grau de tensão e não evitá-lo, a exemplo, as funções religiosas e práticas esportivas, como verificado entre as participantes do estudo (NASCIMENTO *et al.*, 2007).

## 6 CONCLUSÃO

A percepção das enfermeiras militares que atuam no Exército Brasileiro sobre o estresse ocupacional evidenciou que esse cenário é constituído de estressores típicos da profissão, tanto do “ser enfermeiro” quanto do “ser militar”, porém a satisfação em atuar nesse ambiente e na Instituição supera essas peculiaridades.

A reação dos indivíduos frente ao estresse depende da análise de cada um, já que o mesmo estressor pode causar respostas diversas em pessoas distintas, como verificado no presente estudo. Seus valores, crenças e fatores de proteção contribuirão para o enfrentamento do estresse.

Sendo assim, destaca-se a importância da reflexão dos enfermeiros sobre os estressores ocupacionais e sua saúde, a fim de evitar o adoecimento psíquico e físico. Essa identificação é um dos principais agentes de proteção para que sejam adotadas medidas de enfrentamento, tornando o cotidiano do profissional menos desgastante e mais produtivo.

As instituições de saúde, de uma

maneira geral, e em especial as militares, pelas particularidades que as permeiam, devem repensar a sua atuação na perspectiva da promoção de mudanças no ambiente de trabalho para a implantação de grupos de acompanhamento de seus membros e verbalização de dificuldades e reflexão das ocorrências, a fim de buscarem medidas para reduzirem o estresse.

Destaca-se também a importância de ações de educação em saúde para a adoção de estratégias de enfrentamento individual pelos profissionais, para que aprendam a lidar com os estressores de maneira positiva, prevenindo o adoecimento. A educação em saúde atua como importante instrumento para a abordagem de estratégias de enfrentamento contra o estresse ocupacional por meio da problematização do cotidiano dos enfermeiros. Assim, será possível a construção de uma reflexão e consciência crítica sobre as causas do adoecimento.

Aponta-se como limitação do estudo o tamanho da amostra estudada, pois se acredita que amostras maiores poderiam ampliar os achados das variáveis pesquisadas, bem como fornecer um panorama maior da problemática.

Os trabalhadores de enfermagem militar precisam ser melhor estudados no contexto da pesquisa. Espera-se que os estressores evidenciados no estudo sirvam de base para o desenvolvimento de pesquisas futuras em que se busque desenvolver estratégias com a finalidade de gerar ambientes de trabalho mais saudáveis para esses profissionais, com consequente melhora da integridade mental.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, F. D.; MALONEY, J. P.; OLIVER, D. L.; BROWN, D. L.; HARDY, M. A. Nurse-physician communication: Perceptions of nurses at an Army medical center. *Military Medicine*. v. 161, n. 7, p. 411–15, 1996.

BANACO, R. Stress e terapia

comportamental. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIA E MEDICINA COMPORTAMENTAL, 14., 2005, Campinas. **Anais do XV Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental**. Campinas, 2005.

BEEHR, T. A.; BOWLING, N. A.; BENNETT, M. M. Occupational stress and failures of social support: When helping hurts. **Journal of Occupational Health Psychology**. V. 15, p. 45-59, 2010. doi:10.1037/a0018234

BEZERRA, F. N. **Estresse ocupacional nos enfermeiros que atuam no serviço de atendimento móvel de urgência à luz da teoria de Betty Neuman**. [DISSERTAÇÃO]. Recife (PE). Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós Graduação em Enfermagem; 2012.

BEZERRA, C. M.; MINAYO, M. C. S.; CONSTANTINO, P. Estresse ocupacional em mulheres policiais. **Ciência & Saúde Coletiva**. V. 18, n. 3, p. 657-66, 2013.

CAVALHEIRO, A. M.; MOURA JÚNIOR, D. F.; LOPES, A. C. Estresse de enfermeiros com atuação em unidade de terapia intensiva. **Rev Latino-am Enfermagem**. janeiro-fevereiro; v.16, n. 1, 2008.

CHIODE, M.B.; MARZIALE, M.H.P. Riscos ocupacionais para trabalhadores de unidades básicas de saúde: revisão bibliográfica. **Acta Paul Enferm**. V. 19, n. 2, p: 212-217, 2006.

COOPER, C. L.; DEWE, P. J.; O'DRISCOLL, M. P. Organizational stress: A review and critique of theory, research, and applications. **Thousand Oaks, CA: Sage**. 2001. doi:10.1093/bjsw/32.5.648

EXÉRCITO BRASILEIRO (EB). Central de Conteúdo. **Mulheres no Exército: A história da mulher no Exército**. Brasília,

2019. Disponível em:  
<http://www.eb.mil.br/web/ingresso/linha-do-tempo>. Acesso em: 05 jul 2019.

FRANÇA, F. M.; FERRARI, R.; FERRARI, D. C.; ALVES, E. D. Burnout e os aspectos laborais na equipe de enfermagem de dois hospitais de médio porte. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 20, n. 5, [09 telas], set.-out. 2012.

FELLI, V. E. A. Condições de trabalho de enfermagem e adoecimento: motivos para a redução da jornada de trabalho para 30 horas. **Enferm Foco**. V. 3, n. 4, p:178-181, 2012.

FERREIRA, M. C.; MILFONT, T. L.; CORRÊA E SILVA, A. P.; FERNANDES, H. A.; ALMEIDA, S. P.; MENDONÇA, H. Escala para avaliação de estressores psicossociais no contexto laboral: construção e evidências de validade. **Psychology/Psicologia Reflexão e Crítica**. V. 28, n. 2, p. 340-49, 2015. Doi: 10.1590/1678-7153.201528214

FOLEY, B. J.; KEE, C. C.; MINICK, P.; HARVEY, S. S; JENNINGS, B. M. Characteristics of nurses and hospital work environments that foster satisfaction and clinical expertise. **Journal of Nursing Administration**. V. 32, n. 5, p. 273-82, 2002.

GALINDO, R. H.; FELICIANO, K. V. O. LIMA, R. A. S.; SOUZA, A. I. Síndrome de Burnout entre enfermeiros de um hospital geral da cidade de Recife. **Rev Esc Enferm USP**. v. 46, n. 2, p: 420 - 427, 2012.

GEORGE, J.B. **Teorias de Enfermagem: dos fundamentos à prática profissional**. 4 ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

GOMES, A. R., CRUZ, J. F., CABANELAS, S. Estresse ocupacional em profissionais de saúde: um estudo com enfermeiros portugueses. **Psicologia:**

**Teoria e Pesquisa.** V. 25, n. 3, p 307-318, 2009.

HAYES, L. J.; O'BRIEN-PALLAS, L.; DUFFIELD, C.; SHAMIAN, J.; BUCHAN, J.; HUGHES, F. Nurse turnover: A literature review. **International Journal of Nursing Studies.** V. 43, n. 2, p:237–63, 2006.

IGNATTI, C. Sofrimento psíquico de enfermeiros – um olhar mitológico. **Científica Integrada.** V. 1, n. 1, p.1-12, 2012.

LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I.; JARDIM, T. A. Sofrimento psíquico e envelhecimento no trabalho: um estudo com agentes de trânsito. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo.** v. 17, n. 3, p. 129-36, 2006.

LEOPARDI, M. T. **Teorias em Enfermagem: instrumentos para a prática.** Florianópolis: Papa – Livros, 1999.

LIPP, M. E. N. **Manual do inventário de sintomas de stress para adultos.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

LOURENÇO, M. B. C.; PINTO, C. M. I.; SILVA JUNIOR, O.; LOURENÇO, L. H. S. C.; PAES, G. O.; OLIVEIRA, A. B. A inclusão de enfermeiras aeronautas brasileiras na segunda guerra mundial: desafios e conquistas. **Esc Anna Nery.** V. 21, n. 4, 2017. e20170008.

MAGALHÃES, C. F. N. O ser militar: as perspectivas e o dia-a-dia do oficial enfermeiro no Exército. **Vittalle.** V. 17, n. 2, p. 47-50, 2005.

MARCO, P. F.; CÍTERO, V. A.; EDILAINA, M., MARTINS, L. A. N. O impacto do trabalho em saúde mental: transtornos psiquiátricos menores, qualidade de vida e satisfação profissional. **J Bras Psiquiatr.** V. 57, n. 3, p: 178-183,

2008.

MARGIS, R.; PICON, P.; COSNER, A. F.; SILVEIRA, R. O. Relação entre estressores, estresse e ansiedade. **Rev. Psiquiatr. Rio Grande do Sul,** v. 25, n. 1, p. 65-74, 2003.

MARTINS, L.; LAPORT, T. J.; MENEZES, V. P.; MEDEIROS, P. B.; RONZANI, T. M. Esgotamento entre profissionais da Atenção Primária à Saúde. **Ciênc. Saúde Coletiva,** v.19, n.12, 2014. MASLACH, C.; SCHAFELI, W. B.; LEITER, M. P. Job Burnout. **Annual Review of Psychology.** v. 52, p. 397-422, 2001.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 11 ed. São Paulo (SP): Hucitec; 2008.

MINAYO, M. C. S. de. et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 19 ed. Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p.22. cap.IV, p.67-79

MININEL, V. A.; BAPTISTA, P. C. P.; FELLI ,V. E. A. Psychic workloads and strain processes in nursing workers of Brazilian university hospitals. **Rev. Latino-Am. Enfermagem.** v. 19, n. 2, p: 340-347, 2011.

MULLER, M. R.; GUIMARÃES, S. S. Impacto dos transtornos do sono sobre o funcionamento diário e a qualidade de vida. **Estud. psicol.** (Campinas) out./dez; v. 24, n. 4, p: 519-28, 2007.

MURTA, S. G.; TRÓCCOLI, B. T. Avaliação de Intervenção em Estresse Ocupacional. **Psicologia: Teoria e Pesquisa.** V. 20 n. 1, p. 39-47, 2004.

NASCIMENTO, K.C.; ERDMANN, A.L.; CAMPOS, J.C.; ROSA, M.C. Percepções acerca do estresse no trabalho de uma

equipe de atendimento Pré-Hospitalar. **Revista Baiana de Enfermagem.** maio-dez; v. 21, n. 2-3, p: 9-17, 2007.

OLIVEIRA, A. B.; SANTOS, T. C. F. Entre ganhos e perdas simbólicas: a (des) mobilização das enfermeiras que atuaram na Segunda Guerra Mundial. **Esc. Anna Nery.** V.11, n. 3, p. 423-28, 2007.

OLIVEIRA, A. B.; BERNARDES, M. M. R.; KNEODLER, T. S.; LOURENÇO, M. B. C. Memórias reveladas: discursos de enfermeiras veteranas sobre a sua luta por reinclusão no campo militar. **Texto Contexto Enferm.** V. 26, n. 3, 2017. e2720016

PAIVA, K. C. M.; GOMES, M. A. N.; HELAL, D.H. Estresse ocupacional e síndrome de Burnout: proposição de um modelo integrativo e perspectivas de pesquisa junto a docentes do ensino superior. **Gestão & Planejamento.** v. 16, n. 3, p. 285-309, 2015.

PASCHOAL ;; TAMAYO A. Validação da escala de estresse no trabalho. **Estudos de Psicologia.** v. 9, n.1, p. 45-52, 2004.

PATRICIAN, P. A.; SHANG, J.; LAKE, E. T. Organizational determinants of work outcomes and quality care ratings among Army Medical Department Registered. **Nurses Res Nurs Health.** v. 33, n. 2, p. 99–110, 2010. doi:10.1002/nur.20370.

PEREIRA, S. S.; TEIXEIRA, C. A. B.; REISDORFER, E.; VIEIRA, M.V.; DONATO, E. C. S. G.; CARDOSO, L. A relação entre estressores ocupacionais e estratégias de enfrentamento em profissionais de nível técnico de enfermagem. **Texto Contexto Enferm,** 2016; v. 25, n. 4, p. 1-8, 2016. e2920014

PEREIRA, S. S.; TEIXEIRA, C. A. B.; REISDORFER, E.; GHERARDI-DONATO, E. C. S.; JURUENA, M. F.; CARDOSO L. Burnout in nursing

professionals: associations with early stress. **BJMHN.** v. 4, n. 6, p.267-75, 2015.

REZENDE, A. C.; BRAZUNA, B. S.; MUMBACH, C. L.; ROCHA, F. P.; SÁ, F. P.; ALMEIDA, M. G. F.; SOUZA, T. M. F.; SILVA, W. R. **Susbstituição de oficiais do QCO por temporários: análise dos impactos financeiros, administrativos e jurídicos no Exército Brasileiro.** [PROJETO INTERDISCIPLINAR]. Salvador (BA). Escola de Formação Complementar de Oficiais. Curso de Formação de Oficiais do Quadro Complementar, 2017.

ROSSI, A. M.; PERREWE, P. L.; SAUTER, S. L. **Stress e qualidade de vida no trabalho. Perspectivas atuais da saúde ocupacional.** São Paulo: Ed. Atlas; 2012.

SALVADOR, R. S. P.; SILVA, B. A. S. A.; LISBOA, M. T. L. Estresse da equipe de enfermagem do corpo de bombeiros no atendimento pré-hospitalar móvel. **Esc Anna Nery (impr.).** v.17, n. 2, p. 361-68, 2013.

SANTOS, C. M. P. M. **Estresse e estratégias de enfrentamento em alunos de cursos de formação do exército brasileiro.** [TCC]. Rio de Janeiro (RJ). Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Curso de Aperfeiçoamento Militar (CAM); 2018.

SANTOS, A. F.; ALVES JÚNIOR, A. Estresse e estratégias de enfrentamento em mestrando de ciências da saúde. **Psicol. Refl. Crít.**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 104-113, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v20n1/a14v20n1.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2019.

SANZOVO, C. E.; COELHO, M. E. C. Estressores e estratégias de coping em uma amostra de psicólogos clínicos. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 227-238, abr-jun 2007.

SELL, C. T.; PADILHA, M. I. S.; PERES, M. A. A. Relações interprofissionais de saúde na Marinha do Brasil - uma análise na perspectiva de gênero. **Esc Anna Nery**. v. 18, n. 3, p: 464-471, 2014.

SILVA, D. P.; SILVA, M. N. R. M. O. O trabalhador com estresse e intervenções para o cuidado em saúde. **Trab. Educ. Saúde**. v. 13, supl. 1, p. 201-14, 2015.

SILVEIRA, M. M.; STUMM, E. M. F.; KIRCHNER, R. M. Estressores e coping: enfermeiros de uma unidade de emergência hospitalar. **Rev Eletr Enf**, v. 11, n. 4, p: 894-903, 2009.

STONE, P. W, LARSON, E. L, MOONEY-KANE, C., SMOLOWITZ, J., LIN, S. X,

DICK, A. W. Organizational climate and intensive care unit nurses' intention to leave. **Critical Care Medicine**. V. 34, n. 7, p:1907–1912, 2006.

TUPINAMBÁ, G. S. **Uma proposta de intervenção psicológica para minimizar os efeitos do estresse vivenciado por militares em missão de paz**. [TCC]. Rio de Janeiro (RJ). Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Curso de Aperfeiçoamento Militar (CAM), 2018.

YODER, L. Staff nurses' career development relationships and self-reports of professionalism, job satisfaction, and intent to stay. **Nursing Research**. v. 44, n. 5, p. 290–97, 1995.

## APÊNDICE A

### I. DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

1. Qual a sua idade? \_\_\_\_\_ (anos completos)
2. Qual seu sexo? 2.1. ( ) Masculino 2.2 ( ) Feminino
3. Qual seu estado civil? 3.1. ( ) Possuo companheiro/cônjuge 3.2. ( ) Não possuo companheiro/cônjuge
4. Possui religião? 4.1. ( ) Não possuo
- 4.2. ( ) Possuo. Qual? \_\_\_\_\_
5. Qual a sua escolaridade?
  - 5.1. ( ) Possuo ensino superior completo
  - 5.2. ( ) Possuo Pós-graduação. Nível: \_\_\_\_\_
6. Possui filhos? 6.1 ( ) Não 6.2. ( ) Sim. Quantos? \_\_\_\_\_
7. Qual a sua renda familiar, em R\$, (considerando todos que trabalham em sua residência)?  
\_\_\_\_\_
8. Quantas pessoas moram em sua casa? \_\_\_\_\_
9. Você é o único provedor de renda da sua família? 8.1 ( ) Não 8.2. ( ) Sim

### II. DADOS RELACIONADOS AO TRABALHO

10. Qual o seu nível de formação profissional? \_\_\_\_\_
11. Quanto tempo de formação profissional você possui?  
\_\_\_\_\_
12. Há quanto tempo você trabalha na Instituição Exército Brasileiro?  
\_\_\_\_\_
13. Que tipo de vínculo você possui com o Exército Brasileiro?
  13. 1 ( ) Enfermeiro Militar de Carreira 13.2. ( ) Enfermeiro Militar Temporário
14. Há quanto tempo você trabalha no HGeF?  
\_\_\_\_\_
15. Em que setor do HGeF você trabalha atualmente?  
\_\_\_\_\_
16. Há quanto tempo você está trabalhando no atual setor?  
\_\_\_\_\_
17. Você possui outros vínculos empregatícios? 17.1. ( ) Não 17.2. ( ) Sim. Quais?  
\_\_\_\_\_
18. Qual o seu turno de trabalho no HGeF? 18. 1 ( ) Diurno 18. 2. ( ) Noturno
19. Qual a sua carga horária de trabalho semanal no HGeF?  
\_\_\_\_\_
20. Caso possua outro vínculo empregatício, qual a sua carga horária total de trabalho semanal (considere todas as suas atividades de trabalho, inclusive as domésticas)?  
\_\_\_\_\_
21. Quantas horas de sono em média você dorme por noite?  
\_\_\_\_\_
22. Você pensa em mudar de profissão? 22.1 ( ) Não 22.2. ( ) Sim.
23. Se sim no item anterior, com que frequência?
  - 23.1( ) Frequentemente 23.2 ( ) Raramente
24. Você teve algum afastamento do trabalho no último ano?
  - 24.1( ) Não 24.2. ( ) Sim. Qual o motivo?  
\_\_\_\_\_
25. Você está satisfeito com o número de pessoas na sua escala de trabalho?  
\_\_\_\_\_

25. 1 ( ) Não 25.2. ( ) Sim

26. Como você se considera em relação à sua satisfação no ambiente de trabalho? 26.1. ( )  
Muito satisfeito 26.2 ( ) Satisfeito 26.3 ( ) Muito Insatisfeito 26.4 ( ) Insatisfeito

## APÊNDICE B

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, **Pricilla** Cândido Alves, Capitão, enfermeira, aluna do Curso de Especialização em Ciências Militares da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, do Exército Brasileiro, sob a orientação do TC QCO Vet **José Roberto** Pinho de Andrade Lima, estou desenvolvendo um estudo que objetiva compreender e analisar a repercussão de estressores ocupacionais no cotidiano de enfermeiros militares.

Convido o/a Senhor/Senhora a participar como voluntário, ou seja, sem pagamento financeiro, do estudo, uma vez que suas informações contribuirão para o alcance do objetivo mencionado e trará benefícios para melhor compreensão do ambiente de trabalho da Enfermagem dentro da Instituição Exército Brasileiro.

Informo-lhe que a partir do seu consentimento através da assinatura deste termo que será disponibilizado em duas vias, teremos contato nesta Unidade de Saúde e realizaremos algumas perguntas sobre sua condição pessoal, social, econômica, além de outras relacionadas ao ambiente de trabalho em que o senhor/a senhora está inserido.

A realização de tais questionamentos não incorrerá em riscos. No entanto, o senhor/a senhora terá o direito de não participar desta pesquisa, se assim o desejar, sem que qualquer prejuízo seja acometido.

Garantimos-lhe o anonimato e sigilo quanto ao seu nome e às informações prestadas durante a entrevista. Não divulgaremos nomes, nem qualquer informação que possa identificá-la ou que esteja relacionada com sua intimidade.

Asseguramos-lhe o acesso às informações sobre todos os procedimentos e benefícios relacionados ao estudo, inclusive para resolver dúvidas que possam ocorrer.

Mesmo tendo aceitado participar, se por qualquer motivo, durante o andamento da pesquisa, resolver desistir, terá total liberdade para retirar seu consentimento.

Sua colaboração e participação são muito importantes. Estarei disponível para qualquer outro esclarecimento, nos endereços: Av Desembargador Moreira, 1500, Aldeota. Fortaleza, Ceará. Agradecemos-lhe desde já por sua valorosa colaboração.

O abaixo-assinado, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ anos, RG nº \_\_\_\_\_ declara que é de livre e espontânea vontade que está participando como voluntária da pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura tive oportunidade de fazer perguntas sobre o conteúdo do mesmo, como também sobre a pesquisa e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro ainda estar recebendo uma cópia assinada deste Termo.

Fortaleza – Ce, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Nome do voluntário	Data	Assinatura
Nome do pesquisador	Data	Assinatura
Nome da Testemunha (se o voluntário não assinou)	Data	Assinatura

---

---

**souber ler)**

---

---

**Nome do profissional que aplicou o TCLE** Data Assinatura

---

---

## **“BRAÇO FORTE, MÃO AMIGA”: A PRESENÇA DO 19º BC NO CABULA COMO BARREIRA PARA A EXPANSÃO IMOBILIÁRIA E REDUÇÃO DE ÁREAS VERDES NO MIOLO DE SALVADOR**

João Soares Pena<sup>1</sup>, Jamile de Brito Lima<sup>2</sup>, Rosali Braga Fernandes<sup>3</sup>, Plínio Martins Falcão<sup>4</sup>, Kaíc Fernando Ferreira Lopes<sup>5</sup> e Antônio Sócrates Batista Portela<sup>6</sup>

**Resumo.** Este artigo discute a importância do 19º BC no Cabula no bojo da expansão imobiliária e a redução de áreas verdes dela decorrente nessa área. A partir de um processo de pesquisa iniciado em fins dos anos 1980, analisamos as mudanças acontecidas na configuração espacial dessa área, evidenciando o papel dessa Instituição tanto como elemento deflagrador quanto de barreira nos dias de hoje para a continuidade da diminuição da cobertura vegetal nativa. A partir de uma alusão ao grito de guerra do Exército Brasileiro: “Braço Forte, Mão Amiga”, evidenciamos a importância do 19º BC para a manutenção da qualidade ambiental urbana não apenas do Cabula, mas da cidade de modo geral.

**Palavras-chave:** 19º BC. Cabula. Área Verde. Expansão Imobiliária.

**Abstract.** This paper discusses the importance of the 19º BC in Cabula in the context of the real estate expansion and the reduction of green areas in this neighborhood. Based on a research process that began in the 1980s, we analyzed the changes in the spatial configuration of that area, highlighting the role of the institution above-mentioned as both a triggering element and a barrier to the continuing decrease in native vegetation nowadays. By making an allusion to the Brazilian Army's battle cry: “Strong Arm, Friendly Hand”, we stress the importance of the 19º BC in order to maintain the urban environmental quality of Cabula and the city in general.

**Keywords:** 19º BC. Cabula. Green Area. Real Estate Expansion.

---

<sup>1</sup> Urbanista graduado pela UNEB (2010). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA (2013). joaopena.88@gmail.com

<sup>2</sup> Urbanista graduada pela UNEB (2010). Mestre em Engenharia Ambiental Urbana pela UFBA (2018). jamilebritolima@gmail.com

<sup>3</sup> Geógrafa graduada pela UFBA (1985). Doutora em Geografia Humana pela Universitat de Barcelona-Espanha (2000). rosalibragfernandes@gmail.com

<sup>4</sup> Geógrafo graduado pela UEFS (2006). Doutor em Geografia Física pela USP (2015). pliniomf@gmail.com

<sup>5</sup> Engenheiro Civil graduado pela UCSal (2015). Mestre em Engenharia de Transportes e Gestão Territorial pela UFSC (2019). kaicfernando@outlook.com

<sup>6</sup> Geógrafo graduado pela UCSal (2019). an.socrates@gmail.com

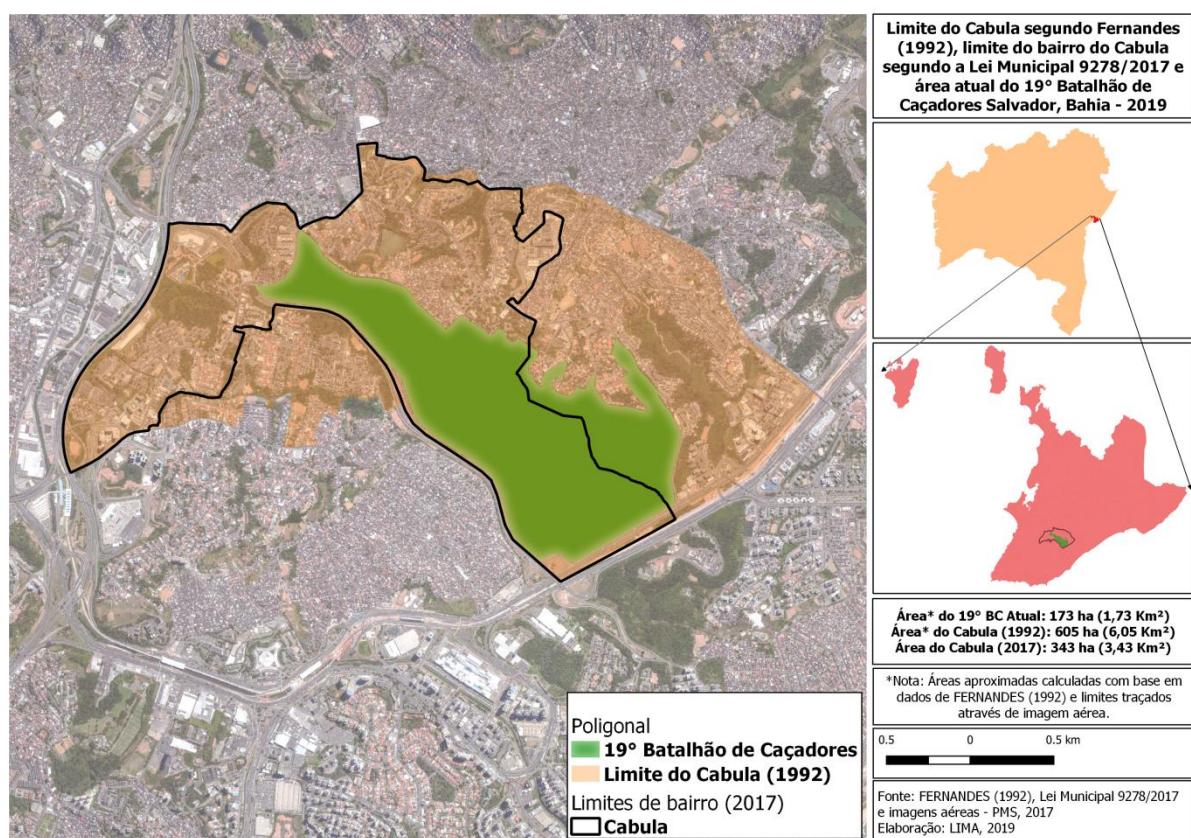
## 1 INTRODUÇÃO

Salvador passou por um intenso processo de expansão urbana na segunda metade do século XX, o que provocou uma completa reconfiguração de sua dinâmica. No bojo desse processo o bairro do Cabula merece grande destaque por uma série de razões que o colocam como uma área estratégica para a cidade. Localizado na área conhecida como Miolo, é margeado por dois importantes eixos estruturantes da cidade, a Rodovia BR 324 e a Avenida Luís Viana Filho (Avenida Paralela), além de ter uma conexão facilitada ao porto de Salvador e ser um acesso importante a outros bairros da área por meio de seu

principal eixo viário, a Rua Silveira Martins.

Além de abrigar reconhecidas instituições educacionais, de saúde e diversos postos de trabalho, é no Cabula que se localiza o 19º Batalhão de Caçadores (19º BC) do Exército Brasileiro, uma importante instituição cuja área se destaca pela existência de uma pujante área verde (Figura 1). Como veremos, esta instituição tem desempenhado um papel fundamental na história urbana, não só dessa área em particular, mas também da cidade de Salvador a partir da segunda metade do século XX.

Figura 1 – Localização do 19º BC no Cabula



Fonte: Elaborado por Lima, J. de B. (2019) com base em FERNANDES (1992), Lei Municipal nº 9.278/2017 e imagens aéreas - PMS (2017).

A partir de um processo de pesquisa sobre o Cabula iniciado no final dos anos 1980, neste artigo buscamos fazer uma discussão da importância do 19º BC a partir de duas questões: por um lado, como elemento que deflagrou a expansão urbana do local e, por outro, como importante

agente para frear a expansão imobiliária especulativa. Para isso, fazemos uma alusão ao grito de guerra do Exército Brasileiro: “Braço Forte, Mão Amiga” (BARROS, 2019). Como veremos, se o “Braço Forte” do 19º BC tem tido um papel fundamental para a proteção de um importante resquício

de Mata Atlântica, sua “Mão Amiga” proporciona à cidade a possibilidade de contar com essa área verde importante para o equilíbrio, a qualidade e o conforto ambiental urbano.

## 2 HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DO CABULA

A história do Cabula<sup>7</sup> remete ao período colonial, quando quilombos foram estabelecidos na área. A origem da palavra vem do Banto (Congo e Angola) e está relacionado a mistério, culto religioso, secreto, escondido. Por localizar-se distante da área que hoje chamamos de Centro Histórico, núcleo inicial da cidade, além de sua topografia acidentada e densa Mata Atlântica, a área favorecia a implantação de quilombos (FERNANDES, 2003). Portanto, além de importante área no Miolo de Salvador nos dias de hoje, o Cabula é relevante para compreendermos a própria história da cidade e da nossa sociedade.

Segundo Santos e colaboradores (2010), a região onde está localizado o bairro do Cabula e, conforme a delimitação sancionada pela Lei Municipal nº 9.278/2017 (SALVADOR, 2017), outros bairros como Resgate, Saboeiro, Doron e Narandiba, era conhecida por ser uma área com fortes características rurais e por suas plantações de laranjas. Ainda segundo os autores, essas terras foram, por volta do século XVI, doadas a Antônio de Ataíde e, posteriormente, arrendadas ao senhor Natal Cascão, que construiu a capela de Nossa Senhora do Resgate, atualmente conhecida como Igreja da Assunção. Nascia então um

pequeno povoado a partir da ocupação nos arredores dessa igreja.

Após algum tempo, esses laranjais foram sendo destruídos por pragas e as fazendas localizadas na área foram loteadas e vendidas. Foi por volta da década de 1970 do século XX que a região do miolo de Salvador – e consequentemente a região do Cabula – experimenta uma maior urbanização e passa a ser um local atraente para a construção de conjuntos habitacionais. Deu-se, especialmente por se tratar de um local onde as terras eram e continuam sendo mais baratas que em outros pontos mais valorizados da capital baiana, porém é alvo de interesse também por conta da sua localização.

Até os anos 1940 a área caracterizava-se pela produção agrícola nas “chácaras do Cabula” (FERNANDES, 2003), com destaque para o cultivo de laranjas. Contudo, a configuração do local passou a mudar sobremaneira a partir da década de 1940, com a implantação do 19º BC. Consideramos esse o ponto de partida para a expansão urbana em direção a esta área, pois após a instalação do 19º BC, outras infraestruturas e serviços foram instalados pelo Estado. Em 1965-1966 foi implantada a Rua Silveira Martins, que configura-se como eixo estrutural percorrendo a área. Em fins dos anos 1960 foi inaugurada Avenida Luiz Viana Filho, conhecida como Avenida Paralela. Décadas depois, em 2001, foi construída a Avenida Luís Eduardo Magalhães e mais recentemente, em 2013, foi implantada a Via Expressa Baía de Todos os Santos, aumentando a conexão do Cabula e Miolo ao Centro de Salvador (FERNANDES, 2003; PENA, 2010).

Apesar da importância da implantação das infraestruturas supracitadas, o momento de maior destaque no processo de ocupação urbana do Cabula se dá a partir dos anos 1970, com a intensa atuação do Estado para a construção de conjuntos habitacionais. A área notabilizou-se no contexto soteropolitano com conjuntos habitacionais (Figura 2)

7 A cidade de Salvador conta hoje com uma delimitação de bairros legitimada pela Lei Municipal nº 9.278/2017 (SALVADOR, 2017), na qual o 19º BC está parcialmente inserido. Contudo, devido ao fato deste artigo se debruçar sobre a questão imobiliária que não se limita ao Cabula institucionalizado pela Lei de 2017, além da importância da referida instituição para a preservação da Mata Atlântica residual e sua função como reguladora do microclima da área, os autores adotaram a delimitação do Cabula proposta por Fernandes (1992).

financiados, principalmente, pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) até sua extinção em 1986 e, posteriormente, pela

Caixa Econômica Federal (FERNANDES, 2003).

Figura 2 – Conjunto habitacional no Cabula



Fonte: Pena, J.S. (2019).

De acordo com Fernandes (2003), a localização desses conjuntos habitacionais no Cabula foi decorrente de uma série de elementos, tais como: o baixo custo e abundância de terrenos; a incipiente mas já existente infraestrutura básica; a localização estratégica, visto que o mesmo situa-se no centro geográfico do município, sendo margeado por vias estruturantes da cidade; a presença de área verde remanescente da Mata Atlântica, que proporciona um clima agradável; além da baixa densidade demográfica. Vale ressaltar que a ida de pessoas para o Cabula decorreu também da necessidade por moradia e pela maior facilidade de se adquirir imóveis nessa área.

*La razón principal de porqué se habían dirigido a la periferia de la ciudad – en este caso, el mismo Cabula –, es justo la satisfacción de la*

*necesidad de vivienda, a través de la adquisición de la casa propia, lo que nos lleva a afirmar que es de hecho la cuestión de la vivienda el generador del proceso de formación de la periferia, en ciudades como la nuestra* (FERNANDES, 2003, p. 185).

Se a expansão imobiliária no Cabula se caracterizou por uma construção massiva de conjuntos habitacionais no contexto de uma área considerada periférica, isso mudaria após a virada do século com a inserção de empreendimentos residenciais com tipologia distinta nessa área, além de uma lógica de produção do espaço em consonância com outras áreas da cidade onde há, entre outros elementos, uma predominância da verticalização.

### 3 EXPANSÃO IMOBILIÁRIA A PARTIR DOS ANOS 2000

A cidade de Salvador passou por uma importante expansão urbana a partir da segunda metade do século XX, cujo parque imobiliário atendia não apenas as classes populares, mas também segmentos de renda mais alta. Segundo Brito (1997), entre os anos de 1985 e 1997 os empreendimentos imobiliários direcionaram-se ao vetor norte da cidade, área com grande estoque de terrenos não edificados até então. Porém, essa situação mudou consideravelmente a partir dos anos 2000, pois a implantação do projeto Alphaville em 2001 mudou seu valor relacional, conferindo novo status a uma área em processo de ocupação. Nesse período, as classes mais altas procuravam por imóveis em áreas como Horto Florestal, Pituaçu, Patamares, Greenville, Alphaville, Pituba Ville, Barra, Ondina, Graça, mas quando se trata da classe média, o Cabula figura na lista dos locais mais procurados juntamente com Brotas, Vila Laura, Costa Azul (PENA, 2010).

Se antes o Cabula caracterizava-se pelos numerosos conjuntos habitacionais da era BNH (Banco Nacional de Habitação), o parque imobiliário na área alterou-se significativamente no ensejo do boom imobiliário na cidade. As chácaras e

grandes terrenos remanescentes abriram-se para um novo momento na configuração da paisagem urbana. Além disso, o Cabula já dispunha de uma variedade de estabelecimentos de comércio e serviços de abrangência municipal e também regional. Além do 19º Batalhão de Caçadores, aí estão localizados, por exemplo, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), o Hospital Geral Roberto Santos (HGRS), a Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), as empresas de telefonia Oi e Vivo, grandes supermercados, diversas escolas públicas e privadas e tantas outras empresas (PENA, 2010; ARAÚJO, FERNANDES, PENA, 2012). Todos esses estabelecimentos configuraram-se como Polos Geradores de Tráfego (PGT), além de empregarem um contingente significativo de pessoas.

De acordo com o levantamento feito por Pena (2010), entre os anos 2000 e 2010 foram lançados 23 novos empreendimentos residenciais na área do Cabula, os quais correspondem a um acréscimo de 3.224 novas unidades habitacionais. Já entre 2010 e 2016 foram lançados 9 novos empreendimentos, totalizando 1.455 unidades habitacionais na mesma área (Quadro 1) (FERNANDES *et al.*, 2016).

Quadro 1 – Síntese da produção imobiliária formal no Cabula (1970-2016)

Período	Nº de Empreendimentos	Nº de Unidades Habitacionais
1970	10	2.435
1980	11	5.014
1990-2000	12	2.406
2000-2010	24	3.224
2010-2016	9	1.455

Fonte: Elaborado com base em Fernandes (2003), Pena (2010), Fernandes *et.al.*(2016).

Comparando-se o quantitativo de cada época, percebe-se que houve um aumento nos anos 1980, momento marcado pela atuação do Estado via BNH, havendo uma queda na década seguinte. A partir dos anos 2000 registra-se um novo aumento na

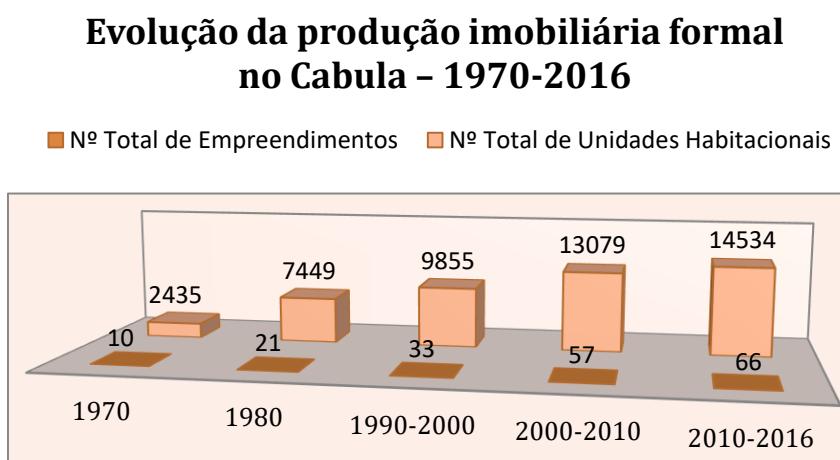
produção formal de habitação, agora inserida no boom imobiliário pelo qual a cidade passava. Entre 2010 e 2016 registra-se quase metade do quantitativo da década anterior, revelando que o processo em curso mantinha ritmo semelhante. Contudo,

podemos observar distinções entre essas diversas épocas no que concerne à tipologia habitacional, à fonte predominante de financiamento, ao público-alvo, ao rebatimento na configuração e dinâmica urbana, entre outros (PENA, 2010; FERNANDES *et al.*, 2016).

É possível verificar que ao longo das últimas cinco décadas o número de empreendimentos formais e unidades habitacionais tiveram um incremento da

ordem de seis vezes (Figura 3). Isso significa que a demanda por serviços como transporte público, saúde e educação também foi ampliada ao longo do tempo. O aumento da ocupação do solo, seja para implantação de empreendimentos habitacionais ou equipamentos e serviços, gera, por consequência, uma pressão nas áreas verdes e a supressão da vegetação ainda presente na região do Cabula.

Figura 3 – Evolução da produção imobiliária formal no Cabula



Fonte: Elaborado com base em Fernandes (2003), Pena (2010), Fernandes *et al.* (2016).

Com relação à localização, é possível verificar a predominância da implantação desses novos empreendimentos no eixo de cumeada, ou seja, ao longo da Rua Silveira Martins, principal via da área. Essa via possui um papel estruturante no Miolo de Salvador, uma vez que é responsável por sua conexão com a cidade por meio da Avenida Paralela e da Rótula do Abacaxi. As áreas no entorno da Rua Silveira Martins possuem, portanto, um valor relativo elevado, dada a maior facilidade de conexão no espaço urbano. Porém, há empreendimentos em outras vias, como a Av. Edgar Santos, a Rua Belchior Maia de Athayde, a Rua Amazonas, entre outras. Ademais, outro elemento importante nos empreendimentos a partir dos anos 2000 merece destaque. Como é apontado por Pena (2010), trata-se da estratégia de vinculação desses projetos, em sua maioria já implantados, ao aspecto ecológico que as

áreas verdes ainda existentes no local conferem. Nesse sentido, o papel do 19º Batalhão de Caçadores é fundamental, pois trata-se de um relevante remanescente de Mata Atlântica ainda protegido.

A Rua Silveira Martins como eixo vetor, propiciou o processo de transformação da paisagem no seu entorno, reduzindo significativamente as áreas verdes. A vegetação existente, apesar de sua redução pela ação antrópica, ainda apresenta exuberância em alguns pontos do Bairro (SANTOS, 2010, p. 66).

Desse modo, os nomes dos condomínios fazem direta alusão a elementos da natureza: Natura Ville, Natura Vida, Residencial Portal das Árvores, Reserva Atlântica – Acácia Residencial, Reserva Atlântica II, Torre Pantanal Residence, Bosque das Mangueiras, Reserva Mata Atlântica, Reserva Tropical,

entre outros. Inclusive, fazia parte da estratégia de marketing urbano apresentar o Cabula como uma grande área verde, como pode ser observado na Figura 4. Vale ressaltar que, mais do que uma homenagem

ou alusão à natureza, esses nomes simbolizam uma espécie de lápide em decorrência da supressão de área verde pela pressão do mercado para ampliar sua produção imobiliária.

Figura 4 - Panfleto publicitário da Torre Amazonas Residence no Cabula



Fonte: Pena (2010).

A estratégia de vinculação do imóvel à uma imagem ecológica foi em parte viabilizada pelos terrenos

remanescentes das antigas chácaras, mas sobretudo pela presença do 19º BC, que corresponde a 1.730.000m<sup>2</sup> de área

protegida pelo “braço forte” do Exército, equivalendo a 28,5% de toda a extensão do Cabula (FERNANDES, 1992) e 50,3% do bairro do Cabula institucionalizado pela Lei nº 9.278/2017. A mesma estratégia é verificada em outros locais da cidade nesse período, sobretudo na Avenida Luiz Viana Filho, onde também havia e ainda háresquícios de área verde e o importante Parque Metropolitano de Pituaçu.

Do ponto de vista da tipologia dos imóveis, há uma diferença substancial entre os novos e os antigos. Se os conjuntos habitacionais de antes caracterizam-se por apresentarem no máximo 5 pavimentos, o mesmo não se pode falar da nova paisagem urbana do Cabula. Os novos empreendimentos seguem a tendência da verticalização, como em outros bairros mais nobres, com prédios que chegam a ter 29 pavimentos, no caso do condomínio Allegri Cabula, situado na Rua Silveira Martins. Além disso, esses novos prédios trazem consigo uma nova forma de morar, caracterizada pela concentração no interior dos condomínios de aspectos que antes fazia-se uso majoritariamente no espaço público. Assim, eles dispõem de espaços de esportes e jogos, piscina e tantos outros, de modo que o morador não “precise” mais da praça do bairro ou outros espaços públicos para se entreter. Cada vez mais presentes nas cidades brasileiras, esse novo modo de morar altera significativamente a morfologia e dinâmica urbanas.

Como evidenciado por Pena (2010), a expansão do parque imobiliário em Salvador, a partir dos anos 2000, conferiu ao Cabula novo destaque no contexto soteropolitano, sendo uma relevante localização para incorporadoras. O autor aponta que a lógica da expansão imobiliária está baseada na especulação imobiliária, não apenas na apropriação dos investimentos já realizados na área, mas também a partir do uso do *marketing* urbano que atribui aos empreendimentos qualidades ligadas ao meio ambiente, representado em grande medida pelo 19º BC. Assim, de bairro periférico, marcado

pela presença de conjuntos habitacionais, o Cabula insere-se na lógica especulativa que opera a produção do espaço urbano soteropolitano, sobretudo das áreas consideradas mais nobres e com valor relacional mais alto.

#### **4 O 19º BC E A PRESSÃO SOBRE AS ÁREAS VERDES**

Equivocadamente a vegetação urbana é considerada necessária apenas para fins de valorização visual das cidades. (COSTA; FERREIRA, 2007). Considera-se útil o emprego de vegetação no paisagismo de ruas, praças e demais equipamentos urbanos, porém há que se entender que a flora possui um papel mais nobre que trazer conforto visual para as áreas urbanas. Além de desempenhar papel importante a nível paisagístico, a vegetação também contribui para a melhoria do conforto térmico, para a captura de entes poluentes presentes no ar e servem como habitat de diversas espécies de animais.

A Organização Mundial das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) consideram que o índice ideal de área verde é de 12m<sup>2</sup>/hab (COSTA; FERREIRA, 2007). Já a Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (SBAU) propõe 15m<sup>2</sup>/hab como o índice ideal de área verde numa área urbana (SALVADOR, 2017). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada da cidade de Salvador para o ano de 2019 é de 2.872.347 pessoas<sup>8</sup>. Considerando o índice proposto pela SBAU, isso significa que Salvador deveria possuir, no mínimo, uma área verde total de 43.085.205m<sup>2</sup>.

O estudo realizado pelo Ministério Público do Estado da Bahia (BAHIA, 2013)<sup>9</sup> aponta, através da análise de

8 Cf.: Panorama de Salvador segundo o IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama>. Acesso em: 27 set. 2019.

9 No estudo não foram incluídos os remanescentes de Mata Atlântica que compõem as Unidades de

imagens e de levantamento florístico em campo que o total de fragmentos florestais de Mata Atlântica na cidade de Salvador é de 5.249,194 ha, o que corresponde a 16% do território municipal. Com base nesse diagnóstico e nos dados populacionais fornecidos pelo IBGE, é possível afirmar que a proporção de área verde por habitante na capital baiana corresponde a 18,27m<sup>2</sup>/hab. Isso significa que Salvador possui um bom índice, porém é necessário cuidar do patrimônio ambiental presente na cidade para que este bom indicador não seja diminuído, mas ampliado.

O 19º BC, além de possuir um papel importante para a formação e treinamento dos recursos humanos do Exército Brasileiro, também protege uma área de resquício de Mata Atlântica, bioma riquíssimo em espécies animais e vegetais, que tem sido devastado pela ação humana. Além disso, pela existência desse bioma, a área também é utilizada por cientistas para o desenvolvimento de suas pesquisas (SANTOS, 2012). De acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador, aprovado em 2016, a maior parte da área do 19º BC possui vegetação em estágio avançado de regeneração. Seu perímetro corresponde a 3,29% da Mata Atlântica existente em Salvador e 4% do total de área verde necessária para atender ao índice indicado pela SBAU para a cidade de Salvador.

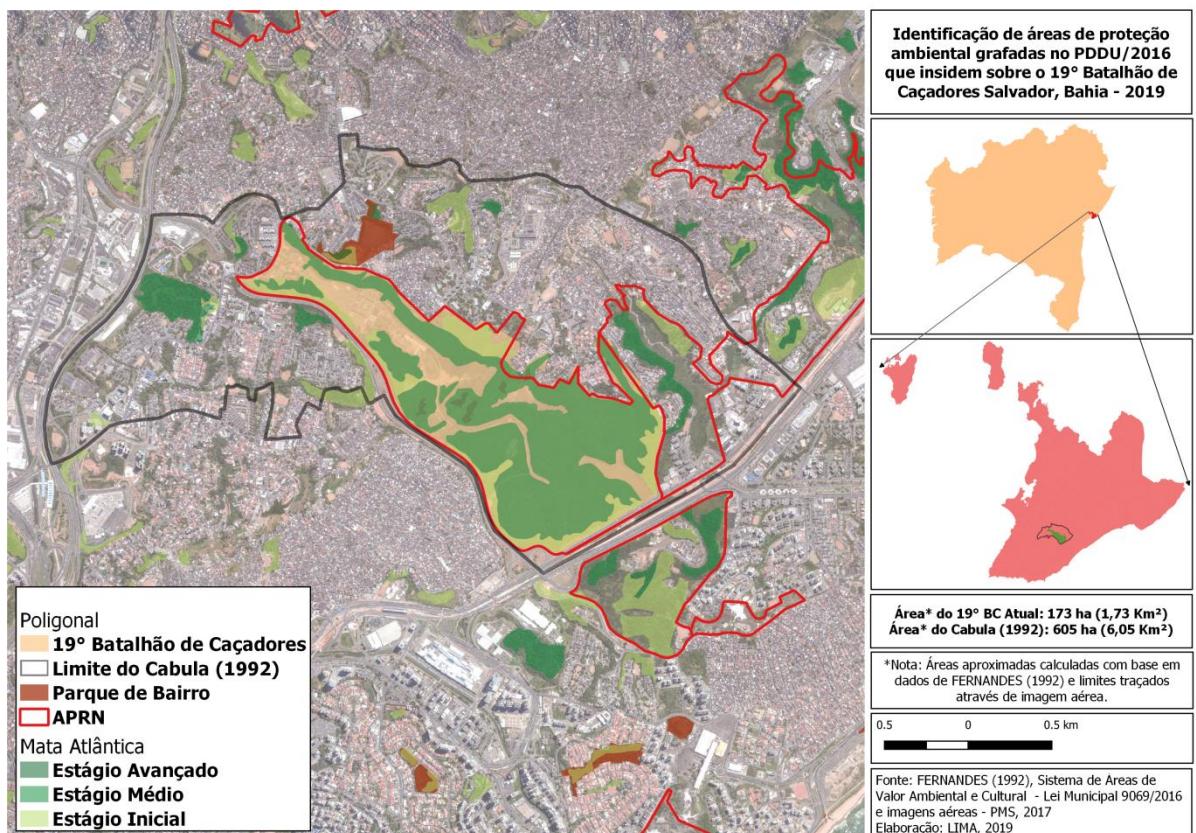
De acordo com o PDDU de 2016 de Salvador, o 19º BC insere-se na Macrozona de Conservação Ambiental. Segundo o PDDU, nessa Macrozona, os usos e a ocupação do solo estão subordinados à necessidade de manter ou restaurar a qualidade do ambiente natural e respeitar a fragilidade dos elementos que o constituem (SALVADOR, 2016). Além disso, como podemos ver na Figura 5, essa área ainda se enquadra como uma Área de Proteção aos

Recursos Naturais (APRN) que, segundo o PDDU de 2016, “são áreas destinadas à conservação de elementos naturais significativos para o equilíbrio e o conforto ambiental urbano” (SALVADOR, 2016, p. 207). Ainda, o perímetro do 19º BC é indicado neste plano como uma Unidade de Conservação denominada Vale do Cascão. Portanto, a importância da área do 19º BC está expressa na política urbana municipal para a qualidade do ambiente urbano soteropolitano.

---

Conservação de Proteção Integral existentes em Salvador, como o Parque Metropolitano de Pituaçu, Parque Joventino Silva (Parque da Cidade) e o Parque São Bartolomeu.

Figura 5 – 19º BC como área de proteção ambiental



Fonte: Elaborado por Lima, J. de B. (2019) com base em FERNANDES (1992), Lei Municipal nº 9.069/2016 e imagens aéreas (SALVADOR, 2017).

O Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural (SAVAM) da cidade de Salvador é composto por diversos tipos de áreas protegidas. Entre elas a APRN, na qual se insere a área do 19º BC, mas há outras também importantes. Cada tipo tem seu nível de rigidez quanto ao uso e preservação. Um desses tipos é o Parque Urbano, que, segundo o PDDU de 2016, corresponde:

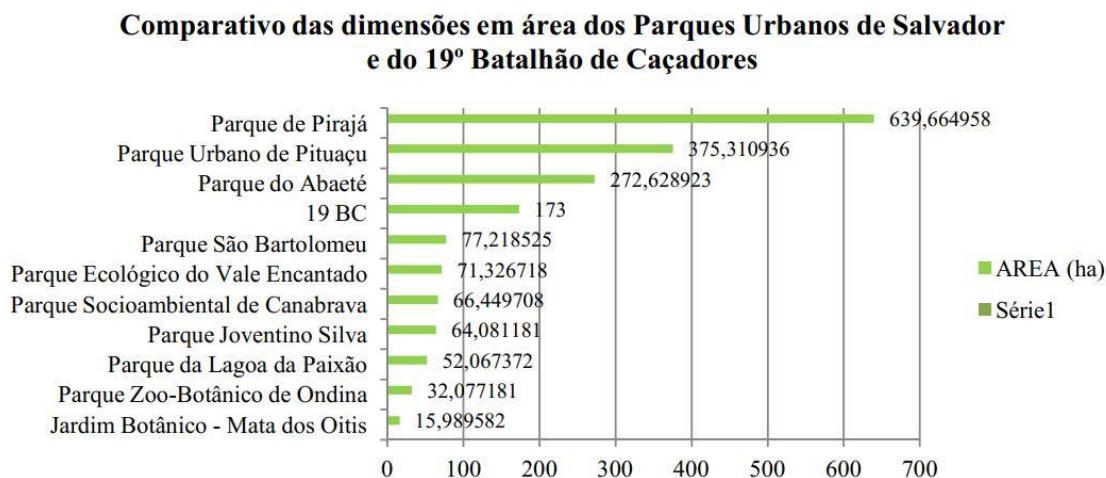
Art. 276. Parque Urbano é a área pública extensa, dotada de atributos naturais, ou enronizados, significativos para a qualidade do meio urbano, para a composição da paisagem da cidade e como referência para a cultura local, destinando-se ao lazer ativo e contemplativo, à prática de esportes, atividades recreativas e culturais da população, à educação ambiental, e eventualmente, à pesquisa científica (SALVADOR, 2016, p. 144).

Salvador apresenta dez parques urbanos instituídos em seu território, os

quais possuem importante expressividade em termos de área verde protegida. Se compararmos a área do 19º BC com as outras áreas integrantes da categoria parque urbano, podemos verificar a importância que ela tem para a cidade de Salvador<sup>1</sup>. Como é possível observar na Figura 6, sua extensão territorial é maior que a de sete dos dez parques urbanos da cidade. Esse fato enaltece a importância da manutenção e conservação da área que compreende o 19º BC.

10 A comparação da área do 19º BC, classificada como APRN, com uma categoria distinta, qual seja a de parque urbano, não visa estabelecer uma relação direta, mas uma aproximação com outras importantes áreas verdes de Salvador para compreendermos de que modo a área do 19º BC se insere nesse contexto e que importância tem para a cidade.

Figura 6 – Comparativo das dimensões em área dos parques urbanos de Salvador e do 19º BC



Fonte: Elaborado com base no PDDU de Salvador de 2016.

É preciso destacar que a pressão do capital imobiliário sobre as áreas verdes de Salvador tem provocado sua redução. Um estudo realizado por Santos (2010) concluiu que a expansão imobiliária no Cabula provocou uma diminuição significativa das áreas verdes entre 1959 e 2006. Em sua análise, a autora identificou que em 1959 a área verde no Cabula<sup>11</sup> correspondia a 3,16 km<sup>2</sup> de vegetação densa; já em 2006 a área verde representava apenas 1,97 km<sup>2</sup>, ou seja, uma área de 1,19 km<sup>2</sup> de resquício de Mata Atlântica tornou-se ambiente construído. Apesar desse aumento do ambiente construído afetar drasticamente a cobertura vegetal, tal aspecto revela-se importante para a lógica especulativa em voga. Nesse sentido, é importante ressaltar que, em relação ao PDDU de 2008, no PDDU de 2016 houve uma redução de 4.842,91 ha da Macrozona de Conservação Ambiental enquanto houve um incremento da Macrozona de Ocupação Urbana

(FIGUEIREDO; AMORIM; MOREIRA, 2019).

A redução das áreas de proteção ambiental, aliada a outros fatores da produção do espaço urbano soteropolitano, revela um processo de captura e apropriação empresarial da cidade pelo capital privado (PINHO, 2019; REBOUÇAS; MOURAD, 2019). Assim, o PDDU de 2016 revela-se bastante orientado para os interesses do capital privado e imobiliário em detrimento da busca por uma cidade que contemple a gama de demandas sociais visando dirimir as graves desigualdades socioespaciais existentes (PENA, 2019).

Ainda no bojo da produção do espaço urbano contemporâneo e como consequência do processo de expansão do Miolo a partir da segunda metade do século XX, não podemos mais classificar o Cabula como área periférica no contexto de Salvador. Do ponto de vista geográfico, ele situa-se no centro do território, mas do ponto de vista urbanístico o Cabula também tem exercido uma centralidade em função não apenas de sua localização, mas sobretudo pela gama de serviços que oferta à cidade. De acordo com o PDDU de 2016, o Cabula está inserido na Macroárea de

11 Santos (2010) utiliza a delimitação do bairro do Cabula instituída pela Lei Municipal nº 9.278/2017 que, embora seja distinta da que utilizamos aqui, serve como uma indicação bastante ilustrativa da redução de áreas verdes na área.

Estruturação Urbana, definida da seguinte maneira:

Art. 141. A Macroárea de Estruturação Urbana corresponde ao centro geográfico de Salvador, o chamado Miolo, a grande área estratégica para a estruturação urbana do território do Município na sua porção norte e, também, para a integração da cidade aos Municípios de Simões Filho e Lauro de Freitas, que podem ter uma melhor conexão entre si através dessa região (SALVADOR, 2016, p. 72).

Em seguida, o plano acrescenta ainda que:

Art. 141 [...]

Parágrafo único. Esta macroárea, que compreende as regiões do **Cabula**, Tancredo Neves, Pau da Lima e Cajazeiras, é habitada predominantemente por população de baixa e média renda e tem a ocupação do seu território caracterizada por assentamentos precários em diferentes estágios de consolidação, grandes conjuntos habitacionais, atividades comerciais, industriais e **serviços diversificados** de atendimento local, e por **parcela ainda significativa de terrenos vazios**, constituindo uma urbanização fragmentada e incompleta, com baixa conectividade da rede viária e apresentando condições insatisfatórias de acessibilidade, de infraestrutura, de equipamentos e serviços urbanos (SALVADOR, 2016, p. 72-73, grifo nosso).

Portanto, o referido plano reconhece a importância do Cabula, destacando a existência de terrenos vazios no Miolo, mas também as deficiências em termos de infraestrutura urbana ainda presentes. Nesse sentido, são definidas estratégias para o adequado ordenamento territorial dessa Macroárea.

Art. 143. O ordenamento territorial da Macroárea de Estruturação Urbana tem como estratégias: [...]

**VIII - potencialização das centralidades** dos bairros de Pau da Lima, Cajazeiras e **Cabula**, por meio

do fortalecimento da base econômica local, adequação da densidade demográfica e da oferta habitacional, renovação dos padrões de uso e ocupação e otimização da oferta de infraestrutura (SALVADOR, 2016, p. 73, grifo nosso).

Se o Cabula já vem passando por uma forte pressão do mercado imobiliário<sup>12</sup>, o reconhecimento de sua centralidade no PDDU de 2016 pode acirrar ainda mais essa questão. Contudo, não se trata de rejeitar esse reconhecimento, até porque isto é fundamental para que as carências ainda existentes nessa área possam ser dirimidas com os investimentos apontados no plano. Entretanto, é preciso que haja atenção para que esse estímulo não intensifique ainda mais desequilíbrios na área, não apenas do ponto de vista ambiental, mas dos problemas urbanos já enfrentados pela população local. Em termos ambientais, o “Braço Forte” do 19º BC será fundamental para frear a pressão do capital imobiliário e garantir a manutenção desse importante remanescente de Mata Atlântica frente a um processo de produção do espaço urbano cada vez mais feroz e que pouca importância dá às questões ambientais, já que seu objetivo primeiro é a maior lucratividade possível.

## 5 CONCLUSÃO

O Cabula passou por mudanças ao longo do século XX que alteraram completamente sua configuração espacial e o seu papel na dinâmica urbana. Caracterizado em seus primórdios pela produção agrícola e a presença de numerosas chácaras, essa situação alterou-se a partir da década de 1940 com a implantação do 19º BC na área que ainda se mantinha distante do centro urbano consolidado. Nas décadas seguintes a chegada de novas infraestruturas colocaria

---

12 Além da pressão do mercado imobiliário formal, a área do 19º BC também é pressionada pelas ocupações informais em sua parte norte.

o Cabula como uma localização importante na produção do espaço periférico da cidade.

Ao longo das décadas as antigas chácaras deram lugar aos imensos e numerosos conjuntos habitacionais. Após a virada do século deu-se início à construção dos condomínios fechados verticais, dada a existência de remanescentes das chácaras. O Cabula viu sua área verde diminuindo década após década, permanecendo apenas a área protegida pela presença do Exército Brasileiro, o 19º BC, e algumas outras pequenas áreas verdes. Apesar da redução das áreas verdes, a pressão imobiliária segue disputando a produção do espaço construído via instrumentos de política e planejamento urbanos.

A importância da presença e atuação do 19º BC para a proteção dessa importante área da cidade pode ser entendida pela alusão ao grito de guerra do Exército Brasileiro: “Braço Forte, Mão Amiga”. Ao mesmo tempo que a instituição mantém-se firme resistindo às pressões diversas dos

agentes interessados na expansão do parque imobiliário no Cabula, ela desempenha um papel fundamental, uma vez que a proteção dessa área garante à cidade a conservação de um remanescente significativo do bioma da Mata Atlântica em Salvador.

Os benefícios da conservação da área verde do perímetro do 19º BC são inegáveis para uma cidade que já tem grande parte de seu território edificado. Nesse sentido, é fundamental que a indicação de sua área como Unidade de Conservação Vale do Cascão prevista no PDDU de 2016 seja devidamente instituída e monitorada. Além disso, é preciso que haja maior engajamento da sociedade na defesa dessa área. Para isto faz-se necessário que sejam realizadas ações no sentido de publicizar o papel que o 19º BC tem desempenhado e, ao mesmo tempo, a riqueza ambiental que ele protege não apenas para os moradores do Cabula, mas para toda cidade de Salvador.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Débora Marques da Silva; FERNANDES, Rosali Braga; PENA, João Soares. A evolução do panorama educacional no âmbito do Cabula. In: Reunião Científica de Estudos das Cidades e do Urbano, 2012, Santo Antônio de Jesus. **Anais RECUR 2012**. Santo Antônio de Jesus: UNEB, 2012. Disponível em: <http://www.cidurb.uneb.br/anais/A%20EVOLUCAO%20DO%20PANORAMA%20EDUCACIONAL%20NO%20AMBITO%20DO%20CABULA.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.

BAHIA. Ministério Público do Estado da Bahia. Fundação José Silveira. **Projeto Mata Atlântica Salvador**: Diagnóstico da Vegetação do Bioma Mata Atlântica na Cidade de Salvador. Ed. rev. e ampliada. Salvador: MPBA ; FJS, 2013. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/wp->

[content/uploads/2014/01/Projeto\\_Mata\\_Atlantica\\_Salvador\\_Relatorio\\_Tecnico.pdf](http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/Projeto_Mata_Atlantica_Salvador_Relatorio_Tecnico.pdf). Acesso em: 26 set. 2019.

BARROS, Marcus de Andrade Monteiro de. Braço Forte, Mão Amiga: o Grito de Guerra do Exército Brasileiro. **Eblog: Blog do Exército Brasileiro**. 14 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/braco-forte-mao-amiga-o-grito-de-guerra-do-exercito-brasileiro-1.html>. Acesso em: 26 set. 2019.

BRITO, Cristóvão de Cássio da Trindade de. **A produção da escassez de terrenos urbanos em Salvador e suas consequências na reprodução futura do espaço urbano**. Salvador, 1997. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, 1997.

COSTA, Renata Geniany da Silva; FERREIRA, Cássia de Castro Martins.

Estudo biogeográfico das áreas verdes e da arborização ligada ao sistema viário na região central da cidade de Juiz de Fora (MG). **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 8, n. 22, set/2007, p. 143 – 153. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15554/8803>. Acesso em: 15 set. 2019.

FERNANDES, Rosali Braga *et al.* História urbana e transformações da periferia na cidade de Salvador - Bahia - Brasil: processo, estrutura, função e formas no Cabula. In: Primer Congreso Iberoamericano de Historia Urbana, 2016, Santiago. **Actas Primer Congreso Iberoamericano de Historia Urbana**. Santiago: Universidad de Chile; Pontificia Universidad Católica de Chile, 2016. p. 448-458. Disponível em: [http://media.wix.com/ugd/ea4362\\_3fe99cb8c2cf45929fa4da421b621b80.pdf](http://media.wix.com/ugd/ea4362_3fe99cb8c2cf45929fa4da421b621b80.pdf). Acesso em: 29 ago. 2019.

FERNANDES, Rosali Braga. **Las políticas de La vivienda en La ciudad de Salvador e los procesos de urbanización popular em el caso del Cabula**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2003.

FERNANDES, Rosali Braga. **Periferização Sócio-espacial em Salvador**: análise do Cabula, uma área representativa. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 1992.

FIGUEIREDO, Glória Cecília; AMORIM, Nayara Cristina Rosa; MOREIRA, Taiane. Cidade de Salvador: o desencontro entre a política e o urbano. In: GOMES, Hortênsia; SERRA, Ordep; NUNES, Débora (Orgs.). **Salvador e os descaminhos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**: construindo novas possibilidades. Salvador: EDUFBA, 2019.

LIMA, Jamile de Brito. **Os “Cabulas” de Salvador**: confrontando as delimitações de 1992 e de 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado da Bahia, 2010.

PENA, João Soares. A cidade em disputa. Olhares críticos sobre o PDDU de Salvador. **Resenhas Online**. São Paulo, ano 18, n. 212.01, Vitruvius, ago. 2019. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/18.212/7425>. Acesso em: 27 ago. 2019.

PENA, João Soares. **A especulação imobiliária chega à periferia urbana de Salvador**: origens e perspectivas do Cabula na perspectiva da habitação. Monografia (Graduação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010.

PINHO, Hortensia Gomes. PDDU de Salvador e a apropriação empresarial da cidade. In: GOMES, Hortênsia; SERRA, Ordep; NUNES, Débora (Orgs.). **Salvador e os descaminhos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**: construindo novas possibilidades. Salvador: EDUFBA, 2019.

REBOUÇAS, Thaís; MOURAD, Laila Nazem. Operações urbanas consorciadas e a manifestação de interesse privado em Salvador: o regramento da cidade de exceção. In: GOMES, Hortênsia; SERRA, Ordep; NUNES, Débora (Orgs.). **Salvador e os descaminhos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**: construindo novas possibilidades. Salvador: EDUFBA, 2019.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. **Lei nº 9.069/2016**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências. Salvador, 30 de junho de 2016. Disponível em: <http://www.sucom.ba.gov.br/category/legislacoes/pddu/>. Acesso em 25 set. 2019.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. **Lei nº 9.278/2017.** Dispõe sobre a delimitação e denominação dos bairros do Município de Salvador, Capital do Estado da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências. Salvador, 20 de setembro de 2017. 2017a. Disponível em:  
[http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/Lei\\_9278\\_2017.pdf](http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/Lei_9278_2017.pdf). Acesso em: 25 set. 2019.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. **Ortoimagem 2016/2017.** Disponível em:  
[http://mapeamento.salvador.ba.gov.br/geo/desktop/index.html#on=layer/default;eixos/eixos;scalebar\\_meters/scalebar\\_m;orto2016/Ortoimagem\\_Salvador\\_2016\\_2017&loc=-1.194328566955879;-4277802.96418271;-1457440.6328427412](http://mapeamento.salvador.ba.gov.br/geo/desktop/index.html#on=layer/default;eixos/eixos;scalebar_meters/scalebar_m;orto2016/Ortoimagem_Salvador_2016_2017&loc=-1.194328566955879;-4277802.96418271;-1457440.6328427412). Acesso em 26 set. 2019.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. Secretaria da Cidade Sustentável e Inovação – SECIS. **Manual Técnico de Arborização Urbana de Salvador com espécies nativas da Mata Atlântica.** Salvador: PMS ; SBAU, 2017b. Disponível em:  
[http://sustentabilidade.salvador.ba.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/Manual\\_Tecnico\\_de\\_Arborizacao\\_de\\_Salvador.pdf](http://sustentabilidade.salvador.ba.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/Manual_Tecnico_de_Arborizacao_de_Salvador.pdf). Acesso em: 26 set. 2019.

SANTOS, Celiane Silva. **Os Sistemas de Informação Geográfica aplicados à análise espacial para o mapeamento dos espaços verdes do bairro do Cabula na cidade do Salvador – Bahia – Brasil.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2012. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/10615>. Acesso em: 26 set. 2019.

SANTOS, Celiane Silva. **Supressão de áreas verdes como consequência da urbanização no bairro do Cabula, Salvador-BA.** Trabalho de Conclusão de

Curso (Graduação) –Universidade Católica do Salvador, 2010.

SANTOS, Elisabete *et al.* **O Caminho das Águas em Salvador:** Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010.

# O IMPACTO DO TREINAMENTO NO TRABALHO DE MONITORES DO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL (SCMB)

Vinicius Ramos Maçao<sup>1</sup> e Lívia da Silva Ciacci<sup>2</sup>

**Resumo.** Este trabalho tem como objetivo analisar o Estágio Setorial de Monitores (ESM), desenvolvido e coordenado pela Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA), buscando identificar o impacto do treinamento e capacitação no trabalho dos militares que são monitores do Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB). Tal abordagem se justifica pelas especificidades do cargo de monitor, que exige habilidades exclusivas no trato com os discentes, sendo importante elo no processo educacional do sistema. Nesse propósito, para consubstanciar e dar embasamento teórico, foi realizada uma pesquisa exploratória, por meio de uma revisão bibliográfica, buscando pressupostos em fontes primárias, obras de autores consagrados na literatura, documentos e sítios eletrônicos. Esse intuito foi conseguido mediante uma pesquisa quali-quantitativa, aplicando um questionário direcionado a uma amostra de militares que realizou o ESM em 2018. O estudo demonstrou que o treinamento foi eficaz no sentido de promoverem mudanças significativas no desempenho global, nas atitudes e na motivação dos concludentes do estágio.

**Palavras-chave:** Gestão de Pessoas. Treinamento. Monitores do Sistema Colégio Militar do Brasil. Ensino. Estágio.

**Abstract.** This work aims to analyze the Monitors' Sectoral Internship (ESM), developed and coordinated by the Directorate of Preparatory and Assistance Education (DEPA), searching to identify the impact of training and qualification on the work of military personnel who are monitors of Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB). This approach is justified by the specificities of the position of monitor, which requires exclusive skills in dealing with students, being an important link in the educational process of the system. In this regard, in order to substantiate and provide a theoretical basis, an exploratory research was carried out, through a bibliographic review, searching for assumptions in primary sources, works of authors consecrated in the literature, documents and electronic sites. This aim was achieved through a qualitative and quantitative research, applying a questionnaire to a sample of military personnel who conducted the ESM in 2018. The study demonstrated that the training was effective in promoting significant changes in the overall performance, attitudes and motivation of the graduates on internship.

**Keywords:** People management. Training. Monitors of Sistema Colégio Militar do Brasil. Teaching. Internship.

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2006. Graduado em Ciências Militares pela AMAN, 1997. [viniciusmacao@gmail.com](mailto:viniciusmacao@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestre em Bioengenharia pela UFSJ, 2014. Graduada em Biologia pela UFSJ, 2009. [livia.ciacci@unis.edu.br](mailto:livia.ciacci@unis.edu.br)

## 1 INTRODUÇÃO

No início da sua criação, ainda no final do Império, chamado inicialmente de Imperial Colégio Militar (Decreto nº 10.202, de 9 de março de 1889), o Colégio Militar nasce como um educandário, na cidade do Rio de Janeiro, para amparar os filhos órfãos de militares, mortos nas intensas batalhas que ocorriam naquela época.

Ao longo desses mais de cem anos, impôs-se dentro do cenário educacional nacional, perfazendo hoje um total de treze Colégios subordinados à Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA), sendo um órgão de apoio técnico-normativo do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEx), abrangendo esse importante sistema educacional, que atende mais de 15 mil jovens, em dez estados da federação e no Distrito Federal, difundindo de maneira ímpar o ensino no país.

Atualmente, existem duas formas de ingresso nos Colégios Militares (CM), uma por concurso e outra por amparo regulamentar. Os concursos são realizados, anualmente, para o 6º ano do Ensino Fundamental e para o 1º ano do Ensino Médio, sendo que, a cada ano, concorrem, em média, 22 (vinte e dois) mil candidatos, entre dependentes de militares e civis. O ingresso por amparo, especificado em regulamento, destina-se a atender os dependentes de militares, que sofrem os reflexos das obrigações profissionais dos pais, devido às transferências, em razão das peculiaridades da carreira.

Nesse contexto apresentado, entende-se que é necessária uma constante atualização e preparação dos conteúdos pedagógicos e normativos, bem como investimentos em capacitações de professores, agentes de ensino e militares do corpo permanente de instrutores e monitores dos diversos CM. Desse modo, a DEPA coordena estágios de atualização pedagógica, visitas de supervisão escolar, estágios para capacitação de monitores, além de encontros, simpósios e reuniões de coordenação, visando sempre o melhor para os integrantes do sistema.

Do exposto, esta pesquisa buscou analisar a importância do militar que ocupa o cargo de monitor no SCMB, verificando pressupostos teóricos que embasam e compõem as habilidades necessárias para o exercício de suas funções, no trato com os alunos, professores, agentes de ensino e militares que fazem parte desta complexa organização militar. Entretanto, o presente estudo se limitou a investigar os militares que realizaram o Estágio Setorial de Monitores (ESM) da DEPA, no ano de 2018, buscando elucidar como ocorreu esse importante treinamento e desenvolvimento de militares pertencentes ao sistema.

Para tal, foi realizada uma revisão documental, consultando fontes bibliográficas, o conteúdo curricular do estágio, bem como seu desenvolvimento e execução no âmbito do sistema, questionando uma amostra dos participantes, verificando seus pontos fortes e apontando as oportunidades de melhoria nesse importante processo de gestão de pessoas da Diretoria.

Atualmente, a DEPA realiza um Estágio Setorial visando capacitar e treinar os militares que ocupam o cargo de monitor, no intuito de desenvolver habilidades e competências necessárias ao exercício da função. Nesse sentido, foi formulada uma questão de investigação que norteou as ações do pesquisador. O Estágio Setorial de Monitores realizado pela DEPA, no ano de 2018, visando treinar militares para a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes, gerou de maneira eficaz impacto do treinamento no trabalho dos monitores do SCMB?

Dessa maneira, após a problematização proposta e a hipótese levantada, a pesquisa buscou, com esse questionamento, respostas no sentido de confirmar a importância da escolha desse objeto de estudo. Assim, o estudo se justifica com intuito de poder confirmar pressupostos já conhecidos do sistema e/ou sugerir apontamentos no sentido de aperfeiçoar o atual Estágio Setorial de Monitores, demonstrando com isso a contribuição para os profissionais da área educacional e as oportunidades de

melhoria no relevante processo de ensino-aprendizagem.

Este estudo tem como objetivo geral analisar o atual ESM, desenvolvido e coordenado pela Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA), buscando identificar o impacto do treinamento e capacitação no trabalho dos militares que são monitores do SCMB. Do mesmo modo, é importante destacar o interesse deste objeto de estudo, pois o tema é relevante e instiga a curiosidade da pesquisa na área de treinamento de pessoas, podendo promover uma constante melhoria, atendendo aos agentes de ensino, discentes e docentes, contribuindo para a educação e preparação dos jovens alunos do sistema.

## **2 TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO: ENSINO POR COMPETÊNCIAS**

Bastos (1991) sinaliza que o final do Século XX é marcado por uma série de mudanças que transformaram significativamente o mundo do trabalho, ressaltando que esses acontecimentos acarretaram uma reestruturação dos processos produtivos, apontando para novos modelos de gestão, redefinindo o trabalho e suas relações, desenhando um novo perfil de trabalhador, capacitado e competente. Atualizar-se, acompanhando as conexões entre esses diversos fatores, é fundamental para esclarecer o papel central que as ações de treinamento e capacitação ocupam nas organizações contemporâneas.

A influência do processo de globalização e do acesso à informação aumentou a competitividade e elevou a busca pela qualidade de produtos e serviços. A concorrência dinâmica e em amplo espectro, por sua vez, acirrou a disputa pelo desenvolvimento tecnológico. O cenário deixou de ser marcado pela estabilidade e se pautou pela constante incerteza. Com isso, as organizações se viram obrigadas a adotar estruturas mais orgânicas para se adaptar às frequentes mudanças.

A observância de momentos históricos e de suas características servem como pressuposto situacional para estabelecer parâmetros, análise e entendimento do momento atual. Nesse sentido, Bastos (1991) estudou as ondas de acontecimentos, propondo o modelo das quatro ondas. A primeira, situada entre 1950 e 1970, tendo como característica o treinamento para o desenvolvimento de habilidades técnicas e profissionais. A segunda onda, compreendendo o período de 1960 a 1980, cujo objetivo era a capacitação do trabalhador para a operação dos adventos tecnológicos incorporados às organizações. A terceira onda abarca o intervalo de 1970 a 1990, no qual se dá a ênfase na educação aberta e continuada, revelando a pró-atividade do funcionário em definir suas necessidades de treinamento. A quarta onda teve início em 1990 e se estende aos dias atuais. Nessa derradeira, nota-se a preocupação das ações de capacitação, com o desenvolvimento da criatividade e de tomada de decisão, além da busca pela melhoria contínua dos processos de avaliação, treinamento e capacitação.

Dentro desse contexto de mudanças é importante pontuar o conceito de competências, que, para Zarifian (2001), é a capacidade dos indivíduos congregarem conhecimentos, habilidades e atitudes, evidenciados e aplicados na execução de suas atividades profissionais, harmonizando-se com as particularidades da modernidade organizacional, concentrando energia na conquista de resultados, alcançando os objetivos estratégicos desenhados e definidos pela organização.

Ainda sobre as competências, Perrenoud (2000) coloca que seu desenvolvimento está relacionado com a natureza das situações de aprendizagem, devendo-se constituir como uma preparação intensiva, dando condições objetivas ao indivíduo para a interiorização e estabilização dos esquemas de pensamento e ação. Nesse entendimento, o aprendiz teria a capacidade de mobilizar tais competências e aplicá-las em uma situação real.

O modelo de gestão por competências agrupa diversos pressupostos que se alinham aos recentes imperativos do mundo de negócios e, por essa razão, como assinalam Freitas e Brandão (2006), apresenta-se como uma alternativa aos modelos tradicionais. Esse modelo reconhece o relevante papel das competências para o sucesso do negócio e se ocupa da captação ou do desenvolvimento daquelas que não se apresentam no nível esperado. Outra confluência com o discurso da modernidade é que, ao se encarregarem de promover ações de capacitação, as organizações que adotam esse modelo de gestão tornam-se ambientes de aprendizagem e desenvolvimento de pessoas.

Segundo Pantoja e Borges-Andrade (2002), a aprendizagem é um processo psicológico que ocorre no nível do indivíduo, promovendo alterações duradouras de comportamentos, não apenas associados à passagem do tempo, idade ou uma fase da vida, mas também relacionadas ao ambiente com que este interage. Segundo conceitos cognitivistas, através do processamento de informações advindas de estímulos ambientais diversos, os indivíduos têm de atentar, selecionar, adquirir, reter, generalizar, transferindo estas informações, a fim de construir respostas precisas às demandas de desempenho que lhes são impostas, seja no ambiente de aprendizagem escolar/acadêmico, no contexto das organizações, no desempenho de suas funções.

Para Abbad e Borges-Andrade (2004), os processos de treinamento, desenvolvimento e educação são ações organizacionais que se utilizam da tecnologia institucional, promovendo o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes (CHA) para atender as demandas no desempenho do cargo, preparando os indivíduos da organização para novas funções. Nesse contexto, a instrução representa um processo de formulação sistemática de objetivos específicos que define métodos de ensino em função de módulos e unidades de conteúdo (VARGAS; ABBAD, 2006).

Em síntese, a informação seria justamente os módulos ou unidades organizadas de conteúdos e, por outro lado, a instrução englobaria e estabeleceria os objetivos instrucionais e a execução de determinados procedimentos de ensino. O treinamento são ações direcionadas para as atividades que serão desempenhadas no exercício de suas funções pelos indivíduos, colaboradores, funcionários e/ou alunos da instituição/organização (MENESES; ZERBINI; ABBAD, 2010).

Em contrapartida, a educação compreende, no sentido mais amplo, a ação voltada para a execução das atividades que serão desempenhadas de imediato ou em um futuro breve, dentro da organização. O desenvolvimento são as ações orientadas para o crescimento pessoal e profissional do funcionário e sem vínculo estreito com as atividades, presentes ou futuras, demandadas pela a organização.

### **3 SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL**

Neste momento, será realizada uma abordagem sucinta e histórica sobre a criação da Instituição Colégio Militar e a atual DEPA, com o intuito de apresentar sua missão, suas demandas e sua importância no contexto e no SCMB, além de outras ideias pertinentes ao tema, tais como a função do monitor, regulamentos e normas internas que sejam importantes, sendo destacadas e apresentadas.

#### **3.1 Histórico**

Logo após a independência de Portugal, os militares brasileiros já declaravam a iniciativa de criar uma instituição encarregada de educar os filhos dos servidores do Exército e da Armada. O Regente Araújo Lima, Marquês de Olinda, em 1840, propôs, por meio de um decreto, a criação de um colégio destinado aos filhos necessitados dos capitães e oficiais subalternos, no Arsenal de Guerra da Corte, o “Colégio Militar do Imperador”. O intuito foi

reconhecido e louvado, porém não chegou a se tornar uma realidade (BRASIL, 2016).

Os relatos históricos contidos na Portaria nº 053 do Departamento de Cultura do Exército (DECEx), de 18 de maio de 2016, dão conta da preocupação com o destino das famílias dos militares que participaram da Guerra da Tríplice Aliança, pois os homens que estavam nas agruras do combate podiam ser influenciados negativamente com a falta de previsão de sustento e educação de seus dependentes, caso fossem abatidos no combate. Dessa forma, o moral da tropa cresceria se a Pátria protegesse suas famílias.

Pensando nas ideias de amparo dos jovens filhos dos militares, após se eleger Senador do Império, em 1853, Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, apresenta aos parlamentares do Senado, um projeto de criação do primeiro Colégio Militar da Corte, porém sua intenção não se concretizou. Em 1862, houve mais um intento, contudo o desejo de amparar órfãos, filhos de militares que participassem na defesa da independência, também não prosperou.

Entretanto, em 9 de março de 1889, com o Decreto de Lei nº 10.202, após a queda do Império, o Conselheiro Thomaz Coelho, antigo Ministro da Agricultura, conseguiu levar em frente a necessária e importante ideia de Caxias, criando o Imperial Colégio Militar. Esse educandário em pouco tempo ganhou corpo e musculatura, sendo reconhecido no cenário educacional à época no país e, em 1912, mais dois outros colégios foram criados, um em Porto Alegre/RS e o outro, na cidade de Barbacena/MG.

Nesse cenário, no início do século passado até o início dos anos setenta, com avanços e recuos, criando e extinguindo colégios militares, por questões políticas e econômicas, ocorreram diversas modificações no SCMB. Contudo, devido ao sucesso pedagógico e institucional, são criados os Colégios de Manaus, em 1971 e, o de Brasília, em 1978, sendo que estes já tinham sido planejados pelo então Presidente Juscelino Kubitschek por despacho presidencial em 1959, mas faltava ação política e recursos para

concretizar essas demandas da região amazônica e da capital federal.

Na década de oitenta, mas uma vez foram fechados alguns estabelecimentos de ensino, mesmo com relevantes serviços prestados à educação. Em contrapartida, em 1989, o antigo Colégio Militar do Imperador, atual Colégio Militar do Rio de Janeiro, abre as portas para as primeiras meninas, que cumpririam as mesmas atividades curriculares. Cabe ressaltar que, atualmente, por ocasião dos concursos públicos, os CM disponibilizam vagas em igualdade de condições para ambos.

Nos anos noventa, com a atuação do General Zenildo, assumindo o comando da Força Terrestre, foram reativados, em 1993, os Colégios Militares de Curitiba/PR, Salvador/BA, Recife/PE, Belo Horizonte/MG e, ainda criados os colégios de Juiz de Fora/MG, Campo Grande/MS e, em 1994, o de Santa Maria/RS. Em contínuo crescimento, devido à sua excelente estrutura e valores educacionais, em 2015 o SCMB expandiu-se com a criação do décimo terceiro filho, o Colégio Militar de Belém/PA, por intermédio da Portaria do Exército nº 1.034, de 06 de agosto do mesmo ano, sendo o segundo colégio localizado naquela região, destinado a atender o público pertencente ao Comando Militar do Norte, localizado na capital paraense.

Em 8 de outubro de 2018, com a aprovação da Portaria nº 1.694, foi criado o décimo quarto Colégio Militar, localizado na cidade de São Paulo/SP, destinado a atender o público do Comando Militar do Sudeste, com previsão de funcionamento e abertura dos portões em 2020. Nesse caminhar de crescimento, existe ainda o intuito de criar o segundo Colégio Militar do Rio de Janeiro. Por hora, encontra-se em fase de estudo de viabilidades e será sediado na Vila Militar de Deodoro, visando a atender, principalmente, os filhos de militares que servem na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense. Portanto, é importante apontar ao final desta seção que os CM têm hoje seu ensino valorizado por uma destinação preparatória e assistencial, cujo desempenho

de seus integrantes, em avaliações nacionais, é superior ao de muitas escolas do país, tanto no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) quanto no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Atualmente, o IDEB é o principal indicador de qualidade da educação básica no país, tendo o SCMB uma média de 6,5, bem acima da média das escolas públicas, que é de 4,1.

### **3.2 Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial**

Nesse cenário de crescimento, apresentado na seção anterior, surge uma demanda importante, que é a governança do sistema, propiciando a unidade de conjunto e a gerência das atividades que abrangem todos os CM, bem como a incumbência de coordenar e supervisionar as ações pedagógicas. Dessa forma, houve a necessidade da criação de uma estrutura que pudesse planejar e coordenar as ações institucionais e educacionais, em razão da qual, em 1973, com o Decreto nº 71.823, foi criada a Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial. Ao longo dos anos, desde sua criação, a DEPA passou por diversas atualizações, adequações, fruto da conjuntura e da necessidade de constante modernização.

A partir de 2010, embasado em concepções pedagógicas apontadas pelo grupo de trabalho que realizou o estudo da modernização do ensino do Exército (GTEME), em 1995, e em face das mudanças advindas das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC's), da globalização e do novo cenário profissional configurado pelo século XXI, o Comandante do Exército, assessorado pelo Estado Maior do Exército (EME) e pelo DECEEx, decidiu implantar uma nova abordagem pedagógica para nortear a formação de pessoal.

Em 28 de fevereiro de 2012, por meio da Portaria nº 137 do Cmdo Ex, é aprovada a Diretriz para o Projeto de Implantação do Ensino por Competências no Exército Brasileiro. Diante disso, a DEPA, no sentido de realizar o alinhamento pedagógico,

elaborou um subprojeto, a fim de realizar a implantação do Ensino por Competências, com o objetivo de adotá-lo nos CM, com a perspectiva de adequar toda estrutura da educação básica à nova proposta metodológica, desenvolver e capacitar membros do corpo permanente, elaborar o Projeto Pedagógico do SCMB, entre outras ações necessárias a essa reformulação.

Atualmente a DEPA possui a seguinte Missão Institucional:

Planejar, coordenar, controlar e supervisionar a condução da educação preparatória e assistencial e a avaliação do processo ensino-aprendizagem nos Colégios Militares (CM), bem como estabelecer a ligação técnica com as organizações de ensino que lhe forem determinadas, para essas atividades (DEPA, 2018, n.p.).

A Diretoria está subordinada ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEEx), pois este departamento é o órgão de apoio técnico-normativo, que realiza a interface com outros estabelecimentos de ensino integrantes do Exército e com outros de interesse da Força Terrestre, além, obviamente, de estar diretamente subordinado ao Comandante do Exército.

### **3.3 Estágio Setorial de Monitores (ESM)**

Balizado por esses conceitos, antes da implantação do Ensino por Competências no Exército, o DECEEx identificou a necessidade de desenvolver, treinar e capacitar os monitores do SCMB, aperfeiçoando seus recursos humanos para o exercício de suas funções, atendendo a uma necessidade premente da DEPA. Nesse sentido, o DECEEx criou, por meio da Portaria nº 118, de 17 de novembro de 2009, as condições para o funcionamento do Estágio de Monitor de Aluno do SCMB.

Desta feita, em 2010 ocorreu o primeiro estágio, destinado aos Sargentos de Carreira das Forças Armadas e Forças Auxiliares nomeados monitores a cada ano.

Naquela oportunidade, o estágio não era setorial, ou seja, deveria ser executado e conduzido no próprio CM no qual o monitor estivesse servindo, a cargo da Seção Psicopedagógica, com uma pequena duração de duas semanas.

Outro ponto importante a destacar nesse processo é que o conteúdo do programa de estágios não possuía uma padronização; seu planejamento ficava a critério da Divisão de Ensino e sua execução com a Seção Psicopedagógica dos CM. Além disso, as atividades didáticas e as avaliações não estavam atualizadas com o Ensino por Competências, porém constavam do calendário da DEPA, que regulava seu funcionamento e coordenava as ações com o sistema.

Entretanto, fruto do aumento da necessidade de atualização e adequação do estágio de monitores no âmbito do sistema, a Portaria nº 21 do DECEEx, de 2 de abril de 2013, modifica e revoga a portaria anterior, evidenciando, logo no primeiro artigo, a sua importância:

Alterar as condições de funcionamento do Estágio Setorial de Monitores do Sistema Colégio Militar do Brasil, que tem por finalidade capacitar os Subtenentes e Sargentos no exercício da função de monitores, junto ao corpo discente dos Colégios Militares (BRASIL, 2013).

A Portaria também estabeleceu que a capacitação de monitores integrasse a linha de ensino complementar, no grau médio e na modalidade de Estágio Setorial, ou seja, para todos os integrantes do sistema, regulado, coordenado e conduzido pela DEPA. Sua duração também aumentou para doze semanas, sendo dez realizadas à distância e duas presenciais, conduzidas nos próprios colégios. Em contrapartida, a Portaria também ampliou o universo de seleção dos participantes para os Subtenentes e Sargentos das Forças Armadas e das Forças Auxiliares que exercessem ou que tivessem sido nomeados para o exercício da função de monitor de alunos dos CM. Em 2018, a

DEPA regulou as atividades do ESM, conforme a Ordem de Serviço nº 04, de 03 de janeiro, estabelecendo como objetivo:

Proporcionar capacitação para que os monitores desenvolvam competências pedagógicas e atitudinais, segundo os valores do Exército Brasileiro e orientações do Projeto Pedagógico do SCMB, e para que atuem junto aos discentes, no Corpo de Alunos dos CM (BRASIL, 2018).

Outro ponto a destacar foi que, nesse ano, a DEPA planejou a execução do ESM com duração de doze semanas, dividida em três fases, a saber: a 1<sup>a</sup> fase, com duração de dez semanas, realizada na modalidade de Educação a Distância (EAD), no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da DEPA ([www.ead.cmm.ensino.eb.br/depa](http://www.ead.cmm.ensino.eb.br/depa)); a 2<sup>a</sup> fase, com duração de uma semana presencial, a cargo das Seções Psicopedagógicas dos CM; e a 3<sup>a</sup> fase, com duração de uma semana presencial, a cargo da DEPA, que foi realizada de forma centralizada, no Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ).

As disciplinas do estágio previstas conforme currículo apresentado no Quadro 1 foram orientadas dentro do ensino por competências, utilizando diversos recursos disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem (Plataforma *Moodle*). Cada disciplina foi avaliada de forma independente, prevista pelos tutores nos respectivos planos de tutoria, sendo composta pelas diversas atividades do AVA como questionários, tarefas e fóruns. Os tutores são integrantes do SCMB, docentes ou agentes de ensino, selecionados e escolhidos pela Diretoria.

Quadro 1 – Currículo/Carga Horária do ESM 2018

<b>1<sup>a</sup> FASE (EAD)</b> <b>DISCIPLINAS</b>	<b>CARGA HORÁRIA (h)</b>
1. Leis e Normas da Educação Nacional (LNEN)	10
2. Leis e Normas do SCMB (LNSCMB)	10
3. Introdução à Psicologia da Criança e do Adolescente (IPCA)	14
4. Introdução às Teorias da Aprendizagem (ITA)	10
5. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	10
6. Introdução à Biologia Educacional (IBE)	12
7. Introdução à Sociologia da Educação (ISE)	14
8. Educação Especial (EE)	10
<b>Subtotal (A)</b>	<b>90</b>
<b>2<sup>a</sup> FASE (Presencial)</b>	
Estudos de Caso a cargo da Seção Psicopedagógica	10
<b>Subtotal (B)</b>	<b>10</b>
<b>3<sup>a</sup> FASE (Presencial)</b>	
Revisão das disciplinas ministradas na 1 <sup>a</sup> fase e Projeto Pedagógico do SCMB	20
<b>Subtotal (C)</b>	<b>20</b>
<b>Total (A+B+C)</b>	<b>120</b>

Fonte: Ordem de Serviço nº 04/DEPA, de 03 JAN 18.

Para que o militar estagiário seja aprovado em cada disciplina, ele deve obter o mínimo de cinquenta por cento de aproveitamento em todas as avaliações. Caso isso não ocorra ou em caso de não realização de alguma avaliação, esse militar deve realizar uma recuperação de aprendizagem. A avaliação de recuperação, quando ocorrer, deve ser elaborada pelo respectivo tutor, constituída por uma avaliação distinta daquela aplicada inicialmente, mas com o mesmo grau de dificuldade. Sua aplicação será na semana imediatamente após a avaliação regular.

Para o prosseguimento no estágio, após a conclusão da primeira fase, o participante deve alcançar, no mínimo, o grau superior a 5,0 em todas as disciplinas, com ou sem a recuperação. Para que possa frequentar a segunda fase, o participante deve ter concluído e ter obtido aprovação dos tutores em todas as disciplinas da primeira fase. Para isso, a última semana da fase EAD compreende recuperação de aprendizagem, verificação de graus, revisão de conteúdo e preparação administrativa e intelectual para as fases presenciais.

Durante a segunda fase, os estagiários realizam atividades coordenadas pelas Seções Psicopedagógicas, desenvolvendo estudos de caso a respeito de situações do cotidiano escolar, promovendo debates entre os instruendos, sendo mediados pelo oficial coordenador/tutor de cada CM. O rendimento dos monitores nos estudos de caso é medido em conceitos (E, MB, B, R e I). Para que sejam considerados aprovados nessa fase, eles precisam atingir, no mínimo, o conceito B. Caso algum militar não atinja o conceito mínimo, a Seção Psicopedagógica deve realizar uma recuperação da aprendizagem.

Os estagiários que obtiverem aproveitamento nas fases anteriores deslocam-se para a cidade do Rio de Janeiro/RJ, a fim de realizarem uma imersão de três dias no CMRJ. Essa imersão incluiu uma revisão dos conteúdos ministrados na 1<sup>a</sup> fase, estudo do Projeto Pedagógico do SCMB e debates sobre situações do cotidiano escolar, a participação de oficinas pedagógicas, abrangendo temas atuais como *Bullying*, Educação Especial, Saúde Mental e Valorização a Vida – Prevenção ao Suicídio.

Na concepção de educação do SCMB, o ser humano é entendido como ser ativo, crítico, construtor de sua cultura, de sua história e da sociedade em que vive. Assim é imprescindível o acesso à informação, à oportunidade de treinamento, desenvolvimento e educação, para que se estimule a sua motivação e atuação no ambiente de trabalho. O ESM oportuniza o desenvolvimento de conteúdos atitudinais, fortemente ancorados em valores éticos e morais, costumes e tradições, sendo capazes de gerar vínculos afetivos e de pertença aos colégios (BRASIL, 2016, p. 12).

Portanto, nesse caminhar, apresentando as ideias de autores consagrados, visitando documentos, portarias, regulamentos, livros e sítios eletrônicos acerca do tema, podemos identificar aspectos históricos, a criação de estruturas instrucionais e educacionais que apontam para a importância do treinamento e da capacitação dos monitores pertencentes ao SCMB. Contudo, ainda falta verificar e explorar os resultados da pesquisa de campo, a fim de comprovar sua relevância para todo o SCMB. Outrossim, será necessária a apresentação da metodologia do presente estudo, o que faremos no próximo capítulo deste artigo.

#### 4 METODOLOGIA

A pesquisa, quanto à finalidade, é do tipo aplicada, pois tem por objetivo gerar conhecimentos acerca do tema de estudo, para aplicação prática, que serão dirigidos à solução de problemas específicos, que envolvem verdades e interesses locais. Quanto aos objetivos, este estudo é exploratório, pois tem como finalidade proporcionar maiores informações sobre o assunto, possibilitando sua definição e seu delineamento, fixando objetivos gerais e específicos, formulando hipótese, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa exploratória possui planejamento flexível, o que permite o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos, envolvendo entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado,

analisando exemplos reais que estimulem a compreensão (PRODANOV, 2013).

O estudo proposto se apoia também em uma pesquisa de campo, porém foi necessária uma abordagem teórica acerca do assunto, por meio de uma pesquisa bibliográfica, pois, ainda segundo Prodanov (2013), a pesquisa de campo serve como um primeiro passo a fim de conseguir informações e/ou conhecimentos do problema.

Em seguida, como segundo passo, esta pesquisa permite que seja estabelecido um modelo teórico inicial de referência, da mesma forma que auxilia na determinação das variáveis e na elaboração do plano geral da pesquisa. O planejamento do estudo de campo apresenta mais flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam readequados ao longo do percurso da pesquisa, pois “procuram muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis” (GIL, 2008, p. 57).

Sob o ponto de vista da maneira como é apresentado o problema, o estudo é quali-quantitativo, pois, como já abordado, tem caráter exploratório. Assim, os dados serão analisados por meio dos questionamentos realizados à amostra, levando-se em conta aspectos relevantes como opiniões e experiências do público entrevistado, estando o foco na compreensão dos fenômenos, por meio dos aspectos subjetivos, de forma espontânea, não consciente.

Portanto, na análise dos dados coletados, não há preocupação em comprovar a hipótese previamente levantada, mas esta não elimina a exigência do percurso metodológico que direcione a coleta, a análise e a interpretação dos dados (PRODANOV, 2013).

Estabeleceu-se, para este estudo, como público-alvo, o universo dos profissionais pertencentes ao sistema que participaram e concluíram com aproveitamento o ESM 2018. Não se definiu uma amostragem para esta pesquisa; inicialmente, a pretensão era que todos

participassem, porém, devido a dificuldades diversas, conseguiu-se trabalhar com um universo de 11 (onze) monitores, num total de 24 (vinte e quatro), perfazendo quase a metade dos que realizaram o estágio de treinamento/capacitação. Ou seja, foram desconsiderados para participarem desta pesquisa, ainda que tenham concluído algum treinamento, os profissionais que realizaram estágios ocorridos em anos anteriores ao corrente.

Para o levantamento das informações necessárias à realização deste estudo, utilizou-se a Escala de Autoavaliação de Impacto do Treinamento no Trabalho – Medida em Amplitude, constantes nos Anexos A e B. Desse modo, conforme delineada por Abbad e colaboradores (2012), essa escala em questão foi submetida às etapas de validação semântica e estatística.

O instrumental possui 12 (doze) itens que foram elaborados a partir da definição de Impacto do Treinamento no Trabalho, principal variável critério do instrumento, sobre a qual se entende que o processo de autoavaliação, na percepção do participante, acerca dos efeitos produzidos pelo treinamento pode elevar os níveis subsequentes de desempenho, motivação, autoconfiança e possibilidade de mudanças nos processos de trabalho, podendo ser percebidos por seus chefes e colegas de ambiente.

As respostas aos itens seguem uma escala de concordância, tipo Likert, de cinco pontos, sendo que 5 (cinco) “Concordo totalmente com a afirmativa”, 4 (quatro) “Concordo com a afirmativa”, 3 (três) “Não concordo nem discordo da afirmativa”, 2 (dois) “Discordo um pouco da afirmativa” e 1 (um) se refere a “Discordo totalmente da afirmativa”.

No instrumental destinado aos Monitores (Anexo A), há também uma questão aberta, na qual os respondentes foram solicitados a listar, segundo o grau decrescente de importância, as tarefas habitualmente executadas no trabalho e que sofreram algum tipo de modificação como consequência da participação no treinamento.

Os militares participantes da pesquisa responderam a seus questionários, enviados por meio de correio eletrônico e mídias sociais, sendo utilizada a plataforma *Google Forms*, como ferramenta de apoio para a coleta e tratamento dos dados, demandando deles respostas diretas, que em um tempo médio de preenchimento demoravam até 5 (cinco) minutos para leitura, execução e envio.

A presente pesquisa ocupou-se em avaliar os critérios de autopercepção do impacto do treinamento no trabalho, medida em amplitude, dos monitores do Sistema Colégio Militar do Brasil que participaram do Estágio Setorial de Monitores e concluíram com êxito sua capacitação. Entretanto, trata-se de um campo marcado pela subjetividade, no qual os resultados correlacionam-se a características pessoais como autoimagem, autoeficácia e autoestima.

Outra limitação a ser indicada é a dificuldade de divulgação, motivação e participação dos militares, pois, mesmo com todas as ferramentas disponíveis, não foi possível abranger a totalidade de monitores, além dos diversos aspectos que podem distrair a iniciativa e a participação de uma pesquisa como esta. Talvez, se o instrumento fosse aplicado logo após o término da capacitação, além de englobar todo o universo de participantes, pudesse apresentar menos variações que são inerentes ao longo do tempo.

Entretanto, é notório, ao longo da pesquisa de campo, com os questionamentos levantados, que existem indicadores suficientes para comprovar a hipótese elencada no estudo, a qual confirma a ocorrência de que o treinamento e a capacitação propostos pela DEPA podem impactar positivamente, obtendo resultados eficientes no trabalho exercido pelos monitores nos CM.

Sendo assim, no próximo capítulo, passaremos a apresentar e discutir os resultados da pesquisa de campo, a fim de comprovar a hipótese de pesquisa, isto é, se a participação no estágio realizou mudanças no profissional, na aquisição de novos

conhecimentos, no aprimoramento de habilidades e em suas atitudes, frente às oportunidades da aplicação do aprendido no treinamento.

Não obstante, se a hipótese do presente estudo for falsa, a pesquisa dará subsídios ao pesquisador para sugerir modificações e oportunidades de melhoria no atual formato do estágio setorial de monitores conduzido pela DEPA.

Tabela 1 – Impacto no Trabalho em Amplitude da Capacitação/Treinamento – ESM/2018 – Monitores

Código/Descrição dos itens (Imp – Impacto) Anexo A	Questionários respondidos – quantidade (N) e porcentagem (%)							
	Concordo totalmente		Concordo		Não concordo nem discordo		Discordo um pouco	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Imp1: Utilizo com frequência as habilidades que aprendi no treinamento	7	63,6	3	27,3	1	9,1	-	-
Imp2: Aproveito as oportunidades que tenho para praticar as novas habilidades	7	63,6	4	36,4	-	-	-	-
Imp3: Cometo menos erros no meu trabalho	5	45,5	4	36,4	2	18,2	-	-
Imp4: Recordo-me bem dos conteúdos que aprendi no curso	6	54,5	4	36,4	1	9,1	-	-
Imp5: Realizo meu trabalho com maior rapidez	5	45,5	1	9,1	5	45,5	-	-
Imp6: Melhorou a qualidade do meu trabalho	8	72,7	1	9,1	2	18,2	-	-
Imp7: Melhorou a qualidade do meu trabalho em tarefas não relacionadas ao curso	5	45,5	1	9,1	4	36,4	1	9,1
Imp8: Aumentou minha motivação para o trabalho	5	45,5	2	18,2	2	18,2	2	18,2
Imp9: Aumentou minha autoconfiança	5	45,5	3	27,3	1	9,1	2	18,2
Imp10: Sugiro com mais frequência mudanças nas rotinas	3	27,3	2	18,2	6	54,5	-	-
Imp11: Estou mais receptivo a mudanças	4	36,4	2	18,2	4	36,4	-	1
Imp12: Meus colegas aprendem comigo	4	36,4	5	45,5	1	9,1	1	9,1

Fonte: elaborado pelo autor – ESM 2018.

Pode-se observar e destacar, no estudo da Tabela 1, que no Imp 6, 72,7% dos respondentes concordam totalmente com a melhoria da qualidade do seu trabalho após o estágio. Somando o resultado com os que concordam parcialmente, temos um valor absoluto de 9 participantes, perfazendo um

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a compilação dos dados referentes aos impactos, sob a perspectiva dos monitores participantes, podemos observar, conforme a Tabela 1, todos os resultados acerca das questões relativas aos impactos, contendo o número de participantes, a resposta que deram, bem como sua percentagem.

total de 81,8 %. Outra observação no campo da concordância ocorreu na análise das questões 1 e 2, relativas à frequência com que utiliza suas habilidades e o aproveitamento das oportunidades da prática de novas habilidades, onde se tem todos os

participantes concordando, ou seja, 100%, no Imp 2 e, 90,9 % no Imp 1.

Por outro lado, nos Imp 7, 8, 9 e 12, relativos a questões como qualidade do trabalho, motivação, autoconfiança e troca de experiências com colegas de trabalho, tivemos uma dispersão maior nas respostas aos impactos, podendo sugerir que esses aspectos ainda podem ser treinados e aperfeiçoados, os quais podem ser reforçados em seus participantes mesmo após a conclusão do estágio de capacitação de monitores, em instruções de quadros e estágios de atualização pedagógica.

Outro ponto importante a se destacar, principalmente, nos Imp 5 e Imp 10, é que praticamente a metade dos participantes, ou seja, 45,5% e 54,5%, demonstraram neutralidade acerca da rapidez em que realiza seu trabalho, na sugestão e implementação de mudanças. Ademais, nos Imp 7 e 11, 36,4% dos monitores apontam também para uma postura neutra com relação à qualidade do trabalho na execução das atividades não relacionadas ao estágio e, ainda, à não receptividade à mudança.

No que tange à discordância, cabe-se destacar que nos Imp 8 e 9, 18,2% dos participantes discordaram pouco, a respeito das afirmações apresentadas, denotando, para estes, que a qualidade em que realiza seu trabalho não foi impactada, não observando mudança significativa em sua autoconfiança, destoando da maioria da amostra nesses questionamentos.

Na Tabela 2, foi realizada uma tabulação ponderada da escala com o resultado das opiniões dos participantes, chegando-se a uma pontuação final de 548 pontos dos 660 possíveis, caso todos os participantes monitores tivessem a mesma perspectiva, no tocante à concordância total, com pontuação no valor de 5, para cada questionamento proposto. Nesse raciocínio, podemos observar que, mesmo com algumas dispersões observadas e já relatadas na tabela 1, o resultado obtido pode ser considerado muito positivo no que tange à pontuação obtida em que fazemos essa relação, perfazendo o valor de 83%, denotando que o ESM impactou no trabalho de seus concludentes.

Tabela 2 – Tabulação dos Resultados/Escala de Pontuação – Monitores

Impactos/Pontuação															Total
Escala	1	Pts2	Pts3	Pts4	Pts5	Pts6	Pts7	Pts8	Pt 9	Pts1	Pt 11	Pts1	Pts		
									s	0	s	2	1		
5	7	35	7	35	5	25	6	30	5	25	8	40	5	25	320
4	3	12	4	16	4	16	4	16	4	4	4	4	2	8	128
									1	1	1				20
3	1	3	0	0	2	6	1	3	5	15	2	6	4	12	87
2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	4	12
									0	1					1
1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>51</b>	<b>1</b>	<b>47</b>	<b>1</b>	<b>49</b>	<b>1</b>	<b>44</b>	<b>1</b>	<b>50</b>	<b>1</b>	<b>43</b>	<b>1</b>
															<b>1</b>
	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>										

Fonte: elaborado pelo autor – ESM 2018.

Na Tabela 3, podemos fazer uma análise similar a adotada na Tabela 1, porém agora o público atingido foi o dos chefes imediatos dos monitores que realizaram o ESM/2018, conforme a escala do Anexo B. Desse modo, estão disponíveis todos os resultados, acerca das questões relativas aos

impactos, de maneira global, contendo o número de chefes participantes, a resposta que deram, bem como sua percentagem.

Pode-se destacar ainda, no estudo da Tabela 3, em que resultados apresentados se concentram à esquerda da tabela, apontando para a concordância das afirmativas, onde

a maioria dos Chefes reconhece o impacto no trabalho após o ESM. No entanto, ocorre uma neutralidade menor, ao se comparar com os dados da Tabela 1, apesar da incidência ser

maior nos mesmos impactos das questões 5, 10 e 11, relativas à rapidez em que realiza o trabalho, qualidade nas tarefas, bem como a receptividade para enfrentar mudanças.

Tabela 3 – Impacto no Trabalho em ESM/2018 – Chefes

Código/Descrição dos itens (Imp – Impacto) Anexo B	Questionários respondidos – quantidade (N) e porcentagem (%)											
	Concordo totalmente		Concordo		Não concordo nem discordo		Discordo um pouco		Discordo totalmente			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Imp1: Utilizo com frequência as habilidades que aprendi no treinamento	6	54,5	4	36,4	-	-	-	-	1	9,1		
Imp2: Aproveito as oportunidades que tenho para praticar as novas habilidades	4	36,4	6	54,5	0	-	1	9,1	0	-		
Imp3: Cometo menos erros no meu trabalho	7	63,6	3	27,3	0	-	1	9,1	0	-		
Imp4: Recordo-me bem dos conteúdos que aprendi no curso	2	18,2	8	72,7	0	-	1	9,1	0	-		
Imp5: Realizo meu trabalho com maior rapidez	5	45,5	3	27,3	2	18,2	1	9,1	0	-		
Imp6: Melhorou a qualidade do meu trabalho	5	45,5	4	36,4	1	9,1	1	9,1	0	-		
Imp7: Melhorou a qualidade do meu trabalho em tarefas não relacionadas ao curso	5	45,5	4	36,4	1	9,1	1	9,1	0	-		
Imp8: Aumentou minha motivação para o trabalho	6	54,5	3	27,3	1	9,1	1	9,1	0	-		
Imp9: Aumentou minha autoconfiança	7	63,6	2	18,2	1	9,1	1	9,1	0	-		
Imp10: Sugiro com mais frequência mudanças nas rotinas	3	27,3	3	27,3	4	36,4	1	9,1	0	-		
Imp11: Estou mais receptivo a mudanças.	4	36,4	4	36,4	2	18,2	1	9,1	0	-		
Imp12: Meus colegas aprendem comigo	6	54,5	3	27,3	1	9,1	1	9,1	0	-		

Fonte: elaborado pelo autor – ESM 2018.

Na Tabela 4, utilizando o mesmo método para analisar a Tabela 2, foi realizada uma tabulação ponderada da escala com o resultado das opiniões dos chefes participantes, chegando- se a uma pontuação final de 548/660. Nesse caso, ocorreu de forma igualitária com o resultado final absoluto obtido com os participantes monitores. Em contrapartida, na perspectiva de seus chefes, concentra-se uma maior

pontuação nos Imp 3 e 7, ou seja, no cometimento de menos erros e na melhoria da qualidade do trabalho. Pode-se apontar, ainda, comparando as Tabelas 2 e 4, uma dispersão maior na escala de pontuação dos chefes com relação aos monitores, demonstrando que, apesar do valor do resultado ter sido igual, existem pontos a serem mais explorados e aperfeiçoados.

**Tabela 4 – Tabulação dos Resultados/Escala de Pontuação – Chefes**

**Impactos/Pontuação**

Escal 1	Pts2	Pts3	Pts4	Pts5	Pts6	Pts7	Pts8	Pts9	Pts1	Pts1	Pts1	PtsTota
a									0	1	2	1
5	6	30	4	20	7	35	2	10	5	25	5	25
4	4	16	6	24	3	12	8	32	3	12	4	16
3	0	0	0	0	0	0	0	2	6	1	3	1
2	0	0	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2
1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	11	47	1	46	1	49	1	44	1	45	1	46
	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

Fonte: elaborado pelo autor – ESM 2018.

Ainda estudando os resultados entre as perspectivas de impacto dos chefes e dos monitores, verifica-se uma relação maior de concordância entre os chefes, conforme observado na tabela 4. Somando-se os pontos das escalas 5 e 4, na Tabela 4, chegamos a um resultado de 72%, ou seja, 480 pontos de 660, enquanto que, na Tabela 2, encontramos 68%, 448 pontos de 660. Portanto, após

a apresentação e discussão dos resultados, mesmo sabendo-se das limitações deste estudo e do aperfeiçoamento das atividades do estágio que ocorrem todos os anos, podemos dizer que houve impacto no trabalho, com o treinamento e capacitação dos monitores, e que foi muito bom, conforme observado no Gráfico 1.

**Gráfico 1: Escala Final de Impacto Monitores/Chefes**



Fonte: Elaborado pelo Autor - ESM/2018

Portanto, antes de finalizar a discussão acerca dos resultados apresentados, é importante analisar a questão aberta proposta aos monitores (Anexo A), onde o participante deveria listar, na ordem de importância, as tarefas que executa habitualmente e que sofreram modificação em consequência do ESM. Dessa maneira, observou-se que a maioria dos participantes apontou que a principal mudança foi na

melhoria da relação entre monitores e alunos, além da relação com os pares e atividades ligadas à Seção Psicopedagógica.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho tratou de um tema que é bastante atual, vasto e dinâmico, contudo buscou objetivar aspectos e estratégias em capacitação e treinamento de militares que

exercem a função de monitor no SCMB, pois, apesar de importante, ainda há uma carência de estudos que tratem especificamente das relações abordadas neste artigo.

Percebe-se, por meio do percurso metodológico proposto, abarcando aspectos históricos, documentos, pressupostos teóricos e pesquisa de campo, que existe uma ação institucional, regulada e coordenada pela DEPA, no sentido de realizar a capacitação e o treinamento de monitores e que esta vem ao longo dos anos se aperfeiçoando, alcançando resultados acima do esperado, que se refletem na rotina nos diversos colégios do Sistema.

Além disso, a atividade de pesquisa empreendida coletou informações dos próprios participantes sobre as mudanças no seu trabalho, decorrentes dos eventos de treinamento e capacitação, possibilitando obter dados propícios à retroalimentação do processo em tela, oferecendo condições para sua evolução e aperfeiçoamento.

Nesse sentido, baseado em todas as informações colhidas, há uma notória convergência para a afirmação de que as ações de treinamento e a capacitação de monitores ocorrida no presente ano, planejadas e executadas pela DEPA, são eficazes no sentido de promoverem mudanças no desempenho global, nas atitudes e na motivação dos concludentes do ESM.

Observa-se, ainda, na resposta à questão aberta, proposta para o grupo de monitores (Anexo A), a ocorrência de uma opinião central, direcionada para as relações entre alunos e monitores, pois essa preocupação é o cerne da existência da

função do monitor, justificando sua incidência em quase todos os comentários dos participantes da pesquisa como sendo um desafio e um ponto crítico no exercício da função.

Ademais, após analisar ambos os universos, monitores e seus chefes imediatos, percebe-se que as tarefas executadas rotineiramente, após o ESM, representam um impacto significativo no trabalho dos monitores no exercício de suas funções, pois envolvem mudanças no modo de executar o trabalho decorrentes dos aprendizados provenientes do treinamento e da capacitação.

Não obstante, sugere-se sobre este tema a ocorrência de estudos futuros, devido à necessidade de abranger um número maior de participantes, no sentido de aumentar a observação dos atores envolvidos no processo acerca dos impactos no treinamento. Com esse intuito, entende-se que, ao responderem às mesmas questões, contemplando as avaliações de monitores, superiores, colegas de trabalho e alunos, as contribuições e percepções poderão ampliar a perspectiva para uma observação sobre os impactos em 360 graus.

Portanto, de acordo com o tema estudado e os resultados obtidos, é necessário ressaltar a importância de treinamento e capacitação para atingir objetivos organizacionais, estabelecidos pela instituição de ensino, ou por órgãos diretores, pois, além de alcançar resultados e bater metas, também podem desenvolver e melhorar o desempenho das pessoas, contribuindo para o melhor ambiente de trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ABBAD, G. S. BORGES-ANDRADE, J. E. Aprendizagem humana em organizações de trabalho. In: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- ABBAD, G. S. et al. **Medidas de avaliação em treinamento, desenvolvimento e educação: ferramentas para gestão de pessoas**. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- BARROS, A. J. LEHFELD, N. A. S. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. Petrópolis RJ. 23<sup>a</sup> edição. Ed Vozes, 2014.
- BASTOS, A. V. B. O suporte oferecido pela pesquisa na área de treinamento. **Revista de Administração da USP**, v.26, n.4, p.87-102, 1991.
- BRASIL. Decreto nº 71.823, de 7 de fevereiro de 1973. **Reorganiza o Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército e dá outras providências**. 1973.
- \_\_\_\_\_. Portaria nº 137, de 28 de fevereiro de 2012, do Comandante do Exército. **Aprova a Diretriz para o Projeto de Implantação do Ensino por Competências no Exército Brasileiro**. 2012.
- BRASIL. Departamento de Educação e Cultura do Exército. Portaria nº 118, de 17 de novembro de 2009. **Estabelece condições para o funcionamento do Estágio de Monitor de Alunos do Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB)**. 2009.
- BRASIL. Departamento de Educação e Cultura do Exército. Portaria nº 21, 02 de abril de 2013. **Altera as condições de funcionamento do Estágio Setorial de Monitores do Sistema Colégio Militar do Brasil (ESMSCMB)**. 2013.

BRASIL. Departamento de Educação e Cultura do Exército. Portaria nº 1.034, de 06 de agosto de 2015. **Aprova a criação do Colégio Militar de Belém**. 2015.

BRASIL. Departamento de Educação e Cultura do Exército. Portaria nº 053, de 18 de maio de 2016. **Aprova a diretriz que Define o Projeto Pedagógico do Sistema Colégio Militar**. 2016.

BRASIL. Departamento de Educação e Cultura do Exército. Portaria nº 1.694, de 08 de outubro de 2018. **Aprova a criação do Colégio Militar de São Paulo**. 2018.

BRASIL. Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial. **Ordem de Serviço nº 004 – Seç Ens/DEPA**, de 03 de janeiro de 2018.

DEPA. Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial. **Missão**. 2018. Disponível em: [www.depa.eb.mil.br](http://www.depa.eb.mil.br). Acesso em: 30 out 2018.

DUTRA, J. S. **Gestão de pessoas**: modelo, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas. (2002).

FREITAS, I. A. BRANDÃO, A. S. **Trilhas de aprendizagem como estratégia de TD&E**. In: BORGES-ANDRADE, J. E.; ABBAD, G. S.; MOURÃO, L. Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho: fundamentos para a gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed, 2006. cap.5, p. 97-113.

FLEURY, A.; Fleury, M. T. L. **Aprendizagem e inovação organizacional**: as experiências de Japão, Coreia e Brasil. São Paulo, Atlas. 1995.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

**MENESES, P. Autoeficácia, lócus de controle, suporte à transparência e impacto do treinamento no trabalho.** Dissertação (Mestrado). UNB: Brasília, 2002.

**MENESES, P.; ABBAD, G. Preditores individuais de auto e heteroavaliação de impacto do treinamento no trabalho. Revista da Administração Contemporânea – RAC, 7(1), 185- 204. 2003.**

**MENESES, P. P. M. ZERBINI, T. ABBAD, G. S. Manual do Treinamento Organizacional.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

**O ESTADÃO. Exército assina Portaria para criar o primeiro Colégio Militar de São Paulo.** Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral/exercito-assina-portaria-para-criar-primeiro-colegio-militar-no-estado-de-sao-paulo,70002544238>. Acesso em: 30 out 18.

**PANTOJA, M. J. BORGES-ANDRADE, J.E.** Uma abordagem multinível para o estudo da aprendizagem e transferência nas organizações. **Anais do ENANPAD.** Salvador/BA, 2002.

**PERRENOUD, P. Dez novas competências para ensinar.** Artmed, 2000.

**PRODANOV, C.C. Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

**SILVA, C.R.O. Metodologia do trabalho científico.** Fortaleza: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, 2004.

**SOUZA, V. L. et al. Gestão do desempenho.** 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

**VARGAS, M. R. M. ABBAD, G. S. Bases conceituais em treinamento, desenvolvimento e educação – TD&E** In: BORGES-ANDRADE, J.E. ABBAD, G.S. MOURÃO, L. Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho: fundamentos para a gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed, 2006. cap.7, p. 137-158.

**ZARIFIAN, P. Objetivo competência:** por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

**Anexo A**  
**ESCALA DE AUTOAVALIAÇÃO DE IMPACTO DO TREINAMENTO NO TRABALHO – MEDIDA EM AMPLITUDE**

**Autoavaliação do impacto do treinamento no trabalho**

**Orientação Geral**

A seguir, são apresentadas algumas afirmativas a respeito do impacto do treinamento no seu trabalho e do apoio dado pela organização ao uso das novas habilidades. As respostas que você dará a seguir irão subsidiar a avaliação e o aprimoramento dos treinamentos oferecidos pela Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA), que poderá, dessa forma, adequá-los aos tipos de situações que o monitor enfrenta no dia a dia de seu trabalho nos Colégios Militares; Suas respostas individuais serão confidenciais, tratadas de forma agrupada e em conjunto com outras

informações obtidas junto a uma amostra de participantes do Estágio Setorial de Monitores (ESM) oferecido pela DEPA e seus respectivos chefes imediatos. A qualidade dos resultados desse trabalho de avaliação e do estágio dependerá muito de seu empenho em responder ao questionário com precisão e cuidado. **Por favor, não deixe questões sem resposta.**

Leia atentamente o conteúdo dessas afirmativas e avalie o quanto cada uma delas descreve o que você pensa a respeito do impacto exercido pelo **Estágio Setorial de Monitores no trabalho** que você realiza, considerando, para tal, o período transcorrido desde o término do mesmo até a data de hoje. Pense também no apoio que vem recebendo para usar no seu trabalho o que aprendeu no treinamento. Para responder a cada questão, escolha o ponto da escala que melhor descreve a sua situação e escreva o número correspondente, nos parênteses, colocados à esquerda de cada frase.

5 Concordo totalmente com a afirmativa	4 Concordo com a afirmativa	3 Não concordo nem discordo da afirmativa	2 Discordo um pouco da afirmativa	1 Discordo totalmente da afirmativa
<b>I. Impacto do Treinamento no Trabalho</b>				
<input type="checkbox"/> 1. Utilizo, com frequência, em meu trabalho atual, o que foi ensinado no ESM.				
<input type="checkbox"/> 2. Aproveito as oportunidades que tenho para colocar em prática o que foi ensinado no ESM.				
<input type="checkbox"/> 3. As habilidades que aprendi no ESM fizeram com que eu cometesse menos erros em meu trabalho e em atividades relacionadas ao conteúdo do estágio.				
<input type="checkbox"/> 4. Recordo-me bem dos conteúdos ensinados no ESM.				
<input type="checkbox"/> 5. Quando aplico o que aprendi no estágio, executo meu trabalho com maior rapidez.				
<input type="checkbox"/> 6. A qualidade do meu trabalho melhorou nas atividades diretamente relacionadas ao conteúdo do treinamento.				
<input type="checkbox"/> 7. A qualidade do meu trabalho melhorou mesmo naquelas atividades que não pareciam estar relacionadas ao conteúdo do treinamento.				
<input type="checkbox"/> 8. Minha participação no estágio serviu para aumentar minha motivação para o meu trabalho.				
<input type="checkbox"/> 9. Minha participação no estágio aumentou minha autoconfiança. (Agora tenho mais confiança na minha capacidade de executar meu trabalho com sucesso).				
<input type="checkbox"/> 10. Após minha participação no estágio, tenho sugerido, com maior frequência, mudanças nas rotinas de trabalho.				
<input type="checkbox"/> 11. Esse estágio que fiz me tornou mais receptivo a mudanças no meu trabalho.				
<input type="checkbox"/> 12. O ESM que fiz beneficiou meus colegas de trabalho, que aprenderam comigo algumas habilidades.				

Por favor, liste a seguir as tarefas que você executa habitualmente que sofreram algum tipo de modificação em consequência de sua participação neste treinamento. Tente listá-las pela ordem de importância para o exercício do cargo.

Fonte: Adapatado de Abbad (1999).

## Anexo B

### ESCALA DE HETEROAVALIAÇÃO DE IMPACTO DO TREINAMENTO NO TRABALHO – MEDIDA EM AMPLITUDE

#### Heteroavaliação do impacto do treinamento no trabalho

##### Orientação Geral

A seguir, são apresentadas algumas afirmativas que descrevem possíveis situações enfrentadas pelo empregado acima referido após a conclusão do último Estágio Setorial de Monitores do qual participou. As repostas que você dará irão subsidiar a avaliação do impacto e aprimoramento dos treinamentos oferecidos pela Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA). Suas respostas individuais serão confidenciais, tratadas de forma agrupada e em conjunto com outras informações obtidas junto a uma amostra de participantes do Estágio Setorial de Monitores (ESM) oferecido pela DEPA e seus respectivos chefes imediatos. A qualidade dos resultados desse trabalho de avaliação e do estágio dependerá muito de seu empenho em responder ao questionário com precisão e cuidado.

**Por favor, não deixe questões sem resposta.**

5  
Concordo  
totalmente  
com a  
afirmativa

4  
Concordo  
com a  
afirmativa

3  
Não  
concordo  
nem  
disordo da  
afirmativa

2  
Discordo  
um pouco  
da  
afirmativa

1  
Discordo  
totalmente  
da afirmativa

##### I. Impacto do Treinamento no Trabalho

- |   |
|---|
| <input type="checkbox"/> 1. O monitor utiliza, com frequência, em seu trabalho atual, o que foi ensinado no ESM.  |
| <input type="checkbox"/> 2. O monitor aproveita as oportunidades que tem para colocar em prática o que foi ensinado no ESM.   |
| <input type="checkbox"/> 3. As habilidades que o monitor aprendeu no ESM fizeram com que cometesse menos erros em seu trabalho e em atividades relacionadas ao conteúdo do estágio.     |
| <input type="checkbox"/> 4. O monitor parece recordar bem dos conteúdos ensinados no ESM.   |
| <input type="checkbox"/> 5. Quando aplica o que aprendeu no estágio, o monitor executa seu trabalho com maior rapidez.  |
| <input type="checkbox"/> 6. A qualidade do seu trabalho melhorou nas atividades diretamente relacionadas ao conteúdo do estágio.  |
| <input type="checkbox"/> 7. A qualidade do seu trabalho melhorou mesmo naquelas atividades que não pareciam estar relacionadas ao conteúdo do estágio.                                  |
| <input type="checkbox"/> 8. A participação o monitor no estágio serviu para aumentar sua motivação para o trabalho.   |
| <input type="checkbox"/> 9. Depois do estágio, o monitor tem-se mostrado autoconfiante. (Ele agora parece mais confiante em sua própria capacidade de executar as tarefas com sucesso). |
| <input type="checkbox"/> 10. Os monitores têm feito sugestões de mudanças nas rotinas de trabalho com mais frequência, desde que retornou do ESM.                                       |
| <input type="checkbox"/> 11. O ESM tornou o monitor mais receptivo a mudanças no trabalho.  |
| <input type="checkbox"/> 12. O ESM que estes monitores realizaram beneficiou seus colegas de trabalho, que aprenderam com ele algumas habilidades.                                      |

Fonte: Meneses (2002).

# A IMPORTÂNCIA DO 19º BATALHÃO DE CAÇADORES NA EXPANSÃO DO CABULA, SALVADOR: POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES FRENTE AOS PLANOS DIRETORES DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Antônio Sócrates Batista Portela<sup>1</sup>, Kaíc Fernando Ferreira Lopes<sup>2</sup>, Rosali Braga Fernandes<sup>3</sup>, Jamile de Brito Lima<sup>4</sup>, João Soares Pena<sup>5</sup> e Plínio Martins Falcão<sup>6</sup>

**Resumo:** Este artigo discorre sobre a importância do 19º Batalhão de Caçadores (19º BC) – que comemora seu centenário –, frente à expansão urbana de Salvador e do bairro do Cabula – onde está instalado. A história do batalhão remonta à proteção do território e da soberania nacional com um legado histórico de patriotismo e glórias, além de ser o guardião de uma importante área ambiental na cidade de Salvador. De maneira geral, a chegada dessa relevante organização militar ao Cabula viabilizou o crescimento urbano de um dos mais representativos bairros da cidade, mas vem sofrendo algumas limitações em sua área ao longo da expansão urbana e criação de importantes vias de acesso limítrofes, ao passo que, diante de supostos projetos de urbanização previstas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), torna-se de extrema importância ressaltar a trajetória histórica do 19º BC e da área de relevância ambiental para a cidade. Por isso, o artigo pretende analisar à luz do PDDU de Salvador (2008 e 2016), as possíveis limitações frente aos projetos previstos nos planos, com foco no Projeto Linha Viva, para ao final propor alternativas para a preservação dessa importante área verde para Salvador.

**Palavras-chave:** 19º BC. Expansão Urbana. PDDU. Projeto Linha Verde.

**Abstract:** This paper discusses the importance of the 19º Batalhão de Caçadores – *Battalion of Hunters* – (19º BC) – which commemorates its centenary – in front of the urban expansion of Salvador and the neighborhood of Cabula – where it is installed. The history of the battalion dates back to the protection of the territory and national sovereignty with a historical legacy of patriotism and glory, as well as being the guardian of an important environmental area in the city of Salvador. In general, the arrival of this relevant military institution in Cabula has made possible the urban growth of one of the most representative neighborhoods of the city, but it has been suffering some limitations in its area along the urban expansion and the creation of important bordering access roads, while given the supposed urbanization projects foreseen in the Urban Development Master Plan, it is extremely important to highlight the historical trajectory of the 19º BC and the area of environmental relevance for the city. Therefore, the article intends to analyze, in light of the Salvador PDDU (2008 and 2016), the possible limitations in relation to the projects planned in the plans, focusing on the Linha Viva Project, in order to propose alternatives for the preservation of this important green area for Salvador.

---

1 Geógrafo (UCSal). E-mail: an.socrates@gmail.com.

2 Engenheiro Civil (UCSal) e Mestre em Engenharia de Transportes e Gestão Territorial (UFSC). kaicfernando@outlook.com.

3 Geógrafa (UFBA), Doutora em Geografia Humana (UB-Espanha) e Professora da UNEB e UCSal. rosalibragafernandes@gmail.com.

4 Urbanista (UNEB) e Mestra em Engenharia Ambiental Urbana (UFBA). jamilebritolima@gmail.com.

5 Urbanista (UNEB), Doutorando em Urbanismo (UFBA) e Analista Técnico do MP-BA. joaopena.88@gmail.com.

6 Geógrafo (UEFS), Doutor em Geografia Física (USP) e Professor do IFBA. pliniomf@gmail.com.

**Keywords:** 19º BC. Urban Expansion. Urban Development Master Plan. Linha Viva Project.

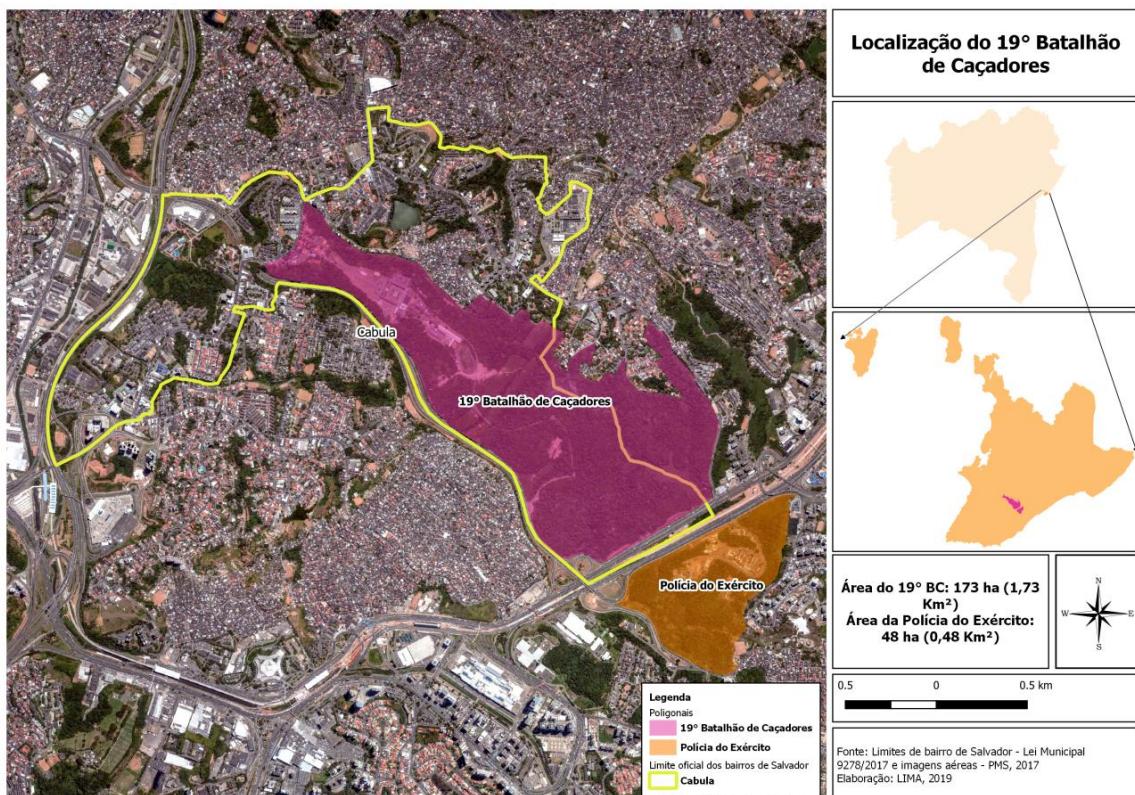
## 1 INTRODUÇÃO

Localizado no bairro do Cabula, em Salvador, o 19º Batalhão de Caçadores (19º BC) é uma Organização Militar centenária que pertence ao Exército Brasileiro e possui um memorável trabalho prestado à sociedade brasileira em benefício da soberania e integridade do território brasileiro.

Criado em 16 de janeiro de 1920, foi a primeira instalação de grande porte

do bairro do Cabula, o que possibilitou o crescimento do bairro. Geograficamente, o 19º BC está localizado na Rua Silveira Martins, que é uma região da cidade conhecida com Miolo de Salvador, ou seja, está inserido no centro geográfico da península soteropolitan, fazendo limite com importantes vias do bairro e com acesso lateral à Avenida Luís Eduardo Magalhães e ao fundo a Avenida Luís Viana – Avenida Paralela – ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Mapa de Localização do 19º Batalhão de Caçadores



Fonte: autores (2019).

A história do 19º BC está alicerçada na história de lutas do Exército Brasileiro em confrontos de relevância histórica em defesa do Brasil, haja vista que suas raízes de formação se confundem com as primeiras tropas surgidas em solo brasileiro. Dessa forma, o próprio nome, Batalhão de Pirajá, faz

alusão à Batalha de Pirajá, que ocorreu durante a independência da Bahia, no século XIX. Conforme informações oficiais da organização:

A história do batalhão está diretamente atrelada à constituição do Terço da Bahia, tropa criada em 1642, cuja missão era guarnecer as

fortalezas que protegiam Salvador, então capital da colônia portuguesa. Organizados inicialmente com a finalidade de defender a capital da colônia, os ancestrais do 19º BC, ao longo de quatro séculos de história, atuaram em inúmeros teatros de operação em favor da soberania e da integridade do território nacional. Nesse contexto, destacam-se três importantes participações na História Nacional dos elementos ancestrais do 19º BC: Guerra da Independência do Brasil na Bahia, Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai e Campanha de Canudos (Portal do 19º BC, s. d.).

Ainda sobre a relevante história do 19º BC, sua primeira instalação foi no Forte de São Pedro, no bairro do Campo Grande, com a necessidade de executar treinamentos específicos e melhor atender a operacionalidade da guarnição. No ano de 1943, o 19º BC foi transferido para a sua atual instalação, no bairro do Cabula, localidade de antigos quilombos, região periférica de Salvador, ocupada por chácaras produtoras de laranjas e antigas fazendas (FERNANDES, 2000).

Diante da necessidade de área suficiente para atender às demandas, a organização decide se instalar na área distante do centro da cidade, mas também por conta da vastidão que ela propiciava na época, conforme Fernandes (2000) ressalta:

A localização em uma região tão distante do centro da cidade baseava-se na necessidade de uma área para exercícios de tiro, sem perigo para a população, e com vasto espaço verde para a simulação de manobras e táticas do batalhão. (FERNANDES, 2000, p. 213, tradução nossa).

Portanto, diante do exposto, o artigo pretende analisar a importância do 19º BC no que diz respeito à expansão urbana e crescimento do bairro do Cabula, mas também sua importância e limitações no que diz respeito aos Planos

Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDU), propondo ao final, alternativas para a preservação da importância da área, bem como da representativa área verde para a cidade de Salvador.

## 2 O CRESCIMENTO URBANO DE SALVADOR E O CASO DO CABULA

É importante lembrar que Salvador é o terceiro município mais populoso do país, é densamente povoada. Segundo o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), Salvador possui 2.675.656 de habitantes. O crescimento de áreas urbanas devido às necessidades humanas tem provocado, ao longo do tempo, constantes alterações nas paisagens naturais. Em Salvador, é possível notar que, a partir da década de 1950, a cidade passa por um rápido processo de urbanização, o que acaba gerando a supressão de áreas verdes, tendo em vista que a localização do sítio ao qual a cidade se encontra era uma área ocupada pelo bioma Mata Atlântica.

De acordo com Brandão (1978), até a década de 1960 os bairros localizados no centro de Salvador sofreram alterações significativas e mantiveram basicamente a mesma estrutura da primeira metade do século XX, mas a autora afirma que, antes desse período, a capital já passava pelo processo de expansão periférica, por meio de ocupações espontâneas e pela consequente criação de projetos urbanísticos através de loteamentos. Portanto, nesse período a infraestrutura da cidade se resumia praticamente à área central de Salvador.

Nesse eixo de expansão urbana de Salvador, está o bairro do Cabula, localizado no Miolo de Salvador, que está entre os limites da Rodovia Federal a BR 324 e a Avenida Luís Viana Filho, conhecida como Avenida Paralela. Essa área começa a se expandir a partir de

1970 com as políticas de investimentos em habitação do Governo do Estado da Bahia relativas à moradia para as classes mais populares. Ao longo dos anos, tais políticas geraram a descentralização de algumas instituições públicas de ramos diversos e os órgãos institucionais do Estado da Bahia, passaram a ocupar a mesma região.

Fernandes (2003) ressalta que, no caso de Salvador, o Banco Nacional de Habitação (BNH) atuou através do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP) e da Habitação e Urbanização da Bahia

(URBIS), sendo que o BNH era de abrangência nacional e destinava recursos para habitação familiar com faixas de renda superior a 5 salários mínimos vigentes na época, mas o segundo se restringia ao Estado da Bahia e visava à produção de habitação para famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos.

Dessa forma, o Cabula passou a ser visto como um bairro periférico, com características habitacionais populares, por conta dos conjuntos habitacionais que iniciaram no Projeto Urbanístico Narandiba – Figura 2.

Figura 2 – Mapa do Miolo da Cidade (Cabula)



Fonte: FERNANDES, 2003.

O quartel do 19º BC foi o primeira grande instalação construída no Cabula e tornou-se o indutor do desenvolvimento daquela localidade. A partir da sua implantação, as primeiras vias de acesso do bairro começaram a ser construídas e consequentemente as demais construções, como escolas, hospital, conjuntos habitacionais e faculdades.

Conforme reportagem do jornal

Correio<sup>7</sup>, entre os anos de 1965 a 1966 foi construída a principal via interna do bairro, a Rua Silveira Martins, um vetor de expansão urbana do Cabula, pois ao longo de sua extensão concentram-se os principais empreendimentos e serviços

<sup>7</sup> Disponível em:  
<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/e-m-sua-construcao-paralela-era-para-desafogar-avenida-octavio-mangabeira-mas-hoje-e-insuficiente/>. Acesso: 02 set. 19

do bairro, sendo essa rua considerada o coração do Cabula. Atualmente é uma das maiores e mais importantes artérias do trânsito de Salvador, com 5,3 quilômetros de extensão, e tem início após a Ladeira do Cabula, cortando todo o bairro até a Avenida Paralela. Outras vias de acesso das quais falaremos na sequência e que estão relacionadas ao Cabula e ao 19º Batalhão de Caçadores, exercendo uma relevante importância, são as avenidas Luís Viana Filho (Paralela), Luís Eduardo Magalhães e a Via Expressa Baía de Todos os Santos. É válido lembrar que ao tempo que foram construídas as Avenidas Paralela e Luís Eduardo Magalhães parte da vegetação da área pertencente ao quartel foi suprimida para a construção dessas vias e consequentemente foi diminuindo o tamanho da sua área de extensão.

### **3 O 19º BATALHÃO DE CAÇADORES: GUARDIÃO DA MATA, DA PÁTRIA E DA BIODIVERSIDADE**

#### **3.1 As atividades do Batalhão**

O 19º BC, além de sua principal atividade – a defesa da Pátria, a Garantia da Soberania Nacional, dos Poderes Constitucionais e da Lei e da Ordem – possui outras responsabilidades como: Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva, Seção de Fiscalização de Produtos Controlados, Escritório da Operação Carro-Pipa, Companhia de Comando e Apoio, Banda de Música, conforme consta na sua página oficial na internet<sup>8</sup>. Para além das suas atividades de cunho militar, há outras atividades que merecem destaque, uma vez que o quartel se propõe a realizar uma aproximação com a sociedade de forma espontânea – corrida e caminhada ecológica, soltura de animais silvestres, plantio de mudas, da vegetação nativa.

---

<sup>8</sup> <http://www.19bc.eb.mil.br/index.php>

#### **3.2 Relevância Ambiental: a Mata do Cascão**

A Mata do Cascão<sup>9</sup> é um dos últimos resquícios do bioma Mata Atlântica da cidade de Salvador. A área pertencente ao quartel do 19º BC, com uma extensão de aproximadamente 200 hectares de vegetação nativa protegida por muros e com acesso controlado, o que favorece para se manter preservada a biodiversidade de sua fauna e flora (Figura 3).

O nome Cascão faz referência à nascente do Rio Cascão, um afluente do Rio das Pedras, localizado no interior da mata, no fundo do quartel. Essa mata, além de ser estratégica para o batalhão executar seus treinamentos de guerra, tem uma grande importância para a qualidade de vida da população na cidade, seja no âmbito social, ecológico ou paisagístico.

---

<sup>9</sup> <https://www.ibahia.com/viver-cabula/detalhe/noticia/mata-do-cascao-regiao-conta-com-ultimos-remanescentes-da-mata-atlantica-em-salvador/>

Figura 3 – Mata do Cascão



Fonte: IBAHIA (2017).

Conforme colocam Gomes e Soares (2003), a vegetação urbana contribui com a purificação do ar por meio da fixação de poeiras e materiais residuais e pela reciclagem de gases através da fotossíntese; regula a temperatura e a umidade do ar, além de proteger o solo contra a erosão; e reduz os níveis de ruído servindo como amortecedor do barulho produzido pela cidade. Logo, percebemos o quanto essa mata contribui para o bem-estar da população do bairro e consequentemente da cidade.

A diversidade da fauna e da flora que o Cascão abriga faz desse lugar um importante local de preservação do que ainda resta de Mata Atlântica. Entre as suas espécies vegetais nativas encontram-se: pau-pombo, pau-paraíba, pau-brasil, aroeira, matataúba, ingá, sucupira, janaúba e pindaíba. Há também a presença de espécies exóticas, como a jaqueira e a mangueira. Quanto à fauna, há uma variedade de mamíferos, anfíbios e répteis, entre eles são frequentes mico/sagui, gato do mato, tatu, bicho preguiça, jiboia, cágado, teiú, camaleão, sariguê, sapos, gaviões, curujas, pássaros, etc.

Mesmo sendo uma área de acesso controlado, há trilhas que podem ser percorridas por visitantes e pesquisadores, mediante autorização prévia do batalhão.

#### **4 O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PDDU) DE SALVADOR**

Dadas as questões sobre a importância do 19º BC para Salvador e o bairro do Cabula, bem como a relevância de sua área verde, é necessário falar da importância do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), para compreender o caso de Salvador e, mais especificamente, o caso da expressiva área que corresponde ao Batalhão de Caçadores.

##### **4.1 O que é um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU)**

O PDDU é um importante instrumento jurídico para a gestão das cidades. No Brasil, a ideia de plano diretor surgiu desde 1930 e começou a ganhar espaço no momento em que passou a ser defendido e prestigiado pela

sociedade brasileira, principalmente, por arquitetos e engenheiros ligados a problemas urbanos, políticos, cursos universitários, empresários ligados ao setor imobiliário e pela imprensa (VILLAÇA, 1999).

Para compreender o que vem ocorrendo no caso do crescimento de Salvador, é preciso recorrer à importância que um PDDU possui no âmbito da cidade, e como a legislação pode ajudar na compreensão de questões das mais simples às mais complexas. Nesse sentido, Villaça (1999) esclarece que o PDDU é

[...] um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal (VILLAÇA, 1999, p. 247).

Desta forma, o PDDU, possui o importante papel do planejamento e estruturação da cidade, baseado na realidade local, sendo que, para isso, é preciso realizar estudos e debates sobre as necessidades da população, englobando suas demandas ligadas à estrutura da cidade e ao ideal que se busca.

De acordo com a Constituição Federal (CF) de 1988, compete ao município legislar sobre a cidade: “Art. 30. Compete aos municípios: I – legislar sobre assuntos de interesses locais;”.

Portanto, a Lei nº 10.257/2011, que corresponde ao Estatuto das Cidades, estabelece as diretrizes do Plano Diretor, que visa a traçar o desenvolvimento socioeconômico para o

município e sua população, bem como a utilização e gestão de recursos naturais e a regulação do uso e ocupação do solo.

#### **4.2 Os PDDU de Salvador (2008 e 2016)**

O processo da construção do PDDU de Salvador remonta ao ano de 1984, quando a Lei de Uso do Solo (LOUOS) começa a vigorar na cidade (Lei nº 3.377/1984). Porém, durante o ano de 2001, com a promulgação do Estatuto das Cidades, é que o primeiro PDDU de Salvador entra em vigência no ano de 2008 (Lei nº 7.400/2008).

Durante o ano de 2016, a Prefeitura Municipal do Salvador (PMS) sancionou na íntegra a Lei nº 9069/2016, conhecida como PDDU 2016. Com grande repercussão na mídia, o plano conhecido como polêmico por parte dos vereadores oposicionistas tinha como objetivo “vender” a cidade para o capital imobiliário, conforme reportagem do portal de notícias G1.

Enquanto vereadores da base governista destacaram a importância do projeto para o desenvolvimento e modernização da cidade, oposicionistas criticaram o texto, que, segundo eles, não foi bem discutido e privilegia o mercado imobiliário (Portal G1, 2019, n.p.).

Diante disso, podemos citar o termo “coalizões de poder”, que pode ser entendido como um mecanismo formado com a intenção de acelerar as interferências em determinado espaço, com objetivo de realizar uma agenda de investimentos públicos, que serão direcionados ao crescimento econômico da iniciativa privada (RIBEIRO, 2017). Nesse caso, o poder econômico privado possui forte atuação na pressão política dos agentes públicos com a intenção de direcionar recursos para maximização de lucros e da consequente “venda” da cidade de acordo com seus interesses.

Nesse sentido, o PDDU pode servir como importante ferramenta para o poder econômico privado, que em muitos casos preveem projetos com o apoio governamental.

Para uma melhor compreensão, trazemos os dois PDDU com recorte para a área que corresponde ao 19º BC. No plano de 2008 não há menção à via paralela à Avenida Luís Viana (Paralela) na área que corresponde ao 19º BC; em compensação, com as mudanças já explicitadas no texto da lei, no plano de 2016 há a previsão de uma via, nomeada “Linha Viva”.

Portanto, o PDDU de 2016, traz em seu texto a flexibilização e alteração de normas, a modificação de parâmetros construtivos e elevação de gabinetes de altura dos prédios, principalmente nas áreas de Orla Atlântica e áreas nobres da cidade, além de instituir mecanismos que facilitam a apropriação do solo urbano de Salvador pelo capital imobiliário.

Para fins de ordenamento territorial, os PDDU's de Salvador, necessitam estruturar as leis e, para isso, é preciso traçar diretrizes. Uma delas é o macrozoneamento da área do município, que diz respeito à estruturação do território em relação à estratégia de desenvolvimento socioeconômico e urbano, servindo de base espacial para os objetivos e instrumentos da política urbana.

Entre as finalidades dessa diretriz está a de conjugar as demandas sociais e econômicas de espaço com as necessidades de conservação do ambiente, de valorização da paisagem urbana e de melhoria dos padrões urbanos. Portanto, o 19º BC é de extrema importância para a área ambiental, uma vez que é a política urbana do município que pode ajudar a resguardá-la.

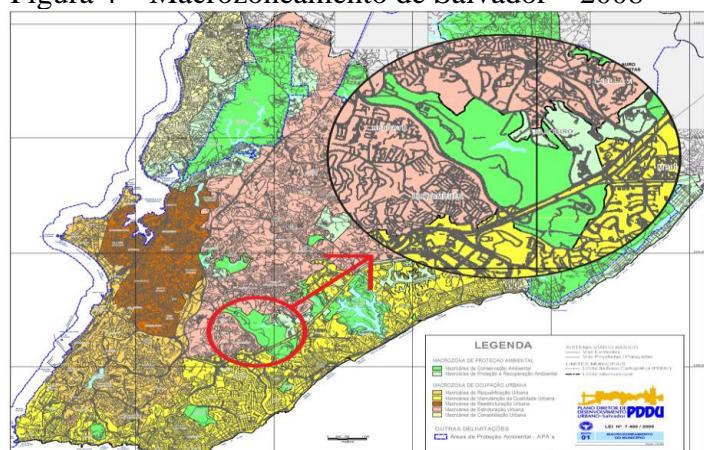
Na Lei nº 7.400/2008 (PDDU 2008), o macrozoneamento do município está dividido em duas: a primeira é à Macrozona de Ocupação Urbana – que corresponde aos espaços urbanizados –; e a segunda é à Macrozona de Proteção Ambiental – constituída por Unidades de Conservação Ambiental e áreas de restrição de ocupação, que tem por finalidade a preservação ambiental.

Nesse sentido, o PDDU 2008 divide a Macrozona de Proteção Ambiental em duas macroáreas.

Parágrafo único. A Macrozona de Proteção Ambiental subdivide-se nas seguintes macroáreas [...] I – Macroárea de Conservação Ambiental; II – Macroárea de Proteção Ambiental (SALVADOR, 2008, p. 82).

Essa divisão está destacada na Figura 4.

Figura 4 – Macrozoneamento de Salvador – 2008

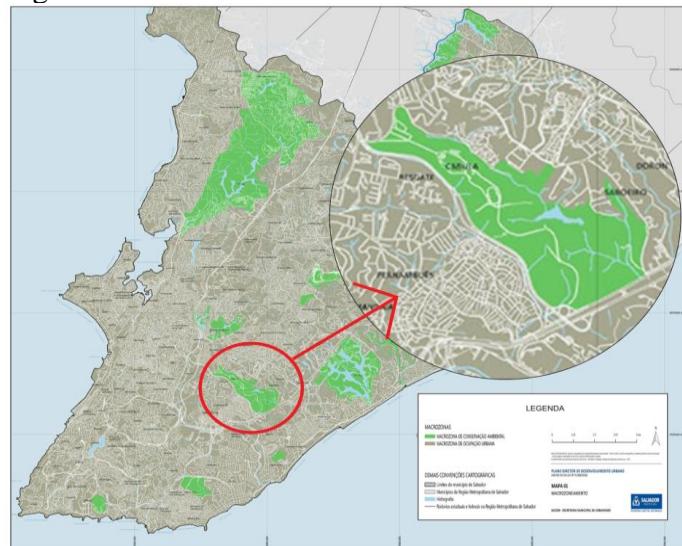


Fonte: Salvador, 2008.

Por outro lado, as mudanças no PDDU 2016 trazem as macrozonas no inciso segundo dessa forma: “O território do Município fica dividido em duas macrozonas, delimitadas [...], I – Macrozona de Ocupação Urbana; II – Macrozona de Conservação Ambiental” (SALVADOR, 2016, p. 65), onde a Macrozona de Conservação Ambiental corresponde às áreas com ecossistemas

de interesse ambiental e ao desenvolvimento de usos e atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental. Em síntese, é possível compreender determinada área como de proteção relevante para o território municipal, uma vez que integram ecossistemas em uma cidade de urbanização acelerada e alta população concentrada no mesmo território.

Figura 5 – Macrozoneamento de Salvador – 2016



Fonte: Salvador, 2016.

Sendo assim, o PDDU 2016 traz mudanças relativas às macrozonas, e a mudança de Macrozona de Proteção Ambiental para Macrozona de Conservação Ambiental. Sobre troca dos termos, devemos esclarecê-los: **proteção ambiental** pode ser entendida como a capacidade de proteger, a “intocabilidade” de determinado recurso natural, fazendo-se necessária quando há risco da perda de determinada biodiversidade, enquanto **conservação** pode ser entendida como a relativa proteção, mas com uma utilização de forma racional, garantindo que determinado recurso não seja extinto, sendo mais maleável do ponto de vista ambiental.

A Lei nº 9.985/2000, mais conhecida como Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC),

define o termo preservação como um “conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais”. O SNUC traz ainda a definição de proteção, como a “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais”.

#### 4.3 Limitações do 19º BC frente ao PDDU 2016

Conforme estabelecido na política urbana de Salvador, podemos entender a mudança dos termos no texto da lei como a flexibilização da lei do

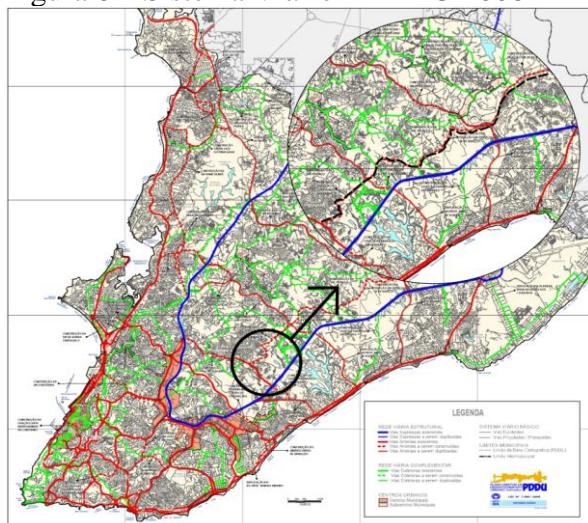
ponto de vista ambiental e consequentemente o agravamento da supressão da área de vegetação nativa.

Para esclarecimento e embasamento teórico da discussão, foram realizadas análises dos textos das leis municipais referentes aos Planos Diretores de 2008 e 2016, e conforme discutido sobre a estratégia de mudança nos termos e a consequente flexibilização da lei no que diz respeito à questão ambiental, trazemos os mapas

do sistema viário (existente e projetado) anexos aos dois planos.

No PDDU 2008, onde o termo Proteção Ambiental faz parte da Macrozona de Proteção Ambiental, não há menção de um futuro projeto que ofereça algum tipo de agressão à área da Mata do Cascão – que conforme citado, é de relevante importância, não apenas para o Cabula, mas para Salvador – que está compreendida nos limites do 19º BC, sendo este o responsável pela área.

Figura 6 – Sistema Viário – PDDU 2008



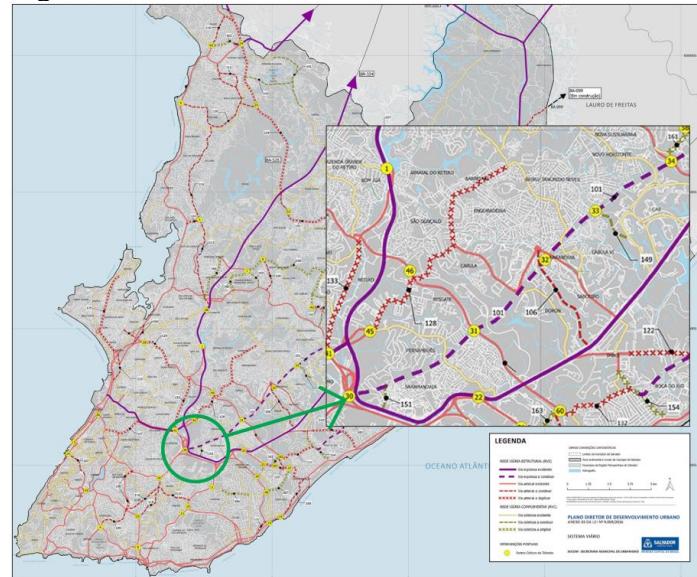
Fonte: Salvador, 2008.

Destarte, analisando o PDDU 2016, é possível observar no horizonte de projetos que a prefeitura estabelece os futuros projetos de sistema viário para Salvador, assim como estabelecido no antigo plano – PDDU 2008 –, mas com relevantes diferenças, além dos termos já citados.

A projeção de uma via expressa (linha sinalizada e tracejada) constitui-se como uma limitação do ponto de vista da proteção da área que compreende o 19º BC e a mata que este resguarda em seu

território. Embora faça parte de um plano, trata-se de um projeto polêmico, conforme Lima (2016) relata em sua Tese de Doutorado intitulada *“Do Direito autoconstruído ao direito à cidade: porosidades, conflitos e insurgências em Saramandaia”*, em que um dos pontos centrais é o “Projeto Linha Viva”, que corresponde à Via Expressa – Linha Viva, a mesma sinalizada no mapa do sistema viário a seguir (Figura 7).

Figura 7 – Sistema Viário – PDDU 2016



Fonte: Salvador, 2016.

Sobre o Projeto Via Expressa Linha Viva, Lima (2016) ressalta que a área na qual o projeto pretende ser iniciado – Saramandaia – é de forte dinamismo econômico e imobiliário, pois está próximo à Centralidade Iguatemi, uma das áreas mais prósperas do ponto de vista econômico de Salvador.

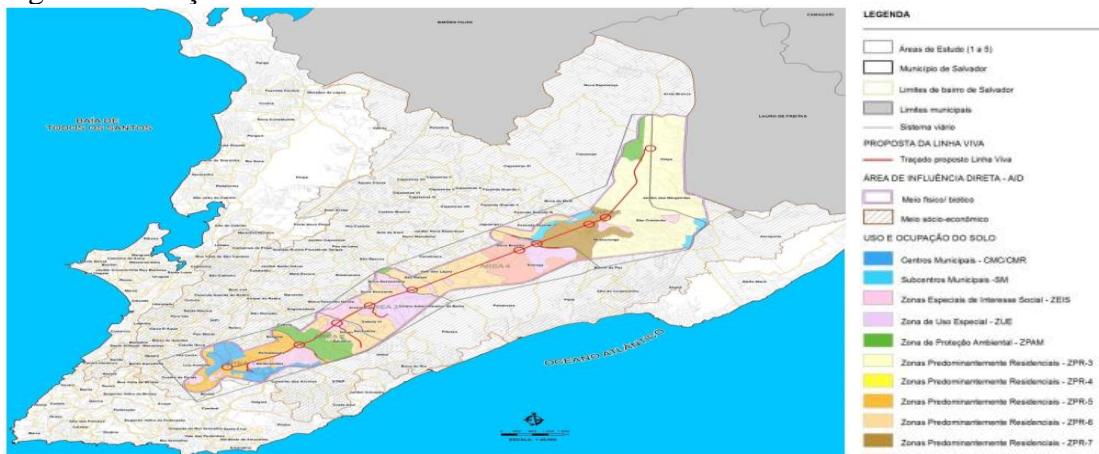
Lima (2016) lembra ainda que o projeto é uma proposta da Prefeitura Municipal do Salvador e consiste em uma via expressa pedagiada com controle total de acesso, que inicialmente prevê a relocação de cerca de 3.000 habitantes do bairro de Saramandaia. A

autora destaca que o projeto é parte das intervenções denominadas “Salvador Capital Mundial”.

#### 4.4 O Projeto Linha Viva

Pautada em políticas de incentivo ao transporte rodoviário, o plano do ano de 2016 apresenta o projeto da Linha Viva, que consiste em uma ligação viária que visa a interligar o Acesso Norte (BR-324) e a Estrada CIA/Aeroporto (BA-526). O traçado da via e o mapa de uso do solo da área que corresponde à poligonal do projeto constam na Figura 8.

Figura 8 – Traçado e uso do solo – Linha Viva



Fonte: TTC, 2012.

Os projetos fazem parte do chamado “Projeto de Mobilidade de Salvador”, que é uma proposta de investimentos em infraestrutura viária, que, de acordo com o Estudo de Impacto Ambiental (TTC, 2012), tem como propósito “resolver os graves problemas do trânsito e do transporte coletivo de Salvador e sua Região Metropolitana” (TTC, 2012, p. 06). Esses projetos estariam ligados aos planos da Rede Integrada de Transporte (RIT) e ao Programa de Obras Viárias (PROVIA), para as intervenções denominadas “Salvador, Capital Mundial” (TTC, 2012). Nesse contexto, a Via Expressa Linha Viva faz parte do PROVIA, através da Prefeitura Municipal do Salvador (PMS).

De forma geral, o Projeto Linha Viva visa à extensão aproximada de 17,7 km, com pista dupla, três faixas de tráfego por sentido, acostamento de emergência, e a possibilidade de futuras vias marginais (TTC, 2012, p. 08). No total, o projeto contempla diversas interligações com o sistema viário de Salvador, com as principais vias transversais, sendo classificada como uma via de trânsito rápido (Via Expressa) e com acesso limitado (pedágios).

O discurso da circulação eficiente pautada no rodoviarismo legitima um projeto que pode causar a supressão de uma importante área verde em Salvador, haja vista que preservação ambiental e planejamento se ligam na medida em que visam a solucionar angustias da sociedade, também resguardando valores de interesse coletivo – a natureza.

Nesse sentido, é obrigação do Estado, além de realizar o planejamento do constante crescimento de nossas cidades, efetivar uma política de preservação do meio ambiente com vistas ao conforto térmico e ambiental da cidade e à saúde dos seres humanos, não devendo apenas pautar o pensamento na circulação eficiente de automóveis no

espaço urbano. Os planos devem pensar também no desenvolvimento ambiental e no ordenamento territorial da cidade.

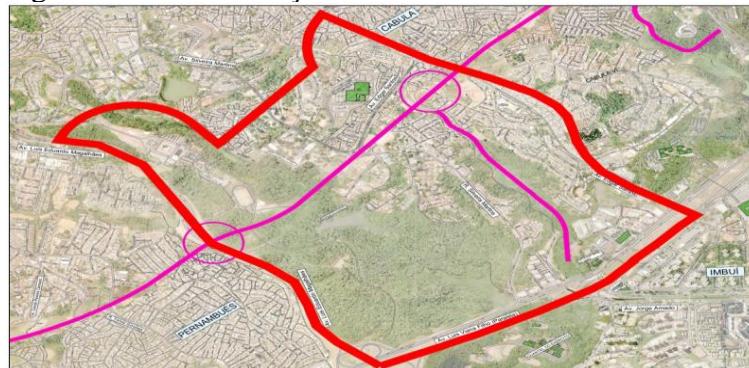
Assim, a perspectiva é que o Estatuto da Cidade forneça instrumentos a serem realizados, sobretudo na escala municipal, visando ao ordenamento do espaço urbano, com observância da proteção ambiental e a busca de soluções para problemas sociais, como a falta de moradia, de saneamento, etc.

A ocupação e o crescimento de espaços habitáveis nas cidades não podem ocorrer de forma acidental ou sob as forças dos interesses privados; ao contrário, são necessários estudos sobre a natureza da ocupação, avaliação da topografia e geografia local e da capacidade de comportar essa utilização sem graves danos ao meio ambiente, e de forma que se viabilize boas condições de vida para as pessoas, permitindo o desenvolvimento socioeconômico em harmonia com os interesses particulares e coletivos (MUKAI, 2004).

Assim, precisamos atrelar ao planejamento urbano os bens ambientais e sua importância para nossas cidades, mesmo que em alguns casos ocorram conflitos de interesses entre os bens – neste caso, o bem natural – e o interesse privado. A questão de recursos como a mata e a biodiversidade deve ser apreciada de forma integrada, sem olvidar que a natureza se constitui de importante ferramenta no controle da qualidade de vida na cidade.

Sendo assim, o 19º BC atua como um atual guardião de uma área que está ameaçada por um projeto, em uma cidade com alto índice de urbanização, como é o caso de Salvador. Portanto, trazemos ainda outras duas imagens que correspondem ao Projeto Linha Viva, sendo que a primeira faz menção à mencionada Via Expressa e sua intervenção na área do 19º BC, enquanto a segunda é uma projeção da via nos arredores da área (Figuras 9 e 10).

Figura 9 – Área do traçado Linha Viva – 19º BC



Fonte: TTC, 2012.

Figura 10 – Maquete eletrônica do Projeto Linha Viva



Fonte: TTC, 2012.

Como ressalta Knorst (2010),

A preservação ambiental se torna obrigatória aos particulares e ao Poder Público quando a definimos no Plano Diretor, mas essa preservação deve atingir todo o território municipal para que possa ser efetiva (KNORST, 2010, p. 82).

Assim, o autor afirma a importância do plano para a cidade, mas enfatiza que a preocupação ambiental deve ser uma pauta forte e não apenas uma “ideia fora do lugar”.

Sobre a política ambiental no âmbito dos planos, Knorst (2010), destaca:

É preciso refletir a verdadeira realidade e intenção daqueles que participam do processo de construção do planejamento municipal e do povo para que o mesmo se efetive. Esse é talvez

também um dos entraves, porque, baseado no processo cultural que se desenvolveu, inclusive como política desenvolvimentista, várias das pessoas envolvidas no processo de construção do planejamento municipal não percebem a preservação ambiental como item primordial no crescimento das cidades, o que pode ocasionar problemas futuros graves aos cidadãos (KNORST, 2010, p. 83).

## 5 CONCLUSÃO

Ao longo do artigo procuramos explanar sobre a importância do 19º BC, um representante das forças armadas que tem prestado um trabalho formidável para garantir a soberania e a integridade do território nacional, assim como de Salvador e do bairro do Cabula.

Além das questões legais que giram em torno do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de

Salvador, buscamos ressaltar a importância e a relevância do 19º BC para a proteção de uma vasta área verde que resulta do bioma Mata Atlântica.

Conhecer a realidade local é primordial e, por isso, entendemos que o PDDU pode e deve ser uma das principais fontes para a legislação; mas é preciso que a lei atue diretamente com a comunidade local, devendo ter a participação dos cidadãos que fazem parte dessa comunidade. Nesse contexto, a sociedade deve discutir amplamente os projetos que visam ao futuro da cidade e, para tanto, é preciso que a questão ambiental seja debatida.

Além disso, é imprescindível perceber que a preservação ambiental dentro de suas potencialidades e particularidades é de extrema importância para um planejamento que beneficie a qualidade de vida das pessoas e, assim, faz parte dos deveres do administrador público, pois a Constituição Federal de 1988 determina a preservação do meio ambiente para as atuais e futuras gerações. Portanto, o PDDU pode também servir como um instrumento de preservação do meio ambiente.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, M. A. Origens da expansão periférica de Salvador. **Planejamento**. Salvador, v.6, n.2, p.155-172, abr./jun., 1978.

BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Disponível em: [https://www.mma.gov.br/images/arquivos/areas\\_protegidas/snuc/Livro%20SNUC%20PNAP.pdf](https://www.mma.gov.br/images/arquivos/areas_protegidas/snuc/Livro%20SNUC%20PNAP.pdf). Acesso em: 14 set. 2019.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 14 set. 2019.

FERNANDES, R. B. **Las políticas de la vivienda en la ciudad de Salvador e los processos de urbanización popular em el caso del Cabula**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2003.

FERNANDES, R. B. **Periferização Sócio-espacial em Salvador: análise do Cabula, uma área representativa**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 1992.

**G1 BAHIA. Novo PDDU de Salvador é sancionado pelo prefeito ACM Neto.** Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/07/novo-pddu-de-salvador-e-sancionado-pelo-prefeito-acm-neto.html>. Acesso em: 27 set. 2019.

GOMES, M. A. S.; SOARES, B. R. A vegetação nos centros urbanos: considerações sobre os espaços verdes em cidades brasileiras. **Estudos Geográficos**. Rio Claro, 2003.

IBAHIA. **Mata do Cascão**: região conta com últimos remanescentes da Mata Atlântica em Salvador. 2017. Disponível em: <https://www.ibahia.com/viver-cabula/detalhe/noticia/mata-do-cascao-regiao-conta-com-ultimos-remanescentes-da-mata-atlantica-em-salvador/>. Acesso em: 10 de set. De 2019.

KNORST, D. E. **O Plano Diretor como instrumento de preservação ambiental**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Caxias do Sul, 2010.

LIMA, A. N. V. **Do direito autoconstruído ao direito à cidade: porosidades, conflitos e insurgências em Saramandaia**. Tese (Doutorado em

Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia, 2016.

**MUKAI, T. Temas atuais de direito urbanístico e ambiental.** Belo Horizonte: Fórum, 2004.

Portal do 19º Batalhão de Caçadores. **Histórico do Batalhão.** Disponível em: <http://www.19bc.eb.mil.br/index.php/sinresestes-historica#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20do%20batalh%C3%A3o%20est%C3%A1,ent%C3%A3o%20capital%20da%20col%C3%A3o%20portuguesa.&text=A%20vida%20da%20insigne%20hero%C3%ADna,por%20in%C3%A7%C3%A3o%20estreitos%20la%C3%A7%C3%A7os.> Acesso em: 14 set. 2019.

**RIBEIRO, L. C. Q. As metrópoles e o direito à cidade na inflexão ultraliberal da ordem urbana brasileira.** IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2017. Texto para discussão interna – INCT Observatório das Metrópoles.

**SALVADOR. Plano Salvador 500.** Disponível em: <http://www.plano500.salvador.ba.gov.br/conheca/1-o-queae>. Acesso em: 10 de

set. de 2019.

**SALVADOR. Lei nº 7.400/2008 – PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.** 2008.

Disponível em:  
[http://www.gestaopublica.salvador.ba.gov.br/leis\\_estruturas\\_organizacionais/documents/Lei%207.400-08.pdf](http://www.gestaopublica.salvador.ba.gov.br/leis_estruturas_organizacionais/documents/Lei%207.400-08.pdf). Acesso em: 10 de set. de 2019.

**SALVADOR. Lei nº 9.069/2016 – PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.** 2016.

Disponível em:  
<http://www.sucom.ba.gov.br/category/legislacoes/pddu/>. Acesso em: 10 de set. de 2019.

**TTC. Estudo de Impacto Ambiental – Via Expressa Linha Viva,** 2012.

Disponível em:  
<http://www.ttc.com.br/projetos/projeto-funcional-e-projeto-basico-da-av-linha-viva-em-salvador>. Acesso em: 10 de set. de 2019.

**VILLAÇA, F. Dilemas do Plano Diretor.** In: CEPAM. O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam, 1999.